

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Eduardo Jaehn

**A IMPORTÂNCIA DO AUTOCONSUMO NA RENDA DAS FAMÍLIAS
ASSENTADAS NO RIO GRANDE DO SUL**

Santa Maria, RS
2019

Eduardo Jaehn

**A IMPORTÂNCIA DO AUTOCONSUMO NA RENDA DAS FAMÍLIAS
ASSENTADAS NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann

Santa Maria, RS
2019

Jaehn, Eduardo

A importância do autoconsumo na renda das famílias
assentadas no Rio Grande do Sul / Eduardo Jaehn.- 2019.
129 p.; 30 cm

Orientador: Pedro Selvino Neumann
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2019

1. Assentamentos Rurais 2. Autoconsumo 3. Renda
familiar I. Neumann, Pedro Selvino II. Título.

Eduardo Jaehn

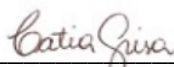
**A IMPORTÂNCIA DO AUTOCONSUMO NA RENDA DAS FAMÍLIAS
ASSENTADAS NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovada em 27 de novembro de 2019:



Pedro Selvino Neumann, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Catia Grisa, Dra. (UFRGS) – por videoconferência



Alisson Vicente Zarnott, Dr. (UFSM)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração de diversas pessoas, as quais gostaria de deixar meus agradecimentos.

Primeiramente a minha família pelo apoio e incentivo para que eu seguisse estudando, isso foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Ao meu orientador, Pedro, pelos ensinamentos e orientações ao longo do processo de elaboração desta dissertação.

Aos meus colegas do mestrado e do PPGExR pela troca de conhecimentos, debates e conversas. Agradeço em especial as minhas colegas Jéssica e Nathana pelas boas conversas e risadas pelos bares de Santa Maria ao longo desses 2 anos e meio.

A toda equipe dos ATPs, especialmente ao professor Alisson e aos colegas Eduardo, Adilson e Laila, por compartilharem essa jornada de aprendizado sobre assentamentos rurais durante os últimos 3 anos. Meu agradecimento especial a vocês pelas contribuições na elaboração desta dissertação.

Às famílias por disponibilizar os dados dos seus lotes e aos técnicos do programa de ATEs, responsáveis pela coleta desses dados utilizados para elaboração dessa dissertação.

Aos meus amigos, Artur, Bruna, Felipe, Hector e Regis, com quem compartilho essa jornada desde os tempos da graduação em Agronomia, obrigado pela amizade e os momentos bons compartilhados.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Assim, estendo meus agradecimentos à CAPES pela oferta da bolsa de Mestrado.

RESUMO

A IMPORÂNCIA DO AUTOCONSUMO NA RENDA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS NO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: Eduardo Jaehn

ORIENTADOR: Pedro Selvino Neumann

O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância do autoconsumo nos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. A caracterização do autoconsumo nos assentamentos é realizada a partir das informações das famílias assentadas presentes no Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES, que foram tabuladas com auxílio do software Microsoft Excel, e são compostas por 9.719 registros atualizados no ano de 2015. Comparou-se essas informações a partir da tabulação em sete regiões do estado do Rio Grande do Sul, a saber: Campanha, Central, Fronteira Oeste, Metropolitana, Missões, Norte e Sul. A análise da contribuição do autoconsumo na renda das famílias foi realizada a partir das informações de 62 planilhas da Rede de Unidades de Observação Pedagógica, as quais são classificadas em 5 sistemas de produção, a saber: Arroz, Horta, Leite, Leite e grãos e Pecuária. A análise econômica foi realizada pelo método do valor agregado e foram calculados o produto bruto, o consumo intermediário, a depreciação, a distribuição do valor agregado e a renda oriunda da produção para o autoconsumo. As hipóteses que orientaram a pesquisa consideram que: há diferenças regionais na produção para autoconsumo; há diferenças na produção para autoconsumo nos diferentes sistemas de produção praticados e; o autoconsumo contribui de maneira importante da renda das famílias assentadas. Os resultados indicam que a produção para autoconsumo é uma prática muito presente entre as famílias assentadas, uma vez que mais de 85% registram o autoconsumo de pelo menos um item de produção animal e quase 90% registram o autoconsumo de pelo menos um cultivo agrícola. A caracterização do autoconsumo ainda aponta que há sim diferenças regionais na produção para autoconsumo que podem ser explicadas pelas diferentes condições agroecológicas e socioeconômicas de cada região. A análise econômica do autoconsumo indica que ele é importante na composição do produto bruto total das unidades de produção e que há diferenças significativas nos sistemas de produção, sendo que no arroz a sua contribuição no produto bruto total fica abaixo de 1% em média, enquanto no sistema pecuária chega a 16% em média. Na composição do produto bruto do autoconsumo percebe-se a maior importância dos produtos de origem animal, que respondem por mais de 50% deste. A análise ainda indica que as dinâmicas específicas dos sistemas de produção impactam na produção para autoconsumo, uma vez que sistemas com maior nível de externalização dos insumos são também aqueles em que há maior externalização na produção para autoconsumo, embora fique evidente, que de maneira geral, a produção para autoconsumo tem um nível maior de internalização quando comparada ao sistema de produção como um todo. As conclusões indicam que o autoconsumo é sim importante para as famílias assentadas, contribui na composição da renda das famílias e que há diferenças em relação as regiões e aos sistemas de produção. Ainda percebe-se a necessidade de mais estudos que indiquem os fatores que determinam as particularidades da produção para autoconsumo nos assentamentos rurais.

Palavras chave: Assentamentos Rurais. Autoconsumo. Renda familiar.

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF SELF-CONSUMPTION IN INCOME OF FAMILIES SETTLED IN RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Eduardo Jaehn
ADVISOR: Pedro Selvino Neumann

This paper aims to analyze the importance of self-consumption in agrarian reform settlements in Rio Grande do Sul. The characterization of self-consumption in the settlements is based on the information of the settled families present in the ATES Integrated Rural Management System, which were tabulated with the aid of Microsoft Excel software, and are composed of 9.719 records updated in 2015. This information was compared from the tabulation in seven regions of the state of Rio Grande do Sul, namely: Campaign, Central, West Frontier, Metropolitan, Missions, North and South. The analysis of the contribution of self-consumption to household income was based on information from 62 worksheets of the Pedagogical Observation Units Network, which are classified into 5 production systems, namely: Rice, Vegetable Garden, Milk, Milk and Grains and Livestock. The economic analysis was performed by the value added method and were calculated the gross product, the intermediate cost, the depreciation, the value added distribution and the self-consumption income. The hypotheses that guide the research consider that: there are regional differences in production for self-consumption; there are differences in production for self-consumption in the different production systems practiced and; self-consumption contributes significantly to the income of settled families. The results indicate that self-consumption production is a very common practice among settled families, as over 85% record self-consumption of at least one item of animal production and almost 90% record self-consumption of at least one agricultural crop. The characterization of self-consumption also points out that there are regional differences in production for self-consumption that can be explained by the different agroecological and socioeconomic conditions of each region. The economic analysis of self-consumption indicates that it is important in the composition of the total gross product of the production units and that there are significant differences in the production systems, in rice its contribution to the total gross product is less than 1% on average, while in the livestock system it reaches 16% on average. In the composition of the gross product of self-consumption it is noticed the greater importance of products of animal origin, which account for more than 50% of this. The analysis also indicates that the specific dynamics of production systems impact self-consumption production, since systems with higher level of input externalization are also those with greater externalization in self-consumption production, although it is evident that in general, the production for self-consumption has a higher level of internalization compared to the production system as a whole. Conclusions indicate that self-consumption is important for settled families, it contributes to the composition of household income and that there are differences in relation to regions and production systems. There is still a need for further studies that indicate the factors that determine the particularities of production for self-consumption in rural settlements.

Key words: Rural settlements. Self-consumption. Family Income.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com a divisão dos núcleos operacionais do programa de ATES | 25 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – População por núcleo operacional, em 2015, nos núcleos operacionais na ATES no Rio Grande do Sul | 25 |
| Tabela 2 – População por gênero e por faixa etária, em 2015, nos assentamentos no Rio Grande do Sul | 29 |
| Tabela 3 – Número de integrantes por família, em 2015, nos assentamentos no Rio Grande do Sul | 30 |
| Tabela 4 – Nível de escolaridade, em 2015, nos assentados no Rio Grande do Sul | 30 |
| Tabela 5 – Principal ocupação, em 2015, nos assentamentos no Rio Grande do Sul | 31 |
| Tabela 6 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de cada tipo de carne, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 70 |
| Tabela 7 – Consumo médio per capita anual de cada tipo de carne, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 71 |
| Tabela 8 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de leite, ovos e mel, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 72 |
| Tabela 9 – Consumo médio <i>per capita</i> anual de leite(L), de ovos(dz), e mel (kg), para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 73 |
| Tabela 10 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de policultivos e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 75 |
| Tabela 11 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de horta e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 76 |
| Tabela 12 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de pomar e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 78 |
| Tabela 13 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de raízes e tubérculos e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 79 |
| Tabela 14 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de barços e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 81 |
| Tabela 15 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de grãos e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 82 |
| Tabela 16 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de milho e feijão e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 83 |
| Tabela 17 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de sementes e medicinais, ervas e condimentares, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 84 |
| Tabela 18 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de massas e panificados, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul | 86 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 19 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de chimias, doces, geleias e conservas, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul..... | 87 |
| Tabela 20 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de processados de leite, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul..... | 88 |
| Tabela 21 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de processados de carne para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul..... | 89 |
| Tabela 22 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de artesanatos, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul..... | 90 |
| Tabela 23 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de “Outros”, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul..... | 91 |
| Tabela 24 – Produto bruto médio de autoconsumo em reais, por categorias, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 93 |
| Tabela 25 – Produto bruto médio de autoconsumo em porcentagem, por categorias, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 97 |
| Tabela 26 – Produto bruto médio total, produto bruto médio de autoconsumo e porcentagem em relação ao produto bruto médio total, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 99 |
| Tabela 27 – Estratos de produto bruto de autoconsumo e percentagem de unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 100 |
| Tabela 28 – Estratos da percentagem do produto bruto do autoconsumo em relação ao produto bruto total e o percentual de unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 101 |
| Tabela 29 – Produto bruto médio de autoconsumo per capita em reais, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 102 |
| Tabela 30 – Divisão do produto bruto (PB) e do produto bruto do autoconsumo (PBA) em porcentagem, nos indicadores, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 102 |
| Tabela 31 – Renda média do autoconsumo em reais, em 2015, para cada um dos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 105 |
| Tabela 32 – Estratos da renda do autoconsumo e percentagem unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 106 |
| Tabela 33 – Estratos da percentagem da renda do autoconsumo em relação à renda agrícola e o percentual de unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 106 |
| Tabela 34 – Estratos da percentagem da renda do autoconsumo em relação à renda total e o percentual de unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 107 |
| Tabela 35 – Renda média do autoconsumo de acordo com a presença de renda não agrícola (RNA) nas unidades, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 108 |
| Tabela 36 – Renda média autoconsumo per capita em reais, em 2105, para cada um dos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul..... | 109 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 37 – Renda média autoconsumo por unidade de trabalho homem (UTH) em reais, em 2015, para cada um dos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul | 109 |
| Tabela 38 – Renda média do autoconsumo per capita, em relação ao custo da cesta básica, em 2015, para cada um dos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul | 110 |
| Tabela 39 – Unidades acima da linha de pobreza (R\$ 394,00) conforme a presença da renda do autoconsumo, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul | 110 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Divisão das regiões e NOs que às compõe | 32 |
| Quadro 2 – Divisão das categorias de Cultivos agrícolas e cultivos por categoria presentes no SIGRA | 33 |
| Quadro 3 – Divisão das categorias de processados de alimentos, agroindústria caseira e artesanato e produtos por categoria presentes no SIGRA | 33 |
| Quadro 4 – Sistemas de produção, localização e identificação das UOPs analisadas..... | 35 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 21 |
| 1.1 | O PROGRAMA DE ATES | 24 |
| 1.1.1 | O Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES | 27 |
| 1.1.2 | A Rede de Unidade de Observação Pedagógica (RUOP) | 28 |
| 1.2 | O UNIVERSO PESQUISADO | 29 |
| 1.3 | METODOLOGIA | 31 |
| 2 | O AUTOCONSUMO NA TEORIA | 39 |
| 2.1 | O AUTOCONSUMO E O CAMPESINATO | 39 |
| 2.1.1 | O modo de produção camponês | 39 |
| 2.1.2 | As sociedades camponesas | 41 |
| 2.1.3 | Os estudos do campesinato brasileiro | 42 |
| 2.2 | AGRICULTURA FAMILIAR: UM NOVO SUJEITO, ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO E A AUTONOMIA | 46 |
| 2.2.1 | Agricultura familiar: um novo sujeito | 47 |
| 2.2.2 | A mercantilização na agricultura e o autoconsumo | 51 |
| 2.2.3 | Autoconsumo e autonomia | 54 |
| 2.3 | AS FUNÇÕES E DETERMINANTES DO AUTOCONSUMO..... | 58 |
| 2.3.1 | As funções do autoconsumo | 58 |
| 2.3.2 | Os determinantes do autoconsumo | 63 |
| 3 | CARACTERIZAÇÃO DO AUTOCONSUMO EM ASSENTAMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL | 69 |
| 3.1 | AUTOCONSUMO DA PRODUÇÃO ANIMAL | 69 |
| 3.1.1 | Carnes | 69 |
| 3.1.2 | Leite, ovos e mel | 72 |
| 3.2 | AUTOCONSUMO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS | 74 |
| 3.2.1 | Policultivos | 75 |
| 3.2.2 | Horta | 76 |
| 3.2.3 | Pomar | 77 |
| 3.2.4 | Raízes e tubérculos | 79 |
| 3.2.5 | Baraços | 80 |
| 3.2.6 | Grãos | 81 |
| 3.2.7 | Sementes e plantas medicinais, condimentares e ervas | 84 |
| 3.3 | AUTOCONSUMO DE PROCESSADOS DE ALIMENTOS, AGROINDÚSTRIA CASEIRA E ARTESANATO..... | 85 |
| 3.3.1 | Massas e panificados | 86 |
| 3.3.2 | Chimias, doces, geleias e conservas | 87 |
| 3.3.3 | Processados de leite | 88 |
| 3.3.4 | Processados de carne | 89 |
| 3.3.5 | Artesanato e outros | 90 |
| 4 | RENDA DO AUTOCONSUMO NOS DIFERENTES SISTEMAS DE PRODUÇÃO PRATICADOS NOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL | 93 |
| 4.1 | O PRODUTO BRUTO DO AUTOCONSUMO..... | 93 |
| 4.2 | O CONSUMO INTERMEDIÁRIO, A DEPRECIÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DO VALOR AGREGADO DO AUTOCONSUMO..... | 102 |
| 4.3 | A RENDA DO AUTOCONSUMO | 104 |

| | | |
|----------|-----------------------------------------|------------|
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 113 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 117 |
| | ANEXO A – PERFIL DO SIGRA..... | 123 |

1 INTRODUÇÃO

O Brasil vem novamente enfrentando o problema do crescimento da pobreza e desigualdade social devido as políticas neoliberais adotadas recentemente. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a extrema pobreza vem crescendo entre as famílias brasileiras, após alcançar um mínimo de 4,5% da população em 2014, o indicador chegou a 6,5% no ano de 2018 (IBGE, 2019).

Ainda conforme dados da PNAD, cerca de 22,6% das famílias brasileiras estavam com algum grau de insegurança alimentar em 2013, sendo que na área rural cerca de 35% das famílias viviam em algum grau de insegurança alimentar (IBGE, 2014). Neste sentido, os debates relacionados à renda e segurança alimentar tornam-se ainda mais relevantes nesse momento. Considerando que no espaço rural as famílias agricultoras contam com a possibilidade de produzir seus próprios alimentos, reforçando sua autonomia alimentar reafirma-se a importância do estudo do autoconsumo.

A importância da prática da produção para autoconsumo fica evidente na análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017. De acordo com o censo, no Brasil mais de 2 milhões de estabelecimentos agropecuários tem a produção para o autoconsumo como finalidade principal, o que representa aproximadamente 40,4% do total de estabelecimentos do país (IBGE, 2017). No Rio Grande do Sul o número de estabelecimentos que tem a produção para o autoconsumo como principal finalidade supera 67 mil, o que representa aproximadamente 18,36% do total de estabelecimentos do estado (IGBE, 2017).

Conforme destaca Leite (2004) a produção para autoconsumo tem efeito anticíclico, proporciona uma renda total mais constante, compensando oscilações da renda monetária devido às variações do ano agrícola. Grisa (2007) destaca que o autoconsumo representa importante fonte de renda não monetária para as famílias, enquanto Lovisoló (1989) destaca que se os alimentos que estão disponíveis pela produção para autoconsumo precisassem ser adquiridos no mercado, as famílias não teriam condições de consumir as mesmas quantidades, devido às limitações de renda.

O autoconsumo é analisado nos trabalhos acadêmicos a partir de diferentes perspectivas, que por vezes estão relacionadas com a conjuntura socioeconômica do período em que foram produzidos. Nesse sentido um conjunto de trabalhos, abordam o autoconsumo a partir da perspectiva de sua inserção na lógica de produção do campesinato (CANDIDO, 1982; HEREDIA, 1979; GARCIA JR. 1983, 1989; WOORTMANN E WOORTMANN, 1997). Estes trabalhos contribuíram para compreender a organização da produção para o

autoconsumo no campesinato a partir da racionalidade e lógica utilizada pelos camponeses na definição do que, quanto e como é produzido, além do que será comercializado ou comprado.

Outros trabalhos analisam o autoconsumo a partir de uma perspectiva dos hábitos e práticas alimentares e tem como característica analisarem e descrevem os itens consumidos pelas famílias (SANTOS E FERRANTE, 2003; DUVAL, 2009; SALAMI, 2009). Assim como alguns trabalhos analisam a produção para autoconsumo com a segurança alimentar e nutricional das famílias (NORDER, 1998; DOMBECK, 2004), enquanto outros trabalhos abordam o autoconsumo a partir da modernização da agricultura e seu papel da identidade e sociabilidade das famílias (GAZOLLA, 2004; GRISA, 2007).

Por fim, há um conjunto de trabalhos que analisa o autoconsumo a partir da sua contribuição na renda das famílias (NORDER, 1998, 2004; MALUF, MENEZES e MARQUES, 2001; LEITE, 2004; FONTOURA, 2012), realizados em diferentes universos e diferentes períodos. Esse conjunto aponta em geral a importância da produção para o autoconsumo na renda das famílias, onde por vezes, ela é decisiva para que as famílias não estejam em uma condição de pobreza.

Percebe-se dessa forma uma produção acadêmica considerável abordando a produção para autoconsumo em diferentes perspectivas e universos. No entanto, considerando que essa prática é afetada por uma série de fatores, cabe uma análise mais específica dos assentamentos rurais, uma vez que as famílias assentadas apresentam particularidades ligadas à sua trajetória, origem e luta pela terra. Dessa forma, coloca-se o seguinte problema: qual a importância da produção para autoconsumo nos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul?

Assim, tem-se por objetivo nesse trabalho analisar a importância da produção para autoconsumo nos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul. Além disso, considerando as perspectivas de análise do autoconsumo apresentadas acima, este trabalho trará uma análise tanto a partir da contribuição do autoconsumo na renda das famílias, como de sua caracterização enquanto prática presente entre as famílias assentadas no Rio Grande do Sul. E assim tem como objetivos específicos: a) caracterizar a produção para autoconsumo nos assentamentos do Rio Grande do Sul; b) identificar diferenças na produção para autoconsumo a partir de diferentes regiões e sistemas de produção; c) identificar a contribuição da produção para autoconsumo na renda das famílias assentadas.

Para orientar a busca pelos objetivos desta dissertação foram consideradas três hipóteses. A primeira delas é a de que existem especificidades que acarretam diferenças regionais na produção para autoconsumo nos assentamentos do Rio Grande do Sul, dada a diversidade e heterogeneidade de condições agroecológicas e socioeconômicas. A hipótese

seguinte orienta a análise a partir dos sistemas de produção, uma vez que se acredita que as dinâmicas de cada sistema de produção imprimem particulares na produção para autoconsumo. Por fim, a última hipótese, que orienta este trabalho é a de que o autoconsumo contribui de maneira importante com a renda das famílias assentadas.

Considerando o que já foi apresentado acima, considera-se que a compreensão da importância da produção para autoconsumo no universo específico que compreende os assentamentos do Rio Grande do Sul já justifica este trabalho. Para além disso, a compreensão dessa prática entre as famílias, em um contexto em que há redução de políticas públicas voltadas a redução da pobreza e segurança alimentar, torna-se importante para subsidiar o debate acadêmico.

A importância acadêmica do tema deste estudo justifica este trabalho, mas não só ela, este trabalho representa de certa forma a materialização da minha trajetória acadêmica e sua face com minha formação pessoal. Como filho de agricultores desde criança vi a produção para autoconsumo como algo presente no cotidiano da propriedade da minha família, participava das atividades diárias que envolviam a produção daquilo que seria consumido por nós, mas sem muitas reflexões a respeito dos significados que envolviam a produção para o autoconsumo.

Nesse processo dois importantes momentos marcam a minha trajetória acadêmica e pessoal, inicialmente ingressar no curso de agronomia no ano de 2009, e depois sair de casa rumo a Santa Maria, para seguir o curso de agronomia na UFSM. O contato inicial com a formação técnica proporcionada pela agronomia me fez aderir a uma visão de que a produção para autoconsumo é atrasada e não faz sentido do ponto de vista técnico e econômico, o que gerou divergências entre mim e meus pais quanto a manter essa prática em nossa propriedade, felizmente não tive sucesso na argumentação.

Quando saio de casa para seguir minha formação no curso de agronomia na UFSM sinto falta da alimentação que era típica do cotidiano da minha família, talvez o item mais emblemático, seja o tradicional pão com nata e açúcar mascavo, que costuma comer todos os dias no café da manhã. Isso possibilita que eu reflita sobre a alimentação da minha família, garantida em grande parte pela produção do autoconsumo, e os seus significados. Ao mesmo tempo, ingressar na UFSM me permitiu abrir novos horizontes quando a minha formação, e o contato com o movimento estudantil, principalmente militando na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), proporcionou reflexões acerca do modelo de agricultura e a produção de alimentos.

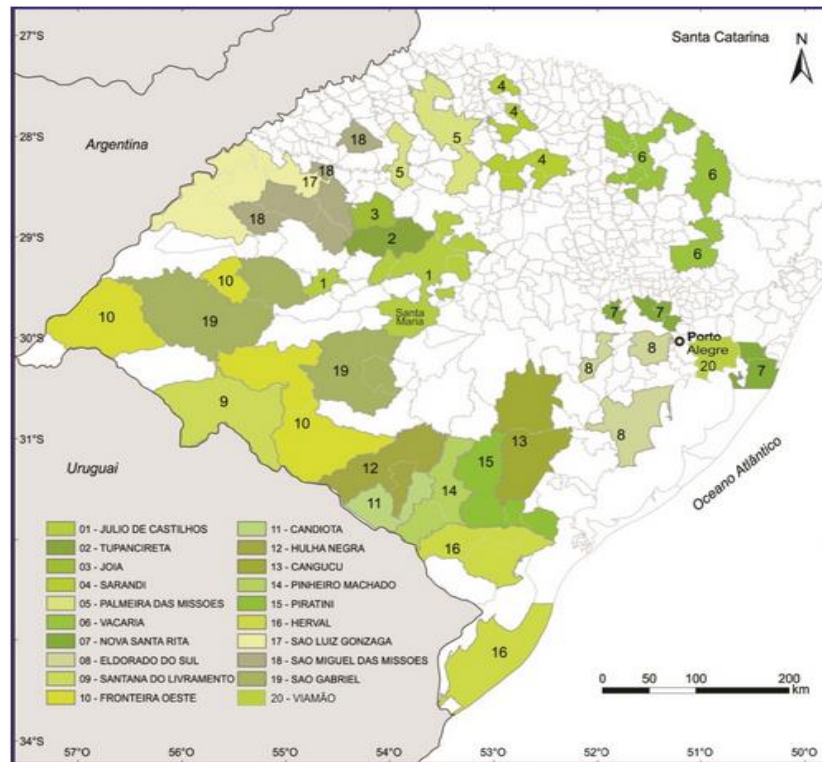
A partir disso, surge o desejo de estudar mais a fundo a agricultura familiar, o campesinato e os assentamentos rurais, o que me leva a estagiar no Projeto dos Assessores Técnico Pedagógicos (ATPs) e após o estágio, seguir como colaborador no mesmo projeto. Nesse projeto, que estava no escopo do Programa de ATES, tive oportunidade de ter um contato profundo com a realidade dos assentamentos do Rio Grande do Sul, o que cria o desejo de compreender as suas dinâmicas e especificidades. Dessa forma, esse trabalho se justifica e ao mesmo tempo representa o encontro das minhas origens, como filho de agricultor familiar e o significado da produção do autoconsumo, com o desejo de estudar os assentamentos rurais. Devido a importância que o Programa de ATES tem no contexto da elaboração dessa dissertação fez-se a opção de o apresentar rapidamente na introdução, assim como o universo pesquisado, que também será apresentado ainda na introdução.

1.1 O PROGRAMA DE ATES

A partir do contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) é criado um programa específico de assessoria técnica e extensão rural para áreas de reforma agrária, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), que estava sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A ATES era organizada por meio de Núcleos Operacionais (NOs), no Rio Grande do Sul o Programa de ATES estava organizado em 20 núcleos operacionais, que abrangiam 304 assentamentos localizados em 88 municípios gaúchos. Os NOs podem ser visualizados na Figura 1.

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul com a divisão dos núcleos operacionais do programa de ATEs



Fonte: (INCRA, 2008)

A população atendida pelo Programa de ATEs chegava a quase 30 mil pessoas, a distribuição das pessoas atendidas nos diferentes NOs é apresentada na tabela 1.

Tabela 1 – População por núcleo operacional, em 2015, nos núcleos operacionais na ATEs no Rio Grande do Sul

| (continua) | | |
|---------------------------|----------------------|-------------------------------|
| Núcleo Operacional | Registros (N) | Representatividade (%) |
| Júlio de Castilhos | 1.824 | 6,15 |
| Tupanciretã | 1.950 | 6,58 |
| Joia | 1.827 | 6,16 |
| Sarandí | 797 | 2,69 |
| Palmeira das Missões | 818 | 2,76 |
| Vacaria | 869 | 2,93 |
| Nova Santa Rita | 901 | 3,04 |
| Eldorado do Sul | 1.694 | 5,71 |
| Santana do Livramento | 2.116 | 7,14 |
| Fronteira Oeste | 1.050 | 3,54 |
| Candiota | 2.275 | 7,67 |

Tabela 1 – População por núcleo operacional, em 2015, nos núcleos operacionais na ATES no Rio Grande do Sul

(conclusão)

| Núcleo Operacional | Registros (N) | Representatividade (%) |
|---------------------------|----------------------|-------------------------------|
| Hulha Negra | 2.256 | 7,61 |
| Canguçu | 1.853 | 6,25 |
| Pinheiro machado | 928 | 3,13 |
| Piratini | 1.344 | 4,53 |
| Herval | 1.431 | 4,83 |
| São Luiz Gonzaga | 1.191 | 4,02 |
| São Miguel das Missões | 1.842 | 6,21 |
| São Gabriel | 1.436 | 4,84 |
| Viamão | 1.245 | 4,20 |
| Rio Grande do Sul | 29.647 | 100,00 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

A execução do Programa de ATES inicialmente se dá por meio de prestadoras vinculadas ao INCRA por meio de convênios, o que ocorre até o ano de 2008. A partir de 2009 a operacionalização do Programa de ATES passa a ser realizada por meio de contratos, com o estabelecimento de metas padronizadas para todos os NOs (DALBIANCO E NEUMANN, 2012).

Com o objetivo de atender a demanda das famílias assentadas e aumentar a participação social no Programa de ATES foram criados o Conselho Estadual e os Conselhos Regionais, que a partir de 2010 passaram a contribuir na construção das metas estaduais e regionais para os contratos. O estabelecimento de metas específicas para cada um dos NOs ocorreu devido ao entendimento de que metas padronizadas para todos os NOs em nível estadual não eram capazes de atender as demandas locais das famílias (ZARNOTT et al, 2014).

Nesse novo cenário faziam-se necessárias ferramentas que pudessem oferecer informações que auxiliassem na definição das metas. Nesse contexto surgem a Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP) e o Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA) desenvolvidas pela equipe dos ATPs, vinculados a Universidade Federal de Santa Maria. Devido a importância do SIGRA e da RUOP para este trabalho, optou-se por fazer uma rápida apresentação de ambos a seguir.

1.1.1 O Sistema Integrado de Gestão Rural da ATEs

O SIGRA se constitui como ferramenta de gestão das equipes técnicas de assessoria técnica e extensão rural que atuam nas áreas de reforma agrária. O sistema se propõe aos seguintes objetivos:

criar um sistema ágil, capaz de gerenciar e organizar as principais informações da realidade dos assentamentos, com o propósito de facilitar a proposição de ações e de políticas que contribuam com o desenvolvimento dos mesmos; disponibilizar informações qualificadas para as famílias assentadas, entidades locais e regionais relacionadas à reforma agrária; desenvolver um instrumento que auxilie as equipes de Ater/Ates no processo de organização, planejamento e acompanhamento do trabalho, por meio da geração de informações qualificadas da dinâmica ambiental, social e produtiva dos assentamentos e das ações de Ater/Ates executadas (FLECH E FRIEDERICH, 2018, p. 179).

Para compreender o surgimento do SIGRA é preciso inicialmente apresentar o contexto do Programa de ATEs no qual a ferramenta é criada. Até o ano de 2009 os serviços de ATEs eram prestados na forma de convênios entre o INCRA e as prestadoras, a partir de então há uma alteração, e estes serviços passam a ser prestados por contratos com o objetivo de garantir maior orientação e controle sobre as ações realizadas (FLECH, 2015). No ano de 2009 os contratos previram ações iguais para todos os NOs, o que gerou fortes críticas dos técnicos e das famílias assentadas, uma vez que não considerava as especificidades regionais. Dessa forma foram estabelecidas atividades regionalizadas para cada um dos NOs a partir de 2010. Nesse contexto o SIGRA surge a partir da demanda do Programa de ATEs, na figura do Conselho Estadual, devido a necessidade de uma compreensão mais apurada da realidade local para o processo de planejamento das ações que passaram a compor os contratos (FLECH e FRIEDERICH, 2018).

A primeira coleta das informações iniciou no primeiro semestre de 2012 e foi consolidada no segundo semestre do mesmo ano. A partir de então, até o ano de 2017 foram realizadas atualizações anuais das informações. A coleta das informações era realizada num período determinado e constituía uma das metas contratuais dos contratos, tão logo as informações eram inseridas no sistema era possível gerar relatórios, tendo como unidades de agregação o assentamento, o município, o NO e o estado, e era possível a visualização do perfil de cada beneficiário/lote (FLECH e FRIEDERICH, 2018).

1.1.2 A Rede de Unidade de Observação Pedagógica (RUOP)

A RUOP é uma rede de unidades de produção representativa dos principais sistemas de produção presentes nos assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Sul. As unidades eram acompanhadas pelos técnicos do Programa de ATES/RS com o objetivo de gerar reflexões acerca dos condicionantes, limites e potencialidades dos sistemas de produção e gerar referências técnicas e econômicas com intuito de subsidiar políticas de desenvolvimento para os assentamentos (FIALHO, et al., 2017; BELLÉ, et al., 2018).

Conforme Bellé, et al. (2018), os objetivos específicos da RUOP são:

- 1) gerar indicadores de sustentabilidade técnica-produtiva, econômica, social e ambiental dos diferentes sistemas de produção, de modo a subsidiar e orientar os trabalhos da Ates nas áreas reformadas do RS; 2) relacionar, a partir do diagnóstico detalhado das unidades acompanhadas, as demandas de pesquisa para a melhoria dos sistemas de produção acompanhados; 3) monitorar e validar sistemas de produção em transição agroecológica; 4) gerar referências para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos (BELLÉ, et al., 2018, p. 143-144).

Enquanto abordagem teórico metodológica, a RUOP apoia-se em um conjunto que engloba a Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários, a Pesquisa e Desenvolvimento, as Redes de Referência e as Metodologias Participativas. A análise econômica das unidades de produção acompanhadas na RUOP é realizada pela metodologia do Valor Agregado (VA) (FIALHO, et al., 2017; BELLÉ, et al., 2018). Mais informações a respeito da contribuição destas abordagens teórico metodológicas para a RUOP podem ser encontradas em Fialho, et al. (2017) e Bellé, et al. (2018).

A RUOP enquanto ferramenta está estruturada em planilhas no software Microsoft Excel desenvolvidas pela equipe dos ATPs, com informações dos anos agrícolas de 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015 coletadas pelos técnicos de ATES, constituindo o “Marco Zero”, “Marco Um”, “Marco Dois”, respectivamente. A partir de julho de 2013 as informações passaram a ser coletadas bimestralmente pelos técnicos (FIALHO, et al. 2017)¹.

Conforme destaca Fialho, et al. (2017):

A composição das informações coletadas pelas planilhas estrutura-se a partir dos seguintes campos: 1 - Trajetória da UOP; 2 - Funcionalidade/objetivos do sistema de produção; 3 - Características estruturais da UOP; 4 – Descrição da produção e dos

¹ Até o ano agrícola 2015/2016 as informações foram coletadas pelos técnicos, a partir do ano agrícola 2016/2017 as informações passaram a ser coletadas anualmente pela equipe de bolsistas do projeto ATP, ligadas diretamente a UFSM devido ao encerramento dos contratos de ATES pelo INCRA.

itinerários técnicos; 5 – Análise econômica e da demanda de mão de obra; e, 6 – Análises e simulações (FIALHO, et al. 2017, p. 21).

O número de unidades que compõe a RUOP ao longo de sua existência variou entre 98 e 61 ao longo dos anos, conforme a necessidade de ajustes no trabalho. As unidades são representativas dos principais sistemas de produção presentes nos 20 NOs que compunham o contrato de ATES e no ano de 2015 eram classificadas nos seguintes sistemas: Leite; Leite e grãos; Hortigranjeiros; Pecuária; e Arroz (FIALHO, et al. 2017; BELLÉ, et al. 2018).

1.2 O UNIVERSO PESQUISADO

O universo analisado neste estudo engloba as 9.719 famílias assessoradas pelo programa de ATES no ano de 2015, que tiveram seus registros atualizados. Essa seção busca situar de maneira muito breve o leitor na realidade dos assentamentos acompanhados pelo Programa de ATES.

A distribuição da população assentada por sexo e por faixas etárias e apresentada na tabela 2, onde é possível observar um percentual levemente superior de homens, que ocorre em todas as faixas etárias, com incremento mais representativo pós 40 anos.

Tabela 2 – População por gênero e por faixa etária, em 2015, nos assentamentos no Rio Grande do Sul

| Faixa etária | Feminino (%) | Masculino (%) |
|---------------------|---------------------|----------------------|
| 0 - 4 anos | 2,11 | 2,39 |
| 5 - 14 anos | 8,66 | 9,12 |
| 15 - 24 anos | 8,40 | 9,66 |
| 25 - 39 anos | 9,29 | 9,58 |
| 40 - 54 anos | 10,19 | 12,43 |
| 55 - 60 anos | 3,43 | 4,88 |
| Mais de 60 anos | 4,34 | 5,94 |
| Total | 46,42 | 53,58 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

A tabela 3 apresenta o percentual de famílias conforme o número de integrantes. Percebe-se uma distribuição relativamente uniforme do percentual de famílias com 1 a 4 integrantes, embora chame atenção o fato de quase 18% das famílias serem constituídas por apenas uma pessoa.

Tabela 3 – Número de integrantes por família, em 2015, nos assentamentos no Rio Grande do Sul

| Número de integrantes | Percentual |
|------------------------------|-------------------|
| 1 | 17,90 |
| 2 | 20,50 |
| 3 | 23,30 |
| 4 | 19,40 |
| 5 | 9,60 |
| > 5 | 9,30 |
| Total | 100,00 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

A tabela 4 a seguir, apresenta o nível de escolaridade da população assentada no Rio Grande do Sul, é possível observar a predominância de pessoas com ensino fundamental incompleto.

Tabela 4 – Nível de escolaridade, em 2015, nos assentados no Rio Grande do Sul

| Escolaridade | Percentual |
|-------------------------------|-------------------|
| Analfabeto | 3,45 |
| Não alfabetizado | 8,23 |
| Ensino fundamental incompleto | 63,40 |
| Ensino fundamental completo | 8,58 |
| Ensino médio incompleto | 7,63 |
| Ensino médio completo | 6,54 |
| Superior incompleto | 1,10 |
| Superior completo | 1,08 |
| Total | 100,00 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

Por fim, nesta breve caracterização da população assentada no Rio Grande do Sul, a tabela 5, a seguir, apresenta a principal ocupação da população. Percebe-se que a maior parte ocupa-se da agricultura, e os assalariados não chegam a 6% do total. Destaca-se ainda que entre o total de registros que se enquadram na categoria “não possui”, 92,7% são de crianças e jovens até 14 anos.

Tabela 5 – Principal ocupação, em 2015, nos assentamentos no Rio Grande do Sul

| Ocupação | Percentual |
|-----------------|-------------------|
| Agricultor | 54,25 |
| Aposentado | 5,45 |
| Estudante | 26,60 |
| Assalariado | 5,19 |
| Não possui | 8,51 |
| Total | 100,00 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta dissertação é apresentada de acordo com cada capítulo. A revisão bibliográfica apresentada no primeiro deles, buscou situar o objeto de estudo em relação a teoria e aos processos e transformações que perpassam o campesinato até a agricultura familiar. Para elaboração do segundo capítulo desta dissertação, sobre a caracterização do autoconsumo, foram utilizadas as informações referentes a atualização do SIGRA do ano de 2015, essa opção se dá pelo fato de ser o último ano em que as informações foram integralmente atualizadas, nos anos seguintes a totalidade das famílias não foi visitada devido aos cortes no orçamento do Programa de ATES. O conjunto de informações do ano de 2015 é composto por registros de 9.719 famílias (SIGRA, 2015). As informações foram coletadas pelos técnicos das prestadoras como uma ação que pertencia ao conjunto de metas estabelecidas nos contratos.

As informações foram exportadas do SIGRA através do módulo de relatórios e tabuladas com o auxílio do software Microsoft Office Excel. A tabulação nesse software foi necessária, pois os registros foram agrupados em sete novas regiões definidas para a elaboração desta dissertação, agrupando os NOs conforme proximidade e similaridade das condições agroecológicas e socioeconômicas. O quadro 1, apresenta a divisão das regiões e os NOs que compõe às regiões.

Quadro 1 – Divisão das regiões e NOs que às compõe

| Região | Núcleos operacionais |
|-----------------|------------------------------------------------------|
| Central | Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Joia |
| Norte | Sarandi, Palmeira das Missões, Vacaria |
| Metropolitana | Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Viamão |
| Fronteira oeste | Sant’Ana do Livramento, Fronteira Oeste, São Gabriel |
| Campanha | Candiota, Hulha Negra, Pinheiro Machado |
| Sul | Canguçu, Piratini, Herval |
| Missões | São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados analisados nesta dissertação são referentes ao que produzem as famílias assentadas para autoconsumo. No SIGRA as informações referentes a produção das famílias são divididas em: Produção Animal (PA); Processados de alimentos, Agroindústria caseira e Artesanato (PAA); e Cultivos Agrícolas (CA). A produção de cada atividade é preenchida de acordo com o destino dado a produção (entre os possíveis destinos está o autoconsumo)². Para a PA é possível apenas um registro para cada uma das atividades por família/lote, as atividades de produção animal são: bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, suinocultura, avicultura, piscicultura, ovino caprinocultura e apicultura. Para produtos inseridos em CA é possível mais de um registro por família/lote³, os cultivos são organizados por categorias. A divisão das categorias e os cultivos inseridos pelos técnicos em cada uma das categorias são apresentados no quadro 2.

² A forma como são inseridas as informações referentes a produção pode ser visualizada no Perfil do SIGRA no ANEXO I.

³ Os CA e os PAA são multiregistros, isso ocorre porque cada família pode ter mais de um cultivo no lote ou mais de um produto processado.

Quadro 2 – Divisão das categorias de Cultivos agrícolas e cultivos por categoria presentes no SIGRA⁴

| Categoria | Cultivo |
|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Horta | Agrião, alface, almeirão, berinjela, beterraba, brócolis, chicória, couve-flor, espinafre, mostarda, pimentão, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa, tomate. |
| Pomar | Acerola, ameixa, amora preta, araçá, araticum, bergamota, butiá, caqui, cereja, figo, framboesa, goiaba, guabiju, guabiroba, jabuticaba, laranja, lima, limão, maçã, manga, maracujá, marmelo, morango, nectarina, nêspera, pera, pêsego, pitanga, romã, uva. |
| Policultivos ⁵ | Policultivos |
| Raízes e tubérculos | Batata cará, batata doce, batata inglesa, batata salsa, batata yacon, inhame, mandioca. |
| Baraços | Abóbora, chuchu, melancia, melão, mogango, pepino, porongo. |
| Medicinais, condimentares e ervas | Alho, boldo, cebola, cebolinha, coentro, erva-mate, salsa, salvia. |
| Grãos | Amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, linhaça, milho, pipoca, soja, sorgo, trigo. |
| Sementes | Abobrinha de tronco, agrião, almeirão, amendoim, arroz, aveia branca, aveia preta, azevém, beterraba, brócolis, capim sudão, cenoura, chicória, couve, couve chinesa, ervilha, feijão, girassol, milho, mostarda, quiabo, repolho, rúcula, salsa, soja, sorgo, teosinto, tomate, trevo, trigo. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para PAA também é possível o preenchimento de mais de um registro por família/lote, os produtos estão organizados em categorias, essas categorias e os produtos foram inseridos pelos técnicos em cada uma delas são apresentados no quadro 3.

Quadro 3 – Divisão das categorias de processados de alimentos, agroindústria caseira e artesanato e produtos por categoria presentes no SIGRA

(continua)

| Categoria | Produto |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Artesanato | Almofada, bordado, capa, chapéu, cobertor, colar, cordão, crochê, cuia, fuxico, mandala, panos de prato, tapete, pintura, tricô, vassoura. |
| Chimias, doces, geleias e conservas | Conserva de batata, conserva de cebola, conserva de cenoura, conserva de ovo, conserva de pêsego, conserva de pepino, conserva de pimentão, conserva de rabanete, conserva de vagem, |

⁴ Essa composição foi feita a partir dos registros inseridos pelos técnicos em 2012, ou seja, existiu nos lotes da reforma agrária do RS.

⁵ Conforme Manual do SIGRA, a categoria policultivos poderia ser usada no caso de pequenas áreas cultivadas com uma grande diversidade, em que se tornava demasiadamente demorado preencher cada um dos cultivos presentes.

Quadro 3 – Divisão das categorias de processados de alimentos, agroindústria caseira e artesanato e produtos por categoria presentes no SIGRA

(conclusão)

| Categoria | Produto |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | doce de abóbora, doce de amora, doce de figo, doce de maçã, doce de melancia, doce de moranga, doce de pera, doce de pêsego, doce de uva, molho de tomate. |
| Massas e panificados | Bolacha, bolo, cucas, pão, lasanha, massa, massa de pinhão, pizza. |
| Processados de leite | Ambrosia, chocolate, doce de leite, manteiga, iogurte, nata, queijos, sorvete. |
| Processados de carne | Banha, bolinho de peixe, linguiça, morcilha, patê, queijo de porco, salames, torresmo. |
| Outros ⁶ (Chás, ervas, condimentos, farinhas, sucos e polpas, vegetais minimamente processados, processados de cana) | Açúcar mascavo, cachaça, erva mate, farinha de milho, melado, polpa de butiá, rapadura, sabão, suco, suco amora, suco de uva, vinho. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para elaboração dos percentuais de famílias que possuem determinada atividade, presentes nas tabelas que serão apresentadas a seguir, foram eliminados os registros duplicados para PAA e CA. Para elaboração das quantidades médias autoconsumidas por família em cada região foram eliminados os registros discrepantes, que podem indicar possíveis erros de preenchimento. Os filtros aplicados para remover os possíveis erros são apresentados em cada uma das tabelas, pois diferem conforme a atividade e categoria.

Importante destacar que a coleta das informações para preenchimento do perfil do SIGRA era uma das metas contratuais a ser cumprida pelas prestadoras do Programa de ATES. A coleta das informações para atualização do SIGRA 2015 foi realizada entre agosto de 2015 e janeiro de 2016 e as informações eram referentes ao ano agrícola compreendido entre agosto de 2014 e julho de 2015 (ATES, 2014).

Para elaboração do terceiro capítulo, sobre a análise econômica do autoconsumo, foram utilizadas as informações coletadas no ano agrícola compreendido entre agosto de 2014 e julho de 2015 nas 62 unidades da RUOP. Essa escolha se dá pelo fato de ser o último ano

⁶ A categoria “Outros” agrupa as seguintes categorias: Chás, ervas condimentos; Farinhas; Sucos e polpas; Vegetais minimamente processados; Processados de cana. Essas categorias foram agrupadas em uma única categoria pela baixa frequência que ocorrem, juntas representam um pouco mais de 2% do total de registros de processados.

em que a meta contratual que compunha a coleta das informações da RUOP foi integralmente executada nos contratos de ATES.

Foram acompanhadas 82 unidades produtivas distribuídas entre os diferentes NOs e para elaboração da dissertação foram utilizados os dados de 62 unidades, os dados referentes à 20 unidades foram desconsiderados pela informações não estarem devidamente preenchidas. A coleta das informações da RUOP ocorria em visitas com frequência bimestral durante todo o ano agrícola, e os técnicos dispunham de 2 horas em cada uma das visitas para a coleta das informações.

Por meio da classificação nos sistemas de produção as unidades foram agrupadas para a análise dos dados. O quadro 4 apresenta os sistemas de produção em que as unidades foram classificadas, a localização e as unidades analisadas.

Quadro 4 – Sistemas de produção, localização e identificação das UOPs analisadas

| Sistema de produção | Localização | Unidades |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Arroz | São Gabriel; Viamão | 094-SG-A; 097-Vi-A |
| Horta | Candiota; Canguçu; Eldorado do Sul; Fronteira Oeste; Herval; Joia; Júlio de Castilhos; Nova Santa Rita; Piratini; Sant'Ana do Livramento; São Gabriel; São Luiz Gonzaga; Viamão. | 004-JC-H; 005-JC-H; 006-JC-H; 017-J-H; 028-NSR-H; 029-E-H; 040-SL-LH; 045-FO-H; 054-CD-H; 067-CG-H; 075-Pi-H; 079-H-H; 082-SLG-H; 083-SLG-H; 084-SLG-H; 093-SG-H; 096-Vi-H; 101-NSR-H; 102-NSR-H |
| Leite e grãos | Júlio de Castilhos; Palmeira das Missões; São Miguel das Missões; Sarandi; Tupanciretã; Vacaria. | 002-JC-LG; 009-T-LG; 010-T-LG; 011-T-LG; 019-S-LG; 022-PM-LG; 024-V-LG; 088-SMM-LG; 100-S-LG |
| Leite | Candiota; Canguçu; Eldorado do Sul; Fronteira Oeste; Hulha Negra; Joia; Júlio de Castilhos; Palmeira das Missões; Pinheiro Machado; Sant'Ana do Livramento; São Miguel das Missões; Sarandi; Tupanciretã. | 001-JC-L; 007-T-L; 013-J-L; 014-J-L; 015-J-L; 020-S-L; 021-PM-L; 033-E-L; 034-SL-L; 035-SL-L; 036-SL-L; 043-FO-L; 047-CD-L; 060-HN-L; 064-CG-L; 065-CG-L; 071-PiM-L; 073-PiM-L; 085-SMM-L; 086-SMM-L; 090-SG-L; 103-HN-L; 104-CG-L; 109-SMM-L |
| Pecuária | Canguçu; Herval; Hulha Negra; Piratini, Vacaria; Viamão. | 025-V-P; 062-HN-P; 070-CG-P; 076-Pi-P; 105-Pi-P; 107-H-P; 108-H-P; 110-Vi-P |

Fonte: Elaborado pelo autor.

O agrupamento das unidades nos sistemas de produção ocorreu conforme o agrupamento já realizado na análise na RUOP⁷, observando a dinâmica que as atividades presentes exercem nas unidades, considerando a atividade principal como determinante do sistema de produção.

As contribuições dos diferentes produtos para o autoconsumo foram agrupados nas mesmas categorias presentes no SIGRA, apresentadas no quadro 2 e quadro 3. Foi considerado autoconsumo toda a produção animal, todos os cultivos agrícolas e os processados de alimentos, agroindústria caseira e artesanato consumidos pela família. Utilizando-se dessa forma conceito estabelecido por Garcia Filho (1999) no qual o autor afirma que todo bem produzido pelo sistema de produção da família deve ser considerado na mensuração do produto bruto da unidade de produção.

O cálculo do Produto Bruto (PB) foi realizado na mesma metodologia da própria RUOP, considerando o preço de compra e venda local dos alimentos, ou seja, o assentado estabelece o preço conforme o valor pelo qual faria a compra ou a venda do mesmo produto para algum vizinho. Considerando as metodologias de mensuração do autoconsumo apresentadas por Norder (1998), Garcia Filho (1999), Garcia Júnior (1983, 1989), Leite (2004) e Maluf (2003) apresentadas por Grisa, et al. (2013), entende-se que a metodologia utilizada na RUOP, e nesta dissertação, melhor mensura economicamente o valor dos produtos produzidos para o autoconsumo considerando a realidade dos assentamentos.

Em relação a renda proporcionada pela produção de autoconsumo, Garcia Filho (1999) estabelece em seu guia metodológico, que para produção de autoconsumo apenas é mensurado o PB, e Consumo Intermediário (CI) e Depreciação (D) não são mensurados para esta produção, apenas considerados no conjunto da análise. Gazolla (2004) destaca, enquanto isso, as dificuldades em calcular uma renda em valores monetários líquidos para a produção de autoconsumo, uma vez que é difícil isolar com precisão os custos da produção para autoconsumo. Mesmo considerando as dificuldades relatadas por Gazolla (2004), nesta dissertação optou-se por calcular a renda oriunda do autoconsumo, uma vez que o detalhamento das informações presentes na RUOP permite o cálculo.

Dessa forma, foram calculados PB, CI, D, Divisão do Valor Agregado (DVA) e Renda Agrícola (RA) para o autoconsumo. Nas atividades em que também há comercialização da produção o CI foi calculado conforme a proporcionalidade da produção comercializada e da produção autoconsumida. A mesma forma de cálculo foi utilizada para a D, DVA e RA.

⁷ Mais informações a respeito da dinâmica e do desempenho técnico econômico das unidades acompanhadas na RUOP podem ser encontradas em Neumann, et al. (2019).

Cabe destacar rapidamente ao que cada um dos conceitos corresponde, conforme Garcia Filho (1999), o PB corresponde ao valor total do que é produzido, inclusive o que é consumido pela família, o CI corresponde aos bens inteiramente transformados durante o processo produtivo, como adubos, agrotóxicos, sementes, bem como com o aluguel de equipamentos e contratação de serviços (GARCIA FILHO, 1999). A D corresponde a perda de valor anual que o capital fixo utilizado sofre, como máquinas, equipamentos e instalações, enquanto o DVA compreende a distribuição do valor agregado gerado no processo produtivo, que são os arrendamentos, impostos, juros e salários (GARCIA FILHO, 1999). Por fim, a RA representa a parcela do valor agregado no processo produtivo que corresponde ao produtor, ou seja, a renda que permanece com o produtor (GARCIA FILHO, 1999).

Os valores presentes em outros trabalhos, apresentados na discussão dos resultados, foram todos corrigidos pelo IPCA considerando o ano em que foram coletados para o ano de 2015, ano no qual foram coletados os dados desta dissertação, utilizando-se da Calculadora do Cidadão, ferramenta on-line disponibilizada pelo Banco Central⁸.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos para além desta introdução e as considerações finais. O primeiro capítulo apresenta uma análise do autoconsumo a partir de contribuições teóricas que percorrem um caminho que passa pelo campesinato, pela mercantilização da agricultura e o processo de transformação do campesinato em uma nova categoria social, a recontextualização do autoconsumo na agricultura familiar, até chegar as funções e determinantes do autoconsumo.

O segundo capítulo apresenta uma caracterização da produção para autoconsumo a partir do percentual de famílias que possuem produção para autoconsumo das diferentes categorias de produtos, bem como os quantitativos médios autoconsumidos pelas famílias para cada um dos produtos apresentados, essa caracterização é realizada de maneira regionalizada, agrupando as famílias em 7 regiões no estado.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta uma análise econômica da produção para autoconsumo, apresentado as contribuições das diferentes categorias de produtos na composição do produto bruto do autoconsumo e ainda faz uma análise da contribuição do autoconsumo na renda das famílias assentadas.

⁸ Calculadora do Cidadão disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigerPorIndice.do?method=corrigerPorIndice>>.

2 O AUTOCONSUMO NA TEORIA

O objetivo que se coloca para este capítulo é situar o autoconsumo enquanto objeto de estudo, compreendo que o mesmo é um objeto complexo, devido a multiplicidade de questões que o envolvem.

Nesse sentido, o autoconsumo será inicialmente discutido a partir do campesinato, como o mesmo se insere em seu modo de vida ou modo de produção a partir da teoria do campesinato, apresentando ainda como a temática do autoconsumo se insere nos estudos do campesinato brasileiro.

A análise do autoconsumo segue abordando o processo de transformação (ou não) do campesinato na agricultura familiar, destacando a centralidade da mercantilização nesse processo. Ainda se busca situar o autoconsumo no e como parte do processo de mercantilização e busca de autonomia que se desenvolve.

Por fim, apresenta-se o autoconsumo a partir da análise das funções e determinantes que envolvem sua produção na agricultura familiar para que se possa embasar a discussão das diferentes dinâmicas envolvidas na produção para autoconsumo atualmente.

2.1 O AUTOCONSUMO E O CAMPESINATO

Conforme Wanderley (2003) é possível compreender o campesinato de duas formas distintas, porém complementares. De forma mais restrita o campesinato pode ser visto como modo de organização da produção, já de uma forma mais ampla, como civilização ou cultura. Esses dois modos de compreensão do campesinato são apresentados a seguir, o primeiro a partir das contribuições de Chayanov, abordando a organização da unidade de produção camponesa, o segundo a partir das contribuições de Wolf e Mendras, abordando o campesinato a partir de uma visão mais complexa, apresentando suas características enquanto sociedades camponesas. Em seguida são apresentados os estudos sobre as sociedades camponesas conduzidos no Brasil, enfocando aspectos que se relacionam as duas formas de compreensão do campesinato.

2.1.1 O modo de produção camponês

Chayanov foi responsável por importantes contribuições para compreensão do campesinato por meio de duas obras. Em “Teorias dos sistemas econômicos não capitalistas”

Chayanov (2014) demonstra a incapacidade das categorias de análise do sistema econômico capitalista para analisar o modo de produção camponês. Destaca ainda que o modo de produção camponês é relativamente autônomo e pode ocorrer dentro de diferentes sistemas econômicos.

Em “La organización de la unidad económica campesina” Chayanov (1974) propõe uma análise da unidade econômica campesina por meio de um balanço entre necessidades e auto exploração, onde o grau de auto exploração da força de trabalho se estabelece pela relação entre a satisfação das necessidades e o peso do trabalho, sendo que, as necessidades são determinadas fundamentalmente pela composição e tamanho da família.

Chayanov (1974) estabelece então o conceito de desenvolvimento e diferenciação demográfica da família, caracterizado pela evolução das necessidades e da força de trabalho disponível na família conforme seu tamanho e composição ao longo do tempo, variando pelo número de crianças e adultos. A diferenciação demográfica é então responsável por alterar o balanço entre necessidades e auto exploração.

O autoconsumo é apresentado por Chayanov (1974) como “consumo propriamente dito”, a necessidade mais básica da família e se insere dentro de uma organização racional da produção. Para a unidade econômica camponesa o autoconsumo é um importante elemento para a redução de valores monetários necessários para satisfação das necessidades de alimentação da família. Logo ao conservar a produção de gêneros destinados para o consumo da própria família ocorre um balanço mais vantajoso da relação entre auto exploração e necessidades.

Chayanov (1974) aponta ainda que as atividades relacionadas a produção para autoconsumo, são em sua maioria realizadas por membros da família que não poderiam se inserir no mercado da força de trabalho, como crianças e idosos, dessa forma esse trabalho marginal é incorporado para satisfação das necessidades da família.

É importante frisar, no entanto, que embora a unidade econômica campesina seja relativamente autônoma em relação ao sistema econômico, ainda é o mercado que influencia os itens que esta irá produzir para o autoconsumo, tanto pelo preço das principais mercadorias, como pelo preço dos itens destinados para o autoconsumo, variando conforme o balanço entre necessidades e auto exploração. Somente se conserva dentro da unidade econômica camponesa a produção do que é mais vantajoso ter em espécie (Chayanov, 1974).

Chayanov (1974) ainda destaca que as necessidades, até um período anterior ao desenvolvimento da economia monetária, se caracterizavam basicamente pelo autoconsumo da família e a organização da unidade era orientada basicamente para satisfação dessa

necessidade. Com a influência da cultura urbana, mais elevada, surgiram novas necessidades e as famílias camponesas alteraram seus balanços.

Chayanov, no entanto, é criticado por reduzir a análise do campesinato excessivamente ao aspecto econômico, nesse sentido Wolf (1970) e Mendras (1978) apresentam uma análise do campesinato a partir da integralidade das suas relações sociais, o que será apresentado a seguir.

2.1.2 As sociedades camponesas

Wolf (1970) aborda as sociedades camponesas como sociedades complexas, marcadas por relações sociais assimétricas que impõe exigências externas ao campesinato, o que também diferencia essas sociedades camponesas das sociedades primitivas.

Para Wolf (1970) a existência do camponês é marcada por uma luta constante para equilibrar a produção e as exigências impostas externamente e suas necessidades. Assim, para o autor, “o eterno problema da vida do camponês consiste, portanto, em contrabalançar as exigências do mundo exterior, em relação às necessidades que ele encontra no atendimento às necessidades de seus familiares” (WOLF, 1970, p. 31).

Wolf (1970) define como “mínimo calórico” a quantidade mínima de alimentos para repor a energia gasta com o trabalho, o que podemos compreender como o autoconsumo. Sendo está a principal necessidade da família a ser atendida, no entanto, o camponês não produz somente para a sua família. Conforme Wolf (1970) o camponês precisa produzir

excedentes, que são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas que devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços (WOLF, 1970, p. 16).

O conceito de fundos é utilizado por Wolf (1970) para elencar algumas das dessas exigências impostas ao camponês. O autor estabelece três fundos que delimitam as diferentes necessidades impostas ao campesinato, sendo eles: fundo de manutenção, fundo de aluguel e fundo cerimonial.

O fundo de manutenção destina-se aos itens necessários para a manutenção dos ciclos produtivos como: sementes, ferramentas e animais e ainda consumo da família, definido anteriormente como o mínimo calórico. “Os gastos necessários para a restauração desse

equipamento mínimo, tanto para a produção como para o consumo, eram seu *fundo de manutenção*”. (grifos do autor, WOLF, 1970, p. 19).

Por sua vez, o fundo de aluguel destina-se basicamente ao pagamento pelo uso da terra que não é sua, fruto do domínio exercido sobre o camponês. Já o fundo cerimonial destina-se as despesas com os rituais estabelecidos pelas suas relações sociais (casamentos e festas), “se os homens têm pretensões a participar das relações sociais, deverão trabalhar para a criação de um fundo visando às despesas por tais atividades” (WOLF, 1970, p. 21).

Em semelhança a Wolf, Mendras (1978) analisa as sociedades camponesas a partir de sua organização social e sua relação com a sociedade envolvente. O autor define o camponês como o que trabalha a terra para se nutrir, entendendo o camponês mais como o grupo doméstico do que como o indivíduo, compreendendo também dessa forma a centralidade da produção para o autoconsumo na organização da sociedade camponesa.

Mendras (1978) aponta cinco características fundamentais das sociedades camponesas, sendo elas: a centralidade do grupo doméstico na organização da vida econômica e social; a relativa autonomia das coletividades camponesas à sociedade envolvente; o papel dos notáveis como mediadores das coletividades camponesas com a sociedade envolvente; o forte interconhecimento entre os indivíduos de uma coletividade local em contraposição à relações débeis com sociedades circunvizinhas; e, for fim, um sistema econômico de autarquia relativa, sem distinção entre consumo e produção e que se relaciona com a sociedade envolvente.

Cabe destacar que a não distinção entre produção e consumo cria uma forte correspondência entre sistema agrário e regime alimentar. Além disso, é uma característica do campesinato a produção para si e para os demais, o que obriga o camponês a produzir para os demais, que são os tributos recolhido pela sociedade envolvente. Sem os tributos o camponês produz o que consome, uma vez que a produção em abundância é inútil e não recompensa o trabalho adicional (MENDRAS, 1978).

No Brasil os estudos do campesinato não adotam uma forma específica de compreensão do campesinato e exploram diversos aspectos da vida camponesa, esses estudos sobre o campesinato brasileiro são apresentados a seguir.

2.1.3 Os estudos do campesinato brasileiro

Os estudos sobre o campesinato brasileiro apresentam um conjunto de características que permitem analisar a forma de organização da produção camponesa, bem como a

racionalidade adota por eles no processo produtivo e como o autoconsumo se insere nesse processo. Entre estes trabalhos destaca-se inicialmente os estudos de Garcia Jr. (1983, 1989).

Garcia Jr. (1989) apresenta uma análise da racionalidade e organização do processo produtivo dos camponeses do agreste paraibano, onde os mesmos fazem o uso combinado do roçado e de outras estratégias, como a venda da própria força de trabalho, necessárias para garantir a reprodução social do grupo doméstico. A adoção de estratégias diversas à do roçado se faz necessária uma vez que somente o roçado não é capaz de garantir a reprodução social conforme o nível de consumo mínimo socialmente aceito para seu grupo doméstico. O autor ainda destaca que a estratégia de “botar roçado”, para produção dos produtos de autoconsumo, faz parte de praticamente todos os grupos domésticos, quando não há área para produção faz-se o uso do arrendamento ou da meiação (GARCIA JR., 1989).

Para “botar o roçado” a alternatividade (opção entre consumir ou vender) das culturas é levada em consideração. A alternatividade é uma marca da produção do campesinato que se destaca nestes estudos, conceito apresentado por Garcia Jr. (1983 e 1989) e por Heredia (1979). A marca da alternatividade carrega pelas culturas permite compreender como os camponeses fazem uso de um cálculo racional para definir os cultivos praticados. Conforme Garcia Jr. (1983):

A alternatividade das “lavouras de subsistência”, entre ser vendida ou consumida, permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos de consumo familiar. Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender sua produção, guardando o dinheiro para épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar. Com os preços baixos, caso não tenha dinheiro, lança mão do próprio produto na obtenção do necessário ao consumo familiar (GARCIA JR, 1983, p. 129).

A preferência às culturas com a marca da alternatividade decorre da redução dos riscos à reprodução da família camponesa. Evitando as flutuações de preços das culturas comerciais, o pequeno produtor evita o risco de não conseguir realizar a aquisição dos alimentos que serão consumidos pela família, o que necessariamente se daria pelo mercado. Não há, portanto, uma insensibilidade aos preços, mas uma estratégia sofisticada de redução de riscos (GARCIA JR., 1983, 1989).

Já a comercialização faz parte da própria estratégia do autoconsumo, vendendo parte da produção o pequeno produtor evita o risco de perder parte de sua produção pela deterioração, guardando o dinheiro para aquisição futura dos itens necessários ao autoconsumo. Além disso, com a comercialização de parte de seus produtos dispõe de

recursos monetários para adquirir no mercado os itens que não pode produzir, como açúcar, querosene, sabão, entre outros (GARCIA, JR. 1983, 1989).

Garcia Jr. (1983, 1989) ainda destaca o trabalho como alugado (venda da força de trabalho) nos engenhos ou usinas, ou ainda como negociante nas feiras, como parte da estratégia de reprodução dos camponeses, e por vezes da diferenciação destes. O que segundo Wanderley (1996) não deve ser visto como uma degradação da condição camponesa, mas como uma necessidade, uma vez que o acesso à terra insuficiente os impede de desenvolver ao máximo o próprio trabalho.

Na organização do processo produtivo os camponeses adotam o consorciamento, que por sua vez segue o princípio da alternância. A alternância se refere ao momento de colheita ou de maior necessidade de espaço da cultura, é planejada para exigir menos esforço da família, demonstrando uma racionalidade na implementação das culturas e ainda reduz o trabalho necessário para o grupo doméstico (WOORTMANN E WOORTMANN, 1997).

A centralidade do grupo doméstico também é evidenciada nos estudos do campesinato brasileiro. A composição do grupo doméstico tem caráter definidor das culturas implantadas no roçado, que dependem da força de trabalho disponível. O processo produtivo é organizado de modo que o grupo doméstico seja capaz de cumprir o conjunto das tarefas necessárias. Conforme os filhos crescem, e ocorre a diferenciação demográfica da família, contribuem com as tarefas, e a família passa a ter melhores condições de acumulação (GARCIA JR., 1989).

Essa organização do grupo doméstico para cumprir as tarefas da unidade de produção tem um caráter de gênero. Há uma distinção entre o espaço de domínio do homem, o roçado, onde se dá a produção, e da mulher, a casa, onde o consumo é realizado. Assim, ao homem é atribuído o papel de produzir os itens necessários para o consumo da família, podendo contar com a ajuda dos demais membros. Já em relação ao papel da mulher, Woortmann e Woortmann (1997) destacam que:

a disponibilidade de alimentos considerados adequados, de acordo com ideais de composição e quantidade das refeições, expressa a competência da dona-de-casa no controle, armazenamento e distribuição do consumo alimentar da família (WOORTMANN E WOORTMANN, 1997, p. 53).

Conforme os filhos vão crescendo assumem tarefas, seja no roçado, para os meninos, seja na casa, para as meninas, que ocorre em caráter de ajuda ao pai e a mãe, que são os responsáveis por atender as necessidades do grupo doméstico. A mulher também pode

trabalhar no roçado, e mesmo em tarefas que somente ela faça, como botar a semente na terra, seu trabalho será sempre considerado ajuda (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

Os estudos brasileiros sobre o campesinato apresentam em geral a centralidade do autoconsumo nas estratégias de reprodução dos camponeses. Essa centralidade decorre conforme aponta Wanderley (1996) da instabilidade constante na vida do campesinato, citando Linhares e Silva (1981), aponta que a atividade mercantil se soma ao autoconsumo, e quando a condição camponesa se reduz ao autoconsumo é devido a incapacidade de acessar uma atividade rentável e estável (WANDERLEY, 1996).

Ainda conforme Wanderley (1996) essa incapacidade de acessar atividades rentáveis e estáveis decorre do bloqueio imposto ao campesinato, impedido de ter acesso à terra, produzir um patrimônio familiar e criar um laço com um território, o que levou o campesinato brasileiro a uma condição estrutural de precariedade.

Nesse sentido Candido (1982) destaca a condição de vida dos caipiras paulistas, vivendo, no que ele descreve, com mínimos vitais e sociais. O autor analisa como ocorre a produção de produtos agrícolas para atender os mínimos vitais, e em decorrência disto, como se organiza a sociedade dos caipiras para garantir este modo de vida e os mínimos sociais.

Compreendendo que os caipiras viviam em economia fechada, o autoconsumo era o determinante de sua vida social, praticamente não havia outras necessidades, uma vez que utensílios domésticos, vestimentas, ferramentas e outros itens necessários à sua precária existência eram produzidos pelos próprios caipiras. A coleta, a caça e a pesca faziam parte da composição de sua dieta (CANDIDO, 1982).

Os estudos sobre o campesinato brasileiro corroboram as teses chayanovianas, mas também caracterizam especificidades do campesinato brasileiro, conforme destaca Wanderley (1996), citando Lamarche (1993, 1994), uma especificidade do campesinato brasileiro é busca por alocação de cada filho em uma nova parcela de terra.

Embora tenha especificidades, as contribuições de Chayanov, Wolf e Mendras são válidas para compreensão do campesinato brasileiro. Conforme destaca Wanderley (1996, 2003, 2014) a precariedade estrutural dos camponeses brasileiros é um traço marcante. A partir disto, é possível compreender melhor as estratégias adotadas pelos camponeses em terras brasileiras e sua busca constante por autonomia e redução de riscos, principalmente no que se refere a reprodução do grupo doméstico e sua segurança alimentar.

Os traços característicos do campesinato, apresentados até aqui, embasam em grande parte a compreensão do autoconsumo na agricultura familiar, dessa forma o resgate dos estudos camponeses permite situar o autoconsumo dentro da organização da produção na

agricultura familiar. No entanto, é necessário pontuar os processos que “transformam” o camponês em agricultor familiar, dessa forma, a próxima seção irá apresentar os processos de mercantilização e constituição da agricultura familiar.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR: UM NOVO SUJEITO, ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO E A AUTONOMIA

Como observa Abramovay (2012), embora não tenha construído uma análise específica sobre o campesinato, Marx já apontava a incompatibilidade do campesinato com o capitalismo devido aos vínculos que se estabeleciam entre produtores e mercados, incompatíveis com o desenvolvimento da sociedade burguesa. Assim como Weber (1979), que em sua conferência nos Estados Unidos, destaca o papel do mercado para os agricultores estadunidenses, entre os quais impera o individualismo econômico e a produção exclusivamente para o mercado, uma vez que este era mais antigo que os próprios agricultores.

Dentro do campo marxista as obras de Kautsky e Lênin acabaram tornando-se os marcos para análise do capitalismo na agricultura. Kautsky (1972) apontava a superioridade técnica da grande exploração comparada a pequena, o que levaria ao desaparecimento das pequenas explorações. Lênin (1982) por sua vez apontava que a diferenciação social do campesinato levaria a sua desintegração, formando duas classes antagônicas, proletários e burgueses.

Na esteira das contribuições marxistas, os estudos sobre o campesinato, até a década de 1980, apontavam, invariavelmente, para o seu desaparecimento. No entanto, a partir da década de 1990 importantes contribuições da academia, as lutas políticas e o reconhecimento institucional contribuíram para uma reinterpretação e consolidam uma categoria social: a agricultura familiar. Nessa perspectiva, à primeira vista, a racionalidade do agricultor familiar difere da racionalidade do camponês, sendo o mercado o elemento central para o agricultor familiar, enquanto era praticamente ausente para o camponês. Nesse sentido, nessa seção, se discute os aspectos que envolvem o reconhecimento dessa categoria social; o processo de mercantilização e as transformações relacionadas à agricultura; e o processo de construção de autonomia da agricultura familiar frente a mercantilização e como isso interfere na produção para autoconsumo.

2.2.1 Agricultura familiar: um novo sujeito

O reconhecimento da agricultura familiar como novo sujeito envolveu basicamente três processos: os estudos realizados nas universidades brasileiras que deram um impulso inicial e reconheceram as especificidades e importância desta categoria; a luta política por reconhecimento e políticas públicas específicas, protagonizada pelas próprias organizações dos agricultores familiares; e o reconhecimento institucional por parte do Estado, com a implementação de políticas públicas específicas ao público da agricultura familiar. Esse processo como um todo é discutido brevemente a seguir.

A obra de Abramovay (2012) teve importante contribuição na afirmação da agricultura familiar. Por meio de uma análise da agricultura nos países capitalistas centrais, o autor demonstra que o desenvolvimento da agricultura nesses países ocorreu pela conversão dos camponeses em modernos agricultores familiares. Como característica da agricultura familiar, o autor destaca sua forte integração aos mercados, uma grande capacidade de responder as políticas governamentais e incorporar avanços tecnológicos que incrementam a produção (ABRAMOVAY, 2012).

O autor ainda destaca o papel do Estado na criação das modernas propriedades familiares, interferindo na estrutura agrária, política agrícola, renda agrária e inovações tecnológicas. Como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento, as propriedades familiares:

Foram a *condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental ao próprio desenvolvimento do mundo capitalista*: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor, e portanto que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente na aquisição de bens duráveis, uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1970 (grifos do autor, Abramovay, 2012, p. 32).

A partir da análise que Abramovay faz, é possível compreender que o autor entende a agricultura familiar como um novo sujeito, diferente do camponês. A caracterização de pequena produção, até então comum a essas duas formas familiares, era inadequada:

O que se escamoteia sob o nome de “pequena produção” é o *abismo social* que separa *camponeses* – para os quais o desenvolvimento capitalista significa, [...], a fatal desestruturação – de *agricultores profissionais* – que se vêm mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea (grifos do autor, Abramovay, 2012, p. 221).

Assim, entende-se a partir de Abramovay, que o agricultor familiar é um ator que faz parte da agricultura moderna, integrada ao mercado, resultado da atuação do Estado e que cumpre um papel dentro de uma estratégia de desenvolvimento.

Veiga (2012) faz uma análise semelhante, não existindo evidências de vantagens técnicas e econômicas intrínsecas à uma forma de produção, “o maior ou menor predomínio da agricultura familiar durante a expansão do capitalismo industrial, no século XX, está diretamente ligado às características da intervenção do Estado nos mercados agrícolas” (VEIGA, 2012, p. 204).

Nos países do capitalismo desenvolvido o Estado atuou no fortalecimento das formas familiares por meio de crédito, pesquisa, assistência técnica e controle dos preços agrícolas, com objetivo de elevar a produtividade e garantir uma queda real nos preços dos alimentos. Essa intervenção inibiu o desenvolvimento das formas patronais de agricultura e criou uma categoria social, o agricultor familiar, que o autor destaca ser diferente do camponês pela sua integração à mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos (VEIGA, 2012).

A perspectiva adotada por Abramovay e Veiga desconstrói ao mesmo tempo as teorias de Kautsky e Lênin e a do modo de produção camponês, relativamente autônomo, de Chayanov. Cabe destacar que existem divergências quanto a esta perspectiva de análise. Para Wanderley (2009):

[...] entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo familiar visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio. (Wanderley, 2009, p. 40-41).

Ainda em relação a existência de uma nova categoria social, Wanderley (2003) destaca que se trata mais de um processo do que uma transformação:

[...] mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais (Wanderley, 2003, p. 45).

Dessa forma, na compreensão da autora, os agricultores familiares são erguidos a condição de atores sociais e não simples objetos da intervenção do Estado, sem história, na dupla referência à continuidade e à ruptura (WANDERLEY, 2003).

Na perspectiva de rupturas e continuidades na transformação do camponês em agricultor familiar destaca-se como elementos de continuidade a indivisibilidade dos rendimentos e a produção para subsistência e autoconsumo. Enquanto que a profissionalização do agricultor familiar, que agora não pode mais se apoiar exclusivamente no conhecimento tradicional e deve buscar aprender a profissão, e a pluriatividade de seus membros, que se valem dessa estratégia para criar condições de reprodução da família, são apontados como elementos de ruptura (WANDERLEY, 2003).

Enquanto Wanderley questiona a condição da agricultura familiar enquanto um novo sujeito, Picolotto (2011, 2014) diverge no sentido da construção dessa categoria social:

[...] a construção da categoria agricultura familiar no Brasil, ao contrário do que querem fazer crer muitos, não é produto exclusivo dos trabalhos acadêmicos a que são atribuídos a primazia do uso do termo e nem, tão pouco, dos estudos de cooperação FAO/Inra e das políticas públicas (como o Pronaf), mas, sua construção no país foi realizada por um conjunto de experiências, reflexões e iniciativas de diversos atores, aí incluídas as organizações sindicais” (PICOLOTTO, 2014, p. 81).

Ainda conforme Picolotto (2011, 2014), o sindicalismo construiu uma identidade, com um caráter positivado e colocou o agricultor familiar no centro do debate sobre o desenvolvimento rural. Nesse sentido a organização dos agricultores familiares em organizações sindicais e movimentos sociais e sua mobilização a nível nacional exerceu influência decisiva para que fossem implementadas políticas públicas que contribuíssem para o reconhecimento institucional da agricultura familiar, o que faz dessa categoria social, uma categoria construída pela própria ação dos agricultores familiares (PICOLOTTO, 2011, 2014).

Schneider et al. (2004) e Mattei (2007) destacam que o surgimento do PRONAF se deu em um contexto de abertura da economia brasileira e de desregulamentação dos mercados, submetendo os agricultores da região Meridional do Brasil a intensa concorrência com os países do Mercosul. A pressão exercida pelas organizações dos agricultores familiares foi decisiva para o surgimento do PRONAF (PICOLOTTO, 2011, 2014; GRISA E SCHNEIDER, 2014), que representa o reconhecimento e a legitimação da categoria agricultura familiar e suas especificidades pelo Estado⁹ (SCHNEIDER et al. 2004; MATTEI, 2007).

⁹ A Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Conforme a Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu

Embora o objetivo desta seção não seja resgatar o processo de reconhecimento da categoria agricultura familiar como um todo, mas apenas discutir seu status enquanto categoria social e a pertinência de seu uso, vale citar rapidamente a contribuição que outros trabalhos acadêmicos tiveram nesse processo. Kageyama e Bergamasco (1989) introduziram um recorte inovador na análise dos dados do Censo Agropecuário de 1980, pela introdução da variável do trabalho familiar, distinguindo os estabelecimentos que separavam a gestão do trabalho, dos estabelecimentos em que a gestão e o trabalho eram realizados pela família. As autoras constaram que a agricultura com base no trabalho familiar correspondia a 71% dos estabelecimentos, ocupava 42% da área e 74% do pessoal ocupado na agricultura.

Os estudos do convênio entre FAO/INCRA (1994, 1996) coordenados por Guanzaroli apresentaram uma distinção entre agricultura familiar e patronal e estabeleceram uma categorização para a agricultura familiar, separando os agricultores familiares entre consolidados, em transição e periféricos. Essa categorização acabou sendo a base adotada por algumas políticas públicas para definição dos beneficiários, como o PRONAF.

Ainda cabe destacar o estudo coordenado por Lamarche (1993, 1998) citados por Picolotto (2011), que realizou uma comparação internacional da agricultura familiar baseado em observações no Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia. O estudo destacou a ampla diversidade socioeconômica que assume a organização da agricultura de base familiar e propõe quatro modelos teóricos de classificação: empresa, empresa familiar, agricultura camponesa ou de subsistência e agricultura familiar moderna; e enfatiza que o elo unificador é o caráter familiar da gestão e do trabalho.

Por fim, cabe observar ainda a diversidade que engloba a categoria agricultura familiar. A perspectiva adotada por Wanderley (2009) leva em consideração uma condição de “*agricultores territoriais*”, que tem em comum a referência ao patrimônio familiar e o pertencimento a uma comunidade rural. Essas formas familiares que fazem do rural seu lugar de vida e são constituídas por:

[...] pequenos ou médios agricultores, proprietários ou não das terras que trabalham; os assentados dos projetos de reforma agrária; trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo; povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; e ainda comunidades indígenas e quilombolas. (WANDERLEY, 2009, p. 40).

Schneider e Nierdele (2008) adotam análise semelhante quanto a diversidade que compõe a categoria agricultura familiar, segundo os autores:

as denominações locais e regionais, como as de colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho, estão na base do que se denomina atualmente de agricultura familiar, que aparece como uma categoria política com pretensões a sintetizar a diversidade social presente no meio rural brasileiro (Schneider e Nierdele, 2008, p. 1010).

Ainda segundo Schneider e Niederle (2008), o grau de mercantilização é o que diferencia os agricultores familiares dos camponeses, embora mantenham elementos em comum, como o patrimônio e o trabalho familiar e a produção para autoconsumo. A diferenciação entre os agricultores familiares se dá pelas diferentes estratégias adotadas por estes no processo de mercantilização que não é linear e homogêneo, isso porque os agricultores são vistos como agentes que podem interferir nesse processo (SCHNEIDER E NIEDERLE, 2008).

Nesse sentido, a seguir apresenta-se os impactos da mercantilização sobre a agricultura e os agricultores, como esse processo interfere nas estratégias adotadas pelos agricultores e como o autoconsumo se relaciona com essas estratégias.

2.2.2 A mercantilização na agricultura e o autoconsumo

O mercado tem papel preponderante no processo de transformação do camponês em agricultor familiar. A crescente mercantilização levou a transformações no processo produtivo e na racionalidade do agricultor familiar. Embora o camponês sempre tenha mantido relações com o mercado, operando pela alternatividade, o autoconsumo era um elemento central na organização do processo produtivo.

Com a mercantilização da agricultura, as culturas comerciais passam a ter caráter preponderante, há um arrefecimento da produção para autoconsumo, concomitantemente há um processo de especialização produtiva, onde o agricultor passa a produzir um reduzido número de culturas destinadas à comercialização com o objetivo de remunerar a força de trabalho (GRISA, 2007, GAZOLLA, 2004, CONTERATO, 2004).

O processo de mercantilização da agricultura ocorre devido a crescente externalização do processo produtivo, o que ocorreu principalmente após a modernização da base técnica e produtiva. No Brasil essa modernização foi impulsionada principalmente pelo Estado a partir da década de 1970 (CONTERATO, 2004, GAZOLA, 2004).

Em vários estudos sobre o campesinato já se destacava o papel do mercado na transformação das condições de vida dos camponeses. Mendras (1978) destaca que a mercantilização transforma a autarquia relativa das sociedades camponesas e as integra de maneira crescente a sociedade envolvente. Chayanov (1974) e Candido (1982) destacam o efeito da cultura urbana sobre as necessidades do grupo doméstico, criando necessidades que são supridas no próprio mercado. Wolf (1976) observa o efeito da disponibilidade de alimentos nos mercados próximos e como estes afetam a organização da produção dentro da unidade familiar de produção. Lovisoló (1989) observou a transformação do sistema de policultura e criação de animais em um binômio de produção de soja e trigo, assim como Conterato (2004) observou a “sojicização” da região do Alto Uruguai em substituição ao sistema diversificado de produção colonial.

A mercantilização se caracteriza por um processo em que um crescente número de tarefas, que antes era realizado dentro do próprio estabelecimento agrícola, sob organização e comando de um mesmo agricultor, passa a ser executado por organismos externos e gera a multiplicação das relações mercantis (PLOEG, 1992). Conforme Ploeg: “A chamada modernização da agricultura frequentemente segue a rota da terceirização, na qual um número crescente de tarefas é separado do processo de trabalho agrícola e, portanto, é atribuído a agências externas” (PLOEG, 1992, p.169, tradução livre).

Esse processo acaba afetando não somente a produção agrícola, mas também ocorre uma transformação completa do processo de reprodução. O agricultor passa para uma situação de dependência estrutural do mercado, todos os anos precisa acessar por meio do mercado os fatores necessários ao processo de reprodução (PLOEG, 1992).

Fatores de produção antes internos a unidade de produção foram transformados e passaram a ser adquiridos no mercado, entre os quais pode-se destacar as sementes, fertilizantes, agrotóxicos, entre outros (CONTERATO, 2004). Essa dependência crescente do mercado passa a ser um fator de instabilidade para as unidades de produção e o preço passa a ser determinante na regulação da produção agrícola (PLOEG, 1990).

A cientifização da produção agrícola desempenha um papel central da mercantilização da agricultura. A cientifização é definida por Ploeg (1992) da seguinte forma:

Por cientifização entendo a reconstrução sistemática das atuais práticas agrícolas segundo os caminhos traçados por desenhos de caráter científico. Por meio da cientifização se cria uma estrutura que permite ao capital obter um controle mais direto sobre o processo de trabalho agrícola (p. 153-154; tradução livre).

Dentro do escopo da cientificação se inserem as práticas agrícolas difundidas no período da modernização, o saber-fazer tradicional do agricultor não era adequado ao contexto de mercantilização da agricultura. Conterato (2004) aponta três efeitos da mercantilização na região do Alto Uruguai, no estado do RS: a individualização da produção; a terceirização ou externalização, pela contratação de máquinas e pessoas; e pluriatividade. Devido as condições socioeconômicas da região não favorecerem a pluriatividade, há um intenso processo de êxodo rural.

Ainda conforme Ploeg (1992) o processo de mercantilização na agricultura não é linear, embora o autor reconheça a ampla abrangência do fenômeno, e que este tenha se acelerado a partir da modernização agrícola. A diferentes estratégias adotadas frente ao processo de mercantilização geram diferentes “estilos de agricultura” (PLOEG, 2008), conforme o autor:

Estes estilos representam os resultados materiais, relacionais e simbólicos de fluxos estrategicamente ordenados ao longo do tempo. No seu conjunto, eles formam uma variedade rica e heterógena que varia desde formas diferentes de agricultura camponesa, via combinações altamente complexas, até expressões diversas de agricultura empresarial (PLOEG, 2008, p. 157).

Nesse sentido, Radomsky (2006) destaca que mesmo em uma sociedade capitalista, o fenômeno da mercantilização das práticas econômicas e das relações sociais não podem ser explicadas somente a partir do mercado como ator social. Os agricultores estabelecem relações não-mercantis em determinadas estratégias de reprodução social, sendo as relações de reciprocidade e parentesco fundamentais.

Gazolla (2004) em seu estudo no Alto Uruguai observou que não há uma relação linear entre a mercantilização e a produção de autoconsumo, mesmo em unidades com um grau elevado de mercantilização pode-se encontrar uma produção para o autoconsumo elevada. No entanto, o autor destaca que, em geral, houve um processo de mercantilização e vulnerabilização do autoconsumo, muitas famílias passaram a adquirir boa parte dos alimentos no mercado.

Todavia, a mercantilização do acesso aos alimentos não é tão recorrente. Em muitas unidades a produção para autoconsumo continua importante como parte da construção de uma autonomia da reprodução social frente aos mercados (GRISA, 2007). Conterato (2004) também analisou os impactos da mercantilização sobre a produção de autoconsumo nas famílias agricultoras da região do Alto Uruguai, embora a busca pelo lucro seja importante

para a maioria das famílias, a produção para o autoconsumo também continua como meta fundamental para a maioria.

Percebe-se a complexidade do fenômeno da mercantilização e sua relação com o autoconsumo. A mercantilização levou a profundas transformações sociais e econômicas na agricultura, no entanto, como já demonstrado anteriormente não foi um processo homogêneo. A seguir, discute-se estratégias dos agricultores familiares na busca por autonomia frente a esse processo e como o autoconsumo se insere no mesmo.

2.2.3 Autoconsumo e autonomia

Como visto anteriormente, a crescente mercantilização e conseqüente externalização dos recursos produtivos leva a um processo de dependência crescente do mercado para garantia dos ciclos produtivos. Os fatores de produção e insumos passam a ser mercadorias, constituindo um processo de reprodução dependente do mercado. No entanto, um processo de reprodução autônoma também é possível, onde é preconizada a internalização de recursos e tarefas, conforme destaca PLOEG (1992).

As diferenças entre a reprodução dependente e a reprodução autônoma podem ser sintetizadas da seguinte maneira, na reprodução dependente a disponibilidade dos fatores de produção é flexível e controlada pelo mercado, a reprodução segue uma perspectiva de curto prazo, busca a eficiência econômica e necessita de um constante aumento de escala, “os recursos são mobilizados em seus correspondentes mercados para, em seguida, entrarem no processo de produção como mercadorias. Desta forma, as relações mercantis penetram no coração do processo de produção e trabalho” (PLOEG, 2006, p. 28).

Enquanto isso, na reprodução autônoma a disponibilidade dos fatores de produção é determinada pelos ciclos precedentes, a reprodução segue uma perspectiva de longo prazo, com base na eficiência técnica e a produção é intensificada constantemente (PLOEG, 2006).

Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho, que são utilizados para produzir mercadorias e, ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção (PLOEG, 2006, p. 27).

Conforme Ploeg (2008) destaca em sua obra sobre os impérios alimentares e os processos de recampanização, o camponês tem uma desconfiança constante nas relações que estabelece, dessa forma se centra na busca por autonomia. “O equilíbrio entre a confiança e a

desconfiança se traduz em uma estruturação específica das relações econômicas na qual a agricultura está enraizada” (PLOEG, 2008, p. 45).

A recampenização é vista, dessa forma, como um processo em que um número crescente de agricultores busca cada vez mais garantir sua reprodução autônoma frente aos mercados. Os agricultores estariam usando espaços de manobra que dispõem para aumentar sua autonomia frente à crescente mercantilização do processo produtivo (PLOEG, 2006, 2008).

Ploeg (2006) afirma que a recampenização se expressa em diferentes alternativas adotadas pelos agricultores:

1) novos produtos e serviços são produzidos, com a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis. Emergem então empresas *multiproduto*, que contêm novos níveis de competitividade e que reforçam a autonomia. Ao lado dessa tendência (e, com frequência, bastante ligada a ela), há também 2) um distanciamento em relação aos principais mercados de insumos, uma mudança em direção ao que é conhecido como *agricultura (mais) econômica*. O processo de produção é crescentemente baseado sobre recursos outros do que aqueles controlados pela agroindústria. Na correspondente transição, 3) a *reconexão da agricultura com a natureza* tem desempenhado um papel central. De acordo com a mesma racionalidade, 4) pluriatividade e 5) novas formas de cooperação local são redescobertas. Estas também permitem uma reconexão e, assim, uma redução na dependência direta da agricultura em relação ao capital financeiro e industrial. No núcleo do processo de produção há 6) uma reintrodução da *artesanalidade* (uma unidade orgânica entre trabalho intelectual e manual que permite o controle direto e afinado do processo de produção) (PLOEG, 2006, p. 48, grifos do autor).

Para Ploeg (2008), a busca pela autonomia centra-se em três processos: a coprodução, a constituição de uma base de recursos autocontrolada e relações específicas estabelecidas com os mercados, de modo a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e escapar ao controle do mercado. A coprodução é compreendida como “o incessante encontro e interação mútua entre o homem e natureza viva, e de forma geral, entre o social e o material” (PLOEG, 2006, p. 24).

Nessa constante busca por autonomia o autoconsumo se insere como um importante elemento da reprodução autônoma, “em virtude de manter interna à família, e sob controle desta, a alimentação, uma dimensão vital para sua existência” (GRISA, 2007, p. 51). O autoconsumo também aparece como uma forma de coprodução, que reforça a autonomia, conforme destaca Grisa (2007):

Além do autoabastecimento alimentar aproveitar-se dos resíduos da produção vegetal e animal (palhadas e esterco, principalmente), “as sobras” do mesmo constituem-se fonte de alimentação dos animais e recursos para os próximos cultivos, formando uma rede de sistemas de produção interconectados. Também

serve para interligar homem e natureza, por meio da utilização dos saberes locais e de práticas sustentáveis (GRISA, 2007, p. 53).

Dentro da reprodução autônoma, no entanto, ainda são realizadas trocas mercantis, que geram recursos que são empregados na compra de mercadorias que não podem ser produzidas internamente. Norder (2006) afirma que a aquisição de mercadorias, por vezes, faz parte de uma estratégia de autonomia, e permite uma maior eficiência do uso da força de trabalho, aumentando a autonomia e maleabilidade no processo de produção sem representar um aumento da subordinação a atores sociais externos. Conforme o autor a “constituição de recursos permanentes e a produção de insumos de curto ciclo, em boa medida associados à aplicação da força de trabalho, não se efetua sem a aquisição de diversas mercadorias” (NORDER, 2006, p. 78).

Gazzola (2004) destaca que o autoconsumo garante autonomia reprodutiva do grupo doméstico, pois mantém interna a unidade de produção a garantia da alimentação, não dependendo das condições do ambiente social e econômico e eliminando os riscos associados as flutuações dos preços e as relações de troca estabelecidas com o mercado.

Em uma perspectiva que vai além da esfera produtiva agrícola, Ellis (1999, 2000) destaca a diversificação dos modos de vida, teoria pela qual os agricultores mobilizam ativos e capitais (capital natural, físico, humano, financeiro e social) de forma a garantir maior estabilidade para a reprodução do grupo doméstico. Como destacaram Gazzola (2004) e Grisa (2007) a produção de autoconsumo pode ser compreendida dentro dessa diversificação dos modos de vida.

Ellis (1999, 2000) trata da diversificação das estratégias de vivência como alternativa para o combate da pobreza em países em desenvolvimento. As estratégias de vivência (livelihoods) são definidas da seguinte maneira:

As estratégias de vivência (livelihoods) compreendem os ativos (capital natural, físico, humano, financeiro e social), as atividades, e o acesso para estas (mediado por instituições e relações sociais) que juntos determinam o ganho de vida pelos indivíduos e unidades doméstica (ELLIS, 2000, p. 10, tradução livre).

Conforme Ellis (1999) a abordagem da diversificação das estratégias de vivência evidencia-se pela extensão do fenômeno nos países em desenvolvimento, de acordo com o autor o crescimento da produção agrícola não tem sido capaz de garantir as oportunidades para redução da pobreza.

Segundo Ellis (2000) a diversificação justifica-se pela própria sazonalidade da produção agrícola que impede um melhor aproveitamento da mão de obra, problema suavizado pela diversificação. A melhor remuneração das ocupações não agrícolas ao trabalho da unidade doméstica frente à agricultura, os danos climáticos imprevisíveis e outros riscos, como guerras e crises econômicas também são apontadas como justificativas para a diversificação das estratégias de vivência frente a exclusividade da ocupação agrícola (ELLIS, 2000).

De acordo com Ellis (2000) as estratégias de vivência são classificadas em estratégias de escolha e adaptação ou estratégias de reação e necessidade, dependendo do contexto da unidade doméstica. As estratégias de escolha e adaptação são acionadas de maneira voluntária e proativa em um contexto de ascensão social ou acumulação e tem como sentido reduzir a vulnerabilidade e a pobreza e garantir a diversificação dos ativos (ELLIS, 2000).

As estratégias de reação e necessidade são acionadas quando o grupo doméstico se encontra em um contexto de pobreza e riscos à reprodução social, portanto, são acionadas de modo involuntário e infortúnio. As estratégias de reação e necessidade são lançadas basicamente com o objetivo de garantir que o grupo doméstico continue sobrevivendo em um contexto de desagregação das condições que garantiam sua reprodução, como crises econômicas, insegurança alimentar, riscos, entre outros (ELLIS, 2000).

Ainda conforme Ellis (2000) o uso de diferentes estratégias de reação e necessidade frente a uma crise ocorre de maneira sequencial. Inicialmente o grupo doméstico busca diversificar atividades e fontes de renda; em seguida acionada seu capital social e usa de relações de parentesco e reciprocidade; na sequência se vale da redução do tamanho do grupo doméstico por meio de migrações temporárias; após isso, vende ativos da propriedade; por fim, acaba por vender a própria propriedade e deixando a agricultura.

Grisa (2007) afirma que o autoconsumo pode ser compreendido tanto como estratégia de escolha e adaptação, como estratégia de reação e necessidade. Citando Lovisolo (1989) a autora destaca a produção para autoconsumo como forma de economização, que libera recursos para investir em outros bens, e por garantir segurança alimentar, enquadrando então o autoconsumo como estratégia de escolha e adaptação. Já como estratégia de reação e necessidade o autoconsumo permite reduzir a vulnerabilidade a aumentar a autonomia (GRISA, 2007).

Percebe-se dessa forma a centralidade do autoconsumo na garantia da autonomia em diferentes contextos. Conforme Grisa (2007) a autonomia se constrói a partir de um conjunto de funções que o autoconsumo exerce no contexto da agricultura familiar, nesse sentido a

próxima seção explora as funções que o autoconsumo exerce, bem como os determinantes que influenciam a produção do autoconsumo, uma vez que a presença da produção para o autoconsumo não pode ser compreendida apenas pelas suas funções.

2.3 AS FUNÇÕES E DETERMINANTES DO AUTOCONSUMO

As funções exercidas pelo autoconsumo se relacionam com o contexto em que se insere a agricultura familiar, considerando a diversidade de relações sociais estabelecidas, a necessidade de gerar uma renda monetária e ainda a busca por autonomia. Nesse sentido, conforme Grisa (2007), dentro da agricultura familiar o autoconsumo exerce múltiplas funções, aparecendo de maneira recontextualizada. As funções do autoconsumo são apresentadas a seguir e na sequência são apresentados os determinantes que influenciam a produção de autoconsumo.

2.3.1 As funções do autoconsumo

A produção para o autoconsumo exerce um conjunto de funções dentro da unidade de produção familiar, conforme destaca Grisa (2007) em seu estudo comparativo da agricultura familiar gaúcha. Essas funções contribuem para garantir a autonomia e reduzir a vulnerabilidade das famílias. Conforme a autora as funções do autoconsumo são: internalização e segurança alimentar; diversificação de cultivos, rendas e redução da vulnerabilidade; economização; coprodução; alternatividade dos alimentos; sociabilidade; e identidade social (GRISA, 2007).

No que concerne a internalização e segurança alimentar, vale destacar rapidamente o conceito de segurança alimentar elaborado na II Conferência Nacional Segurança Alimentar e Nutricional e presente na Lei 11.346 de 2006, segundo a qual, em seu Artigo 3º:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Considerando a produção para o autoconsumo em relação ao conceito de segurança alimentar, percebe-se que a mesma é garantida em grande parte pela própria produção de

autoconsumo. Como destaca Grisa (2007), a produção de autoconsumo é realizada para garantir fartura as famílias, o que permite um fornecimento regular de alimentos.

Norder (1998, 2004) em seu estudo em assentamentos paulistas destaca o papel da reforma agrária em garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas. Conforme o autor há “forte correlação entre a adequação nutricional e o percentual de autoconsumo em relação ao consumo recomendado pela SBAN” (NORDER, 2004, p. 211).

No que se refere aos hábitos alimentares, Grisa (2007) destaca:

Em relação à diversidade cultural, o autoconsumo é uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos, em consonância com as condições socioambientais e a própria história local (GRISA, 2007, p. 132).

Em relação a qualidade dos alimentos, a produção para o autoconsumo geralmente é realizada sem agrotóxicos e outros produtos químicos, utilizando de recursos presentes na unidade de produção (GRISA, 2007, GAZOLLA, 2004, SANTOS E FERRANTE, 2003, FONTOURA, 2012, NORDER, 1997, 2004).

Lovisoló (1989) por sua vez afirma que se os alimentos que estão disponíveis pela produção de autoconsumo precisassem ser adquiridos no mercado as famílias não teriam condições de consumir as mesmas quantidades devido às limitações de renda. Percebe-se assim a importância da produção de autoconsumo para a segurança alimentar das famílias, mesmo com menores níveis de renda. Segundo Leite (2004) devido ao autoconsumo as famílias rurais tem padrões alimentares superiores às famílias urbanas com mesmo padrão de renda.

Analisando o autoconsumo na perspectiva de sua função na diversificação de cultivos e rendas, Grisa (2007) destaca:

Mesmo que não monetária, o autoconsumo constitui uma importante fonte de renda, e, sendo assim, apresenta o mérito de auxiliar na estabilidade econômica e social das unidades familiares expostas as oscilações das culturas comerciais e falhas nas rendas, intensificando o controle sobre o processo produtivo (GRISA, 2007, p. 134).

Nesse mesmo sentido, conforme Leite (2004), a produção de autoconsumo tem efeito anticíclico, proporciona uma renda total mais constante, compensando oscilações da renda monetária devido as variações do ano agrícola, conferindo dessa forma mais autonomia às famílias em suas decisões. O autoconsumo também proporciona uma economia de parte da renda monetária que seria despendida para aquisição de alimentos, dessa forma essa renda

pode ser acumulada possibilitando investimentos na unidade de produção (GRISA, 2007, NORDER, 2004).

Há certa dificuldade de calcular quanto o autoconsumo representa em economia monetária, Norder (2004) destaca que o cálculo econômico inclui a quantidade de trabalho, a área ocupada, insumos e instrumentos de trabalho, o preço dos alimentos no mercado e quantidade de alimentos obtidas, entre outros fatores. De acordo com Norder (1998) a renda do autoconsumo representa em média 37% da renda das famílias em assentamentos rurais.

Conforme Guanziroli (1994) não há diferenças regionais significativas na contribuição do autoconsumo na renda das famílias, o menor percentual ocorre na região Centro Oeste, onde o autoconsumo responde por cerca de 33% da renda em média, e o maior percentual ocorre no Sudeste, onde representa cerca de 43% da renda em média. Grisa (2007) por sua vez destaca que o autoconsumo representa cerca de 27% da renda em média, na agricultura familiar gaúcha.

Outros estudos destacam a importância do autoconsumo na constituição da renda das famílias a partir de um comparativo da renda total com e sem autoconsumo frente a linha de pobreza, equivalente a meio salário mínimo *per capita*, (GRISA, 2007, LEITE, 2004, NORDER 1998, MALUF, MENEZES e MARQUES, 2001). Conforme os autores, acrescida a produção de autoconsumo, que não é considerada pelas estatísticas oficiais, à renda das famílias, um conjunto significativo delas altera sua situação, passando de abaixo para acima da linha. No estudo de Grisa (2007) esse percentual equivale 13,5% das famílias.

Ainda em relação a renda, a produção para autoconsumo se insere na unidade de produção como uma estratégia de maximização dos recursos, conforme Grisa (2007):

[...] trata-se de uma estratégia de maximizar todos os recursos disponíveis na unidade familiar, principalmente terra e força de trabalho, e ainda em uma produção que proporciona economia evitando a compra da alimentação necessária ao grupo familiar (GRISA, 2007, p. 137).

Faz parte da maximização de recursos a coprodução, por meio da qual as atividades comerciais e de autoconsumo se complementam, fazendo uso dos recursos disponíveis e gerados na unidade de produção, estabelecendo ciclos de consumo e geração de novos recursos. Santos e Ferrante (2003), Norder (2004), Gazolla (2004) e Grisa (2007) destacam principalmente o uso de esterco e palhas como adubação para cultivos de hortaliças, ou ainda o uso de excedentes do autoconsumo na alimentação de animais, que por sua vez geram esterco que novamente será utilizado na adubação.

A coprodução também se estabelece entre o autoconsumo e a produção comercial, como citam Grisa (2007) e Santos e Ferrante (2003) no caso do uso de esterco de aviário na adubação de lavouras de autoconsumo. Subprodutos da produção agrícola e o “mais que o gasto” definido por Garcia Jr. (1983, 1989), entram no ciclo da produção de autoconsumo como autoconsumo intermediário, utilizado na alimentação dos animais que serão destinados ao autoconsumo, conceito que o autor estabeleceu com base nas contribuições de Teipcht.

Considerando as funções do autoconsumo, Garcia Jr. (1983, 1989) e Heredia (1979), como já citado anteriormente, destacam a alternatividade entre consumo e comercialização das culturas praticadas pelos agricultores. Segundo Grisa (2007) as famílias produzem para o autoconsumo e fazem o uso do “mais que o gasto” alternativamente, muitas vezes entregando os produtos em pequenos mercadinhos e pegando em troca outros produtos que não produzem.

Segundo Garcia Jr. (1989) quanto mais ameaçada a condição de reprodução do grupo doméstico mais intensamente opera o princípio da alternatividade. Situação oposta àquela encontrada por Grisa (2007) que destacou a maior alternatividade nas mesmas regiões em que a produção comercial era mais intensa e o nível de renda é maior, “onde as condições de produção e reprodução são mais estáveis, o princípio da alternatividade é mais vigente” (GRISA, 2007, p. 148). Norder (2004) identificou situação semelhante a encontrada por Grisa e destacou o incremento do autoconsumo com incremento da renda monetária e da produção mercantil.

O autoconsumo exerce ainda função de sociabilidade. Woortmann e Woortmann (2005) destacam o papel que a comida tem na sociabilidade, através dos simbolismos carregados pelo ato de comer. Nesse sentido, Norder (2004) relata as relações de sociabilidade estabelecidas pelas trocas e doações de alimentos nos assentamentos paulistas, segundo o autor, quando não conseguem comercializar produtos perecíveis, principalmente hortaliças, os assentados doam os produtos para as famílias com as quais mantém relações.

Candido (1982) relata a reciprocidade entre vizinhos na troca e doações de alimentos, e chama atenção para os casos em que os caipiras dividiam a caça com vizinhos de modo que ficam com um pedaço quase insignificante para si, mas o faziam na confiança de que os vizinhos fizessem o mesmo. Grisa (2007) relata as trocas realizadas entre vizinhos, na quais pode-se destacar a carne, inicialmente por uma questão prática, devido a incapacidade de conservar a mesma, hábito que se mantém atualmente pelas relações de reciprocidade.

Grisa (2007) sintetiza a sociabilidade a partir do autoconsumo da seguinte maneira:

Por meio das trocas, doações, reuniões e encontros com presença de comida e alimentos característicos do autoconsumo, as famílias, mais que alimentos, socializam saberes, experiências e “favores”. Renovam-se os sentimentos comunitários, afirma-se a inserção nesta e dá-se mais solidez a estrutura social, importante componente para a reprodução social e autonomia das unidades familiares. (GRISA, 2007, p. 152-153).

Como função do autoconsumo tem-se ainda a identidade social, há uma identidade de caipiras, sitiantes, colonos, agricultores, entre outros, em relação à produção para autoconsumo, relatado por diversos autores (GAZOLA, 2004, BRANDÃO, 1981, GRISA, 2007, WOORTMANN E WOORTMANN, 1997, GARCIA JR, 1983, 1989). Conforme relata Brandão (1981) há um sentimento de orgulho entre os agricultores por relatarem que grande parte da alimentação da família é produto do próprio trabalho.

Da mesma forma Woortmann e Woortmann (1997) relatam o papel da produção de milho e feijão para autoconsumo enquanto identidade dos sitiantes sergipanos, destacando que o recipiente onde eram acondicionados os alimentos produzidos pelo pai e destinados ao autoconsumo ficavam na sala de casa, a vista das visitas. Garcia Jr. (1983) relatou que a conotação de trabalho é assumida somente por atividades ligadas a produção no roçado, por sua vez destinada ao autoconsumo da família, para os sitiantes as atividades que não são ligadas à produção no roçado não são consideradas trabalho.

Grisa (2007) destaca que a produção para autoconsumo carrega uma demarcação social, a identidade enquanto agricultor carrega a necessidade de produzir para o autoconsumo, o agricultor que não o faz não pode ser considerado agricultor. Não produzir para o autoconsumo e comprar os produtos é considerado vergonhoso e afeta a identidade. Ainda segundo Grisa (2007) apesar de evidente contexto de produção mercantilizada e sua dimensão em relação à produção de autoconsumo, a maioria dos agricultores relata como prioridade a produção para autoconsumo.

Conforme Norder (2004) a construção da identidade social das famílias assentadas passa pela recordação de tempos de suposta fartura alimentar, ocorre uma reconstituição das práticas alimentares no assentamento. Para Gazolla (2004) o autoconsumo tem uma importante função de identidade, construída em relação com a terra e trabalhar a terra, estabelecendo uma identidade enquanto trabalhador, em relação a autonomia proporcionada pela produção de autoconsumo, e ainda em relação ao saber-fazer que envolve o processo de produção do autoconsumo.

Considerando a diversidade de funções que o autoconsumo cumpre na agricultura familiar é preciso compreender os determinantes que afetam a produção para autoconsumo,

uma vez que está não é homogênea entre as famílias agricultoras. Nesse sentido a próxima seção discute os determinantes do autoconsumo.

2.3.2 Os determinantes do autoconsumo

Uma série de fatores exerce influência sobre a produção de autoconsumo, desde elementos que caracterizam o grupo doméstico responsável pela produção e consumo, às condições técnicas em que se dá a produção e também elementos externos a unidade de produção, que envolvem disponibilidade dos itens consumidos, preços, distância até os mercados, entre outros. Os determinantes se interligam num contexto complexo, da forma que não se pode afirmar que algum seja predominante.

Os determinantes da produção para autoconsumo definidos por Grisa (2007) e Chimello (2010) são: o tamanho da família, fontes de renda, tamanho da área da unidade de produção, acesso ao crédito, as condições técnicas da produção agropecuária, a cultura da produção para o autoconsumo e a etnia do agricultor, proximidade com os mercados e os preços dos alimentos, meios de comunicação, eletrodomésticos e alimentos prontos e o contexto local que se insere a unidade de produção.

Em relação ao tamanho da família, Chayanov (1974) já destacava na sua teoria do balanço entre as necessidades e o trabalho, a preponderância das necessidades para determinação do equilíbrio. Entendo o autoconsumo como uma das principais necessidades da família e que este aumenta à medida que aumenta o número de consumidores na família é esperado que o autoconsumo seja maior nas unidades com o maior número de pessoas no grupo doméstico, assim como aumenta à medida que há maior disponibilidade de braços pra o trabalho, pois o equilíbrio é alcançado mais facilmente.

Nesse sentido, Grisa (2007) em seu estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul, confirmou o maior valor da produção de autoconsumo nas unidades familiares que eram compostas por um número maior de consumidores e nas unidades que tem um número maior de trabalhadores. A autora ainda destaca que o autoconsumo cresce até certa medida, uma vez que os próprios agricultores relatam em entrevistas que é produzido somente o suficiente para o consumo e não mais do que o necessário, corroborando assim o balanço chayanoviano.

A falta de mão de obra para realizar as atividades que envolvem a produção para o autoconsumo é destaca por alguns agricultores, quando ela é escassa, são priorizadas as atividades que geram renda monetária (Grisa, 2007). Fontoura (2012), em seu estudo do

autoconsumo entre os pecuaristas familiares do município de Manoel Viana-RS, também constatou uma produção de autoconsumo maior nos grupos domésticos maiores, uma vez que, segundo a autora, a produção para autoconsumo segue um padrão *per capita* relativamente constante.

Fontoura (2012) e Grisa (2007) observaram diferenças na produção do autoconsumo quando em relação as fontes de renda do grupo doméstico. As unidades com membros pluriativos ou aposentados possuem diferenças do valor da produção para o autoconsumo em relação as unidades com renda oriunda exclusivamente da atividade agrícola. No estudo de Fontoura (2012) as unidades com membros aposentados apresentaram valor da produção para autoconsumo superior aos das unidades sem aposentados, já segundo Grisa (2007), não há uma relação constante entre aposentadoria e valor da produção para o autoconsumo, variando conforme a região analisada.

Para aos grupos domésticos pluriativos, o valor da produção para o autoconsumo é menor (GRISA, 2007, FONTOURA, 2012). Compreendendo a pluriatividade como estratégia de diversificação de renda no sentido exposto por Ellis (2000), a produção para o autoconsumo pode ser reduzida nestas unidades uma vez que há uma fonte de renda constante e estável que permite a compra dos alimentos no mercado sem colocar em risco a reprodução da família (GRISA, 2007). Em geral, quanto maior a renda agrícola ou renda total, maior o valor da produção para o autoconsumo (GRISA, 2007).

Grisa (2007) destaca que em estabelecimentos menores o valor da produção para autoconsumo é menor, à medida que aumenta o tamanho dos estabelecimentos intensifica-se o produto bruto do autoconsumo. O mesmo não ocorre quanto a disponibilidade de capital em máquinas e equipamentos, nos municípios em que a base produtiva é a soja, a mecanização permite maior eficiência no uso da mão de obra, possibilitando maior tempo livre para realiza as atividades que envolvem a produção para o autoconsumo. Já nas regiões em que a base produtiva é a fruticultura a mão de obra tem maior importância na realização das atividades do que a mecanização, dessa forma a relação entre disponibilidade de capital em máquinas e equipamentos não é visualizada (GRISA, 2007).

Como Chimello (2010) destaca, o acesso ao crédito também exerce influência na produção para o autoconsumo, sendo o PRONAF a fonte mais importante de crédito. Nesse sentido Gazolla (2004) destaca certa ambiguidade do PRONAF em relação à produção de autoconsumo, o programa possibilita um financiamento indireto, uma vez que parte dos insumos obtidos são direcionados para a produção de autoconsumo, ao mesmo tempo que o programa fortalece o viés da mercantilização com financiamento de culturas que são

destinadas quase exclusivamente ao mercado. Grisa (2007) destaca que o acesso ao crédito mantém estreita correlação com a disponibilidade de capital, e por isso a produção para o autoconsumo segue comportamento semelhante em relação a esse item e o acesso ao crédito.

A assistência técnica por sua vez teve um papel destacado no estímulo a priorização de culturas mercantis em detrimento da produção para autoconsumo no período da modernização da agricultura. Atualmente a assistência técnica pública tem estimulado a produção para o autoconsumo com o objetivo de fomentar a segurança alimentar e nutricional, isso se dá por meio de cursos, palestras, visitas, etc. (CONTERATO, 2004, GAZOLLA, 2004, GRISA, 2007). Em seu estudo Grisa (2007) constatou que, em geral, nas unidades que recebem assistência técnica a produção para o autoconsumo é maior.

Conforme Grisa (2007) há relação entre a dimensão do PB da unidade de produção e o Produto Bruto de Autoconsumo (PBA). A medida que o primeiro aumenta o segundo também aumenta, mas o segundo é mais importante nas unidades em que o primeiro é menor, chegando a apresentar 41% do PB nas unidades mais vulnerabilizadas. Fato semelhante foi observado por Bellé et al. (2017) em uma análise da produção de autoconsumo por sistemas de produção nos assentamentos do Rio Grande do Sul, os autores observaram um PBA médio maior em unidades com PB médio maior, embora este seja proporcionalmente menor nessas unidades. No entanto, de acordo com os autores, o menor valor médio da produção para o autoconsumo não foi observado nas unidades com menor PB médio.

O repertório cultural também é um dos determinantes da produção para o autoconsumo, conforme destaca Grisa (2007) por meio das contribuições de Candido (1982), cada cultura estabelece mínimos vitais em cada momento, abaixo dos quais não se pode viver, nesse sentido os mínimos estabelecidos pelas diferentes etnias influenciam o nível da produção para o autoconsumo. Grisa (2007) destaca a importância que os italianos de Veranópolis dão as hortas, bem como os níveis menores de produção de autoconsumo dos caboclos em relação aos alemães em Salvados das Missões, apesar de destacar que os caboclos, em geral, têm condições estruturais mais precárias.

Ainda conforme Grisa (2007), há uma perda geracional do repertório cultural que envolve a produção para o autoconsumo, evidenciada pela falta de perspectivas dos jovens continuarem no campo, observado mais intensamente nas regiões de agricultura vulnerabilizada. Nesse sentido se evidencia a importância do contexto local sobre a produção de autoconsumo, com uma forte relação com a mercantilização da agricultura da região e as perspectivas futuras da agricultura (GRISA, 2007).

A proximidade dos mercados e o preço dos alimentos também exerce grande influência na produção do autoconsumo. Fontoura (2012) observou que o valor da produção de autoconsumo é menor entre as famílias que residem mais perto da cidade, uma vez que tem acesso facilitado ao mercado. Grisa (2007) por sua vez destaca a circulação pela área rural de vendedores de frutas, hortaliças e outros itens que fazem parte do consumo das famílias, por vendedores ambulantes¹⁰ que passam de casa em casa, facilitando a sua aquisição. A autora ainda destaca que algumas famílias afirmam comprar os itens consumidos pelos baixos preços dos mesmos no mercado, sendo mais viável sua aquisição ao invés da produção própria¹¹ (GRISA, 2007).

Os meios de comunicação têm influência sobre os hábitos alimentares, portanto sobre o autoconsumo, assim como os programas de culinária e a propaganda de itens prontos, agricultores deixem de produzir determinados itens e troquem pelo consumo de alimentos comprados pela facilidade do preparo ou mesmo pelo desejo de experimentar os alimentos (GRISA, 2007). Santos e Ferrante (2003) também destacaram a difusão dos meios de comunicação nos assentamentos e papel deles nas mudanças dos hábitos alimentares, que incluíam itens típicos da alimentação urbana.

Os eletrodomésticos foram decisivos em algumas mudanças dos hábitos alimentares, facilitando a conservação de alimentos ou ainda favorecendo a compra de produtos prontos. Nesse sentido Menasche (2005) destaca como o freezer mudou o hábito de consumo da carne de porco e gado. Inicialmente a carne de porco era mais consumida, pois podia ser armazenada dentro da banha, já a carne de gado era distribuída entre os vizinhos em relações de reciprocidade, uma vez que não podia ser armazenada por muito tempo. Com a introdução do freezer nos lares a carne de gado passou a ser a mais consumida, uma vez que sua conservação era facilitada, transformando também as relações de sociabilidade, uma vez que a carne não precisava mais ser distribuída entre os vizinhos. Grisa (2007) ainda destaca que algumas famílias passaram a ter o hábito de comprar itens congelados prontos, que podiam ser guardados no freezer e preparados rapidamente com o uso de micro-ondas e forno elétrico.

¹⁰ No roteiro de coleta de dados da RUOP em assentamentos de Candiota e Hulha Negra, localizados a mais de 50 km de distância da cidade, pude observar um vendedor de frutas e hortaliças circulando, sendo que um dos assentados relatou que muitas famílias compravam vários itens toda semana.

¹¹ Uma agricultura assentada do NO de Joia relatou não produzir frango para o autoconsumo porque sua aquisição era feita por um preço muito baixo no mercado, não compensando a compra de pintinhos e ração para fazer a criação por conta própria.

Considerando a complexidade que constitui o autoconsumo enquanto objeto de estudo, este primeiro capítulo buscou situá-lo em relação à diferentes aspectos. A compreensão da inserção da produção do autoconsumo dentro da dinâmica geral das unidades de produção da agricultura familiar, onde inclui-se os assentados, passa por entender a centralidade que o autoconsumo possuía no campesinato e o papel que este assume frente as diversas funções que exerce.

Compreender as diferentes funções do autoconsumo na agricultura familiar nos permite entender por que a produção com esse fim permanece, mesmo após as intensas transformações pelas quais a agricultura passou com o avanço da mercantilização, ao mesmo tempo que compreender o impacto da mercantilização na agricultura permite entender a diferenças na produção do autoconsumo no novo contexto em que se insere. Da mesma forma, compreender os determinantes da produção de autoconsumo permite analisar de maneira mais apurada as diferentes dinâmicas que esta produção assume nos diferentes contextos que serão analisados na sequência deste trabalho.

3 CARACTERIZAÇÃO DO AUTOCONSUMO EM ASSENTAMENTOS NO RIO GRANDE DO SUL

O objetivo deste capítulo é caracterizar o autoconsumo em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. Procura-se evidenciar a abrangência do autoconsumo nas diferentes regiões conforme as atividades, pela porcentagem das famílias que praticam a produção para autoconsumo, bem como a intensidade desta produção que é evidenciada pelas quantidades consumidas expressas pelas médias. A hipótese inicial que orienta a elaboração deste capítulo é de que há diferenças nas quantidades consumidas nas diferentes regiões bem como na abrangência da produção, que decorrem das diferentes condições agroecológicas e socioeconômicas. As informações que compõem a caracterização foram obtidas no SIGRA, como já destacado anteriormente. A caracterização a seguir e está dividida PA; CA; PAA e apresentada nessa mesma sequência.

3.1 AUTOCONSUMO DA PRODUÇÃO ANIMAL

O autoconsumo da PA nos assentamentos rurais do RS é composto por mais de 36 mil registros no SIGRA, entre diferentes itens da produção animal. Nesta dissertação optou-se por apresentar o autoconsumo da produção animal em duas seções, a primeira apresenta o autoconsumo dos diversos tipos de carnes e a segunda o autoconsumo de leite, ovos e mel.

3.1.1 Carnes

Os registros para autoconsumo de carnes chegam ao total de 21.156, sendo que 8.530 famílias (87,7%) possuem autoconsumo de pelo menos um tipo de carne. A tabela 6 apresenta o número de registros e o percentual de famílias em relação ao total de famílias de cada região que possuem autoconsumo de cada um dos tipos de carne.

Tabela 6 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de cada tipo de carne, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Aves | | Suína | | Bovina | | Peixe | | Ovina | |
|-----------------|--------------|-------|----|-------|----|--------|----|-------|----|-------|----|
| | | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Campanha | 1.838 | 1.186 | 65 | 1.056 | 57 | 695 | 38 | 422 | 23 | 290 | 16 |
| Central | 1.718 | 1.440 | 84 | 1.283 | 75 | 1.003 | 58 | 474 | 28 | 201 | 12 |
| Fronteira Oeste | 1.622 | 994 | 61 | 994 | 61 | 809 | 50 | 248 | 15 | 176 | 11 |
| Metropolitana | 1.248 | 599 | 48 | 547 | 44 | 416 | 33 | 300 | 24 | 92 | 7 |
| Missões | 1.028 | 795 | 77 | 775 | 75 | 616 | 60 | 191 | 19 | 105 | 10 |
| Norte | 787 | 589 | 75 | 543 | 69 | 401 | 51 | 179 | 23 | 46 | 6 |
| Sul | 1.478 | 1.112 | 75 | 965 | 65 | 693 | 47 | 398 | 27 | 284 | 19 |
| Total | 9.719 | 6.715 | 69 | 6.163 | 63 | 4.633 | 48 | 2.212 | 23 | 1.194 | 12 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

Percebe-se um padrão na ordem das carnes mais autoconsumidas em todas as regiões, a carne de aves é a mais frequente seguida da suína, bovina, peixes e ovina. A única exceção é a região da Fronteira Oeste, onde o autoconsumo de carne de aves e suínos tem a mesma percentagem, mas a ordem é a mesma das demais regiões. A região Central possui o maior percentual de famílias que consomem carne de aves, peixes e suínos, no caso da carne suína juntamente com a região das Missões. A região das Missões também tem o maior percentual de famílias que consomem carne bovina, enquanto a região Sul tem o maior percentual de famílias que consomem carne ovina. Com exceção de peixes e ovinos, a região Metropolitana possui os percentuais mais baixos de autoconsumo de carne.

Considerando que as regiões Campanha, Fronteira Oeste e Sul localizam-se no Bioma Pampa, que apresenta condições favoráveis a criação de bovinos e ovinos, esperava-se um autoconsumo maior desses tipos de carne nessas regiões. Nesse sentido Fontoura (2012), que estuda os pecuaristas familiares da Fronteira Oeste, destacou o autoconsumo diário de carne entre essas famílias, sendo justamente as carnes bovina e ovina as mais frequentes. Salami (2009) que estuda os hábitos alimentares das famílias assentadas de Abelardo Luz – SC, também encontrou a carne de gado como a mais consumida pelas famílias, ainda destacou que para mais de 90% destas famílias essa carne era oriunda de autoconsumo.

Santos e Ferrante (2003) encontraram a carne de aves seguida da carne de suínos, como as mais frequentemente autoconsumidas entre famílias assentadas no estado de São

Paulo. Grisa (2007) também constatou que a carne de aves¹² seguida da carne suína eram as de autoconsumo mais frequente entre os agricultores familiares no RS, com exceção da região das Missões, onde a carne bovina¹³ é mais frequente, assim como nesta pesquisa. A maior frequência da carne de aves e suínos pode ser explicada pela facilidade de criação desses animais menores, muitas vezes criados soltos e alimentados com produtos produzidos no próprio lote e resíduos ou sobras da alimentação da própria família, fato também observado por Grisa (2007) e Santos e Ferrante (2003).

A tabela 7 apresenta a quantidade média *per capita* autoconsumida para cada tipo de carne por família no ano de 2015. Nota-se que a região Norte possui as maiores médias *per capita* de autoconsumo de carne suína, bovina, de aves e peixes. A região Central possui a segunda maior média para carne suína e bovina, já a região Fronteira Oeste possui a maior média de autoconsumo de carne ovina. A região da Campanha tem a segunda menor média de autoconsumo para carne bovina e a menor para carne de peixes, enquanto a metropolitana possui a menor média para carne bovina e a segunda menor para carne ovina e de aves.

Tabela 7 – Consumo médio¹⁴ per capita anual de cada tipo de carne, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Suína (kg) | Bovina (kg) | Ovina (kg) | Ave (kg) | Peixe (kg) |
|-----------------|-------------------|--------------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| Campanha | 38,8 | 24,9 | 33,0 | 29,3 | 11,1 |
| Central | 52,5 | 55,2 | 27,9 | 29,4 | 13,5 |
| Fronteira Oeste | 41,6 | 25,4 | 39,1 | 24,7 | 17,3 |
| Metropolitana | 43,9 | 24,4 | 27,0 | 26,4 | 22,5 |
| Missões | 44,4 | 36,3 | 23,4 | 34,2 | 15,6 |
| Norte | 68,1 | 55,8 | 32,3 | 35,2 | 23,4 |
| Sul | 47,6 | 29,4 | 38,0 | 30,4 | 11,5 |
| Total | 47,6 | 37,1 | 32,8 | 29,8 | 15,4 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

Santos e Ferrante (2003) observaram autoconsumo *per capita* de 37,4 kg de carne de frango, 11,8 kg de carne de porco e 1,5 kg de carne de peixe entre os assentados paulistas. O consumo de carne bovina encontrado pelas mesmas autoras foi de 14 kg, entre os assentados capitalizados, mas era praticamente inexistente entre os assentados descapitalizados ou em

¹² Considerando a soma galinha caipira e frango de corte.

¹³ Considerando a soma de vaca, carneiro e novilha.

¹⁴ As médias foram calculadas em relação ao número de registros que possuem autoconsumo para cada um dos tipos de carne, foram excluídos registros incompletos e com possíveis erros, considerando como possíveis erros registros autoconsumo maior que 720 kg/ano.

descapitalização. Há uma dificuldade comparativa no quesito quantitativo do autoconsumo, uma vez que poucos estudos apresentam detalhadamente os quantitativos encontrados.

Grisa (2007) destaca uma maior frequência de processados de origem animal produzidos com carne suína entre agricultores familiares de etnia alemã e italiana, nesse sentido uma possível explicação para o maior consumo *per capita* de carne suína pode estar relacionado a esse aspecto cultural, mas não há como evidenciar isso através do banco de dados utilizado para esta pesquisa, que não informa etnia das famílias.

3.1.2 Leite, ovos e mel

Os registros para autoconsumo de leite, ovos e mel chegam ao total de 15.090, sendo que 8.322 famílias possuem pelo menos um registro de autoconsumo destes produtos. A Tabela 8 apresenta o número de registros e o percentual de famílias em relação ao total de famílias de cada região com autoconsumo de cada um dos produtos.

Tabela 8 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de leite, ovos e mel, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Leite | | Ovos | | Mel | |
|-----------------|--------------|---------------|----|---------------|----|---------------|----|
| | | Registros (N) | % | Registros (N) | % | Registros (N) | % |
| Campanha | 1.838 | 1.127 | 61 | 1.231 | 67 | 386 | 21 |
| Central | 1.718 | 1.220 | 71 | 1.451 | 84 | 332 | 19 |
| Fronteira Oeste | 1.622 | 1.072 | 66 | 1.020 | 63 | 359 | 22 |
| Metropolitana | 1.248 | 641 | 51 | 617 | 49 | 231 | 19 |
| Missões | 1.028 | 658 | 64 | 800 | 78 | 154 | 15 |
| Norte | 787 | 523 | 66 | 542 | 69 | 137 | 17 |
| Sul | 1.478 | 950 | 64 | 1.146 | 78 | 493 | 33 |
| Total | 9.719 | 6.191 | 64 | 6.807 | 70 | 2.092 | 22 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

O autoconsumo de leite possui um percentual de ocorrência relativamente uniforme em todas as regiões do estado, apenas é um pouco mais elevado na região Central e mais baixo na região Metropolitana, mesmo comportamento observado na produção de ovos para o autoconsumo, embora com diferença nos percentuais mais elevada. A ampla presença do autoconsumo de ovos pode ser justificada da mesma forma que a ampla presença do autoconsumo de carne de aves, uma vez que galinhas são animais fáceis de serem criados, não necessitam muito espaço e podem ser alimentadas com resíduos de outras atividades.

Já a produção de mel tem maior ocorrência na região Sul e menor na região das Missões. Grisa (2007) encontrou menor frequência de produção de mel no Sul do RS, entre os agricultores familiares de Morro Redondo, enquanto aqui se observa que essa é a região com mais frequência de famílias com autoconsumo de mel. Fontoura (2012) observou o autoconsumo de mel em 31% das famílias em sua área de estudo.

No caso do autoconsumo de leite, analisando as informações presentes no SIGRA (2015), percebe-se que a região Central é a que possui o maior percentual de famílias que realiza a atividade com finalidade comercial, cerca de 63%, enquanto a região Metropolitana é a que apresenta o menor número de famílias que comercializam leite, somente 27%, o que se relaciona diretamente com os percentuais de famílias que possuem autoconsumo de leite. No caso da região Metropolitana a menor presença da atividade leiteira pode ser explicada especialmente pelas condições agroecológicas não favoráveis à produção de leite, há ampla presença de terras baixas na região (mais de 72% dos lotes possuem terras baixas e mais de 57% da área dos lotes é de terras baixas).

Cabe destacar ainda que Grisa (2007) encontrou frequência de autoconsumo de leite relativamente homogênea nas regiões analisadas no seu trabalho, Fontoura (2012) observou uma porcentagem de mais de 80% de famílias com autoconsumo de leite na região da Fronteira Oeste, Salami (2009) por sua vez observou autoconsumo de leite em todas as famílias analisadas em seu estudo. A Tabela 9, a seguir apresenta os quantitativos médios autoconsumidos para leite, ovos e mel.

Tabela 9 – Consumo médio *per capita* anual de leite¹⁵(L), de ovos¹⁶(dz), e mel (kg), para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Leite (L) | Ovos (dz) | Mel (kg) |
|-----------------|------------------|------------------|-----------------|
| Campanha | 162 | 24 | 4 |
| Central | 123 | 21 | 5 |
| Fronteira Oeste | 199 | 23 | 5 |
| Metropolitana | 187 | 26 | 5 |
| Missões | 141 | 19 | 5 |
| Norte | 196 | 29 | 6 |
| Sul | 219 | 19 | 4 |
| Total | 171 | 22 | 5 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

¹⁵ Calculado desconsiderando registros com possíveis erros (0 e > 3.650 L).

¹⁶ Calculado desconsiderando registros com possíveis erros (0 e > 365 dz.).

Analisando o autoconsumo de leite, percebe-se que ele é menor na região Central, justamente onde há o maior percentual de famílias que comercializam leite, fica somente em 123 L *per capita* por ano. Santos e Ferrante (2003) encontraram um autoconsumo de médio de leite nos assentamentos paulistas de 128,4 kg, sendo maior entre os agricultores capitalizados e em capitalização.

Nesse sentido, ainda conforme dados do SIGRA (2015), entre as famílias em que período de produção de leite é temporário a quantidade média autoconsumida é maior do que entre as famílias que possuem período de produção permanente, 189 litros *per capita* por ano e 158 litros *per capita* por ano, respectivamente. Pode-se considerar uma relação entre o período de produção e a comercialização de leite, ou seja, as famílias que possuem produção de leite em período temporário, em geral, têm a produção somente para autoconsumo. Nesse sentido, as famílias com produção em período temporário, que não comercializam, acabam utilizando todo o leite que produzem para autoconsumo direto, para produção de processados, para fornecer aos animais ou ainda para outros usos no lote, o que acaba por aumentar a quantidade autoconsumida, já que a venda não é opção. Enquanto isso as famílias que comercializam leite podem simplesmente destinar ao autoconsumo apenas a quantidade que desejam e comercializar o restante.

O autoconsumo de ovos é maior na região Norte e menor nas Missões e no Sul, contudo não há diferenças muito significativas, assim como na produção de mel. Comparativamente, Santos e Ferrante (2003) observaram um autoconsumo de mel muito baixo entre os assentados paulistas, menos de 1 kg/ano, e no caso dos ovos o autoconsumo é 12,3 kg por ano. Embora a região Sul tenha a maior frequência de famílias com autoconsumo de mel, também é a que tem a menor quantidade de autoconsumo *per capita*.

3.2 AUTOCONSUMO DE CULTIVOS AGRÍCOLAS

O autoconsumo de cultivos agrícolas é composto por 24.923 registros, 8.805 famílias possuem pelo menos um registro de cultivo agrícola, o que representa 90,5% das famílias. A análise da frequência do autoconsumo dos cultivos nas diferentes regiões é mais complexa do que a análise do autoconsumo da produção animal, devido a possibilidade de registros múltiplos para cada família. Além disso, a presença da categoria policultivos pode, em determinados casos, reduzir a diversidade de itens apresentada nos relatórios, uma vez que os técnicos poderiam preencher apenas um único registro de policultivo em detrimento do detalhamento dos cultivos presentes. Os dados sobre o autoconsumo dos cultivos agrícolas

são apresentados a seguir, em tabelas para cada uma das categorias apresentadas no Quadro 2, inicialmente são apresentados os dados referentes aos policultivos.

3.2.1 Policultivos

Os policultivos correspondem a um total de 3.276 registros, presentes em 3.234 famílias, em média 33% das famílias possuem uma área com policultivos e o consumo médio *per capita* chega a quase 300 kg por ano. Cabe destacar que 503 famílias assentadas no estado têm policultivos como o único registro de cultivo agrícola. A Tabela 10 apresenta as informações referentes aos policultivos.

Tabela 10 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de policultivos¹⁷ e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % | Média (kg) |
|-----------------|---------------------|----------------------|-----------|-------------------|
| Campanha | 1838 | 255 | 13 | 259 |
| Central | 1718 | 684 | 40 | 162 |
| Fronteira Oeste | 1622 | 548 | 34 | 342 |
| Metropolitana | 1248 | 511 | 40 | 299 |
| Missões | 1028 | 524 | 50 | 626 |
| Norte | 787 | 313 | 39 | 167 |
| Sul | 1478 | 441 | 29 | 257 |
| Total | 9719 | 3276 | 33 | 299 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

O que se pode destacar é que 2.848 famílias que possuem policultivos não possuem comercialização, o que indica que estas áreas estão presentes no lote apenas para garantir o autoconsumo da família e o autoconsumo intermediário. Wanderley (1999) citando Mendras (1978) já destacava que os camponeses buscam segurança na máxima diversificação de cultivos e criações no seu sistema.

Como os policultivos podem englobar quaisquer cultivos agrícolas presentes nos lotes das famílias assentadas e como não se pode descartar o papel do técnico no preenchimento das informações, discutir especificamente os policultivos torna-se tarefa complexa, uma vez que a diversidade de itens que são preenchidos nesta categoria pode provar grande variação na

¹⁷ Calculado desconsiderando registros com possíveis erros (0 e > 7200 kg).

quantidade em quilos. Também é preciso considerar que o número de registros e percentual de famílias com as categorias que serão apresentadas nas próximas tabelas pode ser ligeiramente subestimado devido ao registro destes cultivos, em determinados casos, já estarem englobados nos policultivos.

3.2.2 Horta

As hortas totalizam 2.511 registros e 24% das famílias assentadas do estado possuem pelo menos um registro de horta, o autoconsumo médio *per capita* de cultivos de horta chega a 65 quilos na média estadual. A Tabela 11 apresenta o número de registros, o percentual de famílias e o autoconsumo médio de cultivos da horta para cada uma das regiões analisadas.

Tabela 11 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de horta¹⁸ e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % | Média (kg) |
|-----------------|--------------|---------------|----|------------|
| Campanha | 1838 | 413 | 22 | 42 |
| Central | 1718 | 634 | 37 | 68 |
| Fronteira Oeste | 1622 | 295 | 18 | 77 |
| Metropolitana | 1248 | 280 | 17 | 92 |
| Missões | 1028 | 247 | 23 | 51 |
| Norte | 787 | 216 | 22 | 51 |
| Sul | 1478 | 426 | 28 | 59 |
| Total | 9719 | 2511 | 24 | 65 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

A maior percentagem de famílias com registros de horta está na região Central, também é a região com os maiores valores médios de autoconsumo de cultivos de horta. A região Metropolitana possui o menor percentual de famílias com registros de horta e a região com o maior autoconsumo desta categoria, cabe destacar que nessa região mais de 50% das famílias que possuem horta também comercializam hortigranjeiros, enquanto nas demais regiões os percentuais variam entre 7 e 23%, o que contribui para uma produção maior e aumento da quantidade autoconsumida.

¹⁸ Calculado desconsiderando registros com possíveis erros (0 e > 1.000 kg).

Analisando os dados comparativamente, Salami (2009) constatou que todas as famílias analisadas em seu estudo possuíam horta para autoconsumo, e que em 76% delas a quantidade produzida era suficiente para a família. Grisa (2007) constatou a presença de horta em 92,1% das famílias pesquisadas e em 82,6% a quantidade produzida era suficiente para a família, destacando que as famílias produziam as próprias hortaliças pela qualidade garantida por uma produção sem agrotóxicos.

Fontoura (2012) observou que quase 94% das famílias pesquisadas em seu estudo tinham horta, no entanto, destacou uma peculiaridade, a produção de hortaliças tem forte sazonalidade na região, concentrando-se de março a dezembro e sendo quase inexistente nos demais meses devido às condições climáticas desfavoráveis, devido à impossibilidade da maioria das famílias adquirirem hortaliças via mercado o consumo acaba sendo sazonal como a produção.

Observando a frequência das hortas encontrada pelas demais autoras citadas acima chama atenção a baixa presença das hortas encontrada neste estudo, uma possível explicação é que todas as famílias que possuem registro de policultivos tenham hortaliças entre os cultivos, o que elevaria para quase 60% o percentual das famílias com produção de hortaliças, percentual ainda baixo.

Em termos quantitativos, Santos e Ferrante (2003) encontraram autoconsumo médio *per capita* de hortaliças superior a 54 kg por ano entre os assentados paulistas, variando de 44 kg entre os assentados descapitalizados até 64 kg entre os em capitalização. Cabe destacar, no entanto, que a categoria horta das autoras incluía itens que aqui serão analisados em categorias separadamente, como raízes e tubérculos e bráculos.

Dessa forma, apesar da menor frequência das hortas nos assentamentos do estado do RS, comparada aos demais estudos, o quantitativo autoconsumido é significativamente superior em algumas regiões, chegando a 92 kg na região Metropolitana e 77 kg na Fronteira Oeste. Já nas regiões Norte, Missões e Campanha o autoconsumo de hortaliças é menor ao encontrado por Santos e Ferrante (2003).

3.2.3 Pomar

Os pomares estão presentes em 21% dos lotes dos assentamentos do RS e chegam a um total de 2.726 registros, com uma média de 60 kg *per capita* de autoconsumo de frutas por ano. A Tabela 12 apresenta o número de registros, percentagem e autoconsumo médio *per capita* de frutas para cada uma das regiões analisadas dos assentamentos do RS.

Tabela 12 – Famílias, registros de autoconsumo, porcentagem de famílias com autoconsumo de pomar¹⁹ e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % | Média (kg) |
|-----------------|---------------------|----------------------|-----------|-------------------|
| Campanha | 1838 | 287 | 13 | 44 |
| Central | 1718 | 827 | 42 | 76 |
| Fronteira Oeste | 1622 | 255 | 14 | 101 |
| Metropolitana | 1248 | 210 | 12 | 83 |
| Missões | 1028 | 555 | 22 | 27 |
| Norte | 787 | 306 | 28 | 64 |
| Sul | 1478 | 286 | 17 | 48 |
| Total | 9719 | 2726 | 21 | 60 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

Há uma grande variação regional na porcentagem de famílias que possuem pomar e no quantitativo autoconsumo. A região Metropolitana possui a menor porcentagem de famílias com pomar e a região Central possui a maior, a menor presença de pomares entre as famílias da região Metropolitana pode novamente ser explicada pela grande presença de terras baixas na região, conforme dados já apresentados na análise da atividade leiteira, uma vez que frutíferas não se desenvolvem adequadamente em solos alagados ou muito úmidos.

Fontoura (2012) observou a presença de pomar em todas as famílias analisadas em seu estudo, Salami (2009) observou o consumo de frutíferas de autoconsumo em 75% das famílias estudadas, das quais 48% declararam que a produção de autoconsumo era suficiente para a família, do mesmo modo Hirai (2008) destacou a insuficiência da produção própria do pomar em 53% das famílias, já Grisa (2007) verificou a ocorrência de pomar em 89% dos estabelecimentos pesquisados. Nesse sentido, as porcentagens verificadas nessa pesquisa são consideradas baixas, novamente pode-se considerar os registros de policultivos como fator explicativo, considerando que todas as famílias que possuem policultivos também possuem alguma frutífera o percentual seria de 54%.

Em termos do quantitativo autoconsumido de frutas a região das Missões destaca-se pela menor quantidade autoconsumida de frutas, 27 kg *per capita* por ano, enquanto a região da Fronteira Oeste possui uma quantidade quase quatro vezes maior, de 101 kg *per capita* por ano. Santos e Ferrante (2003) observaram um autoconsumo médio *per capita* de 83 kg de frutas nos assentamentos paulistas, sendo que os valores variam entre 64 kg entre os

¹⁹ Calculado desconsiderando registros com possíveis erros (0 e > 1000 kg).

assentados descapitalizados à 133 kg entre os assentados capitalizados. Não se evidenciam fatores que possam explicar a significativa diferença entre as regiões no consumo *per capita* de frutas.

3.2.4 Raízes e tubérculos

Os cultivos englobados na categoria raízes e tubérculos correspondem a 2.736 registros, entre as famílias assentadas do estado, 21% delas tem pelo menos um registro destes cultivos. A Tabela 13 apresenta o número de registros, a percentagem e o autoconsumo médio *per capita* de raízes e tubérculos para as famílias assentadas.

Tabela 13 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de raízes e tubérculos²⁰ e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % | Média (kg) |
|-----------------|--------------|---------------|----|------------|
| Campanha | 1838 | 156 | 7 | 70 |
| Central | 1718 | 651 | 27 | 148 |
| Fronteira Oeste | 1622 | 529 | 25 | 198 |
| Metropolitana | 1248 | 310 | 18 | 279 |
| Missões | 1028 | 505 | 35 | 190 |
| Norte | 787 | 144 | 15 | 153 |
| Sul | 1478 | 441 | 20 | 209 |
| Total | 9719 | 2736 | 21 | 185 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

É possível observar que a região da Campanha apresenta o menor percentual de famílias com tais cultivos, apenas 7%, enquanto a região das Missões apresenta o maior percentual, com registro em 35% das famílias. Apesar de Grisa (2007) adotar outra categorização e classificar os cultivos aqui categorizados entre plantas de lavoura, é possível notar em seu trabalho que em todas as regiões a batata-doce e a mandioca estavam entre os cultivos agrícolas mais frequentes, e em três das quatro regiões analisadas a batata inglesa também aparece entre os cultivos mais frequentes.

Fontoura (2012) também adota outra categorização, classifica os cultivos agrícolas em plantas de cercado, a autora destaca que o cultivo de mandioca e batata-doce para

²⁰ Calculado desconsiderando registros com possíveis erros (0 e > 7200 kg).

autoconsumo está presente em 93% e 75% das famílias estudadas, respectivamente. Salami (2009) observou entre as famílias assentadas de Abelardo Luz, que 100% tinham produção de batata doce para autoconsumo, 96% tinham mandioca, 45% tinham batatinha, e 14% tinham batata salsa. Hirai (2008) observou a presença da produção de batata para autoconsumo em mais de 80% das famílias nos três municípios analisados em seu estudo. Nesse sentido, percebe-se novamente percentuais baixos comparados aos demais estudos, mesmo considerando que todas as famílias que possuem policultivos possuam o cultivo de raízes e tubérculos entre os cultivos o percentual ainda ficaria em torno de 50%.

Em relação a quantidade autoconsumida, Santos e Ferrante (2003) encontraram um autoconsumo médio *per capita* de 23,8 kg dos cultivos aqui apresentados na categoria raízes e tubérculos. A quantidade encontrada nessa pesquisa é muito superior, em todas as regiões. Pela facilidade em cultivar as culturas desta categoria, elas muitas vezes podem ser utilizadas como autoconsumo intermediário, sendo as sobras fornecidas aos animais como uma forma barata e eficaz de alimentá-los.

Entre os agricultores assentados que cultivam raízes e tubérculos, na região Metropolitana está concentrado o maior percentual daqueles que comercializam parte da produção, mais de 40% comercializam, enquanto nas demais regiões esse percentual não ultrapassa 15%. A organização do lote para comercialização de parte da produção contribui para uma maior oferta dos cultivos e favorece um maior autoconsumo, além de permitir a destinação de parte do que não pode ser comercializado, por apresentar características inadequadas, para a alimentação de animais como mencionado anteriormente.

3.2.5 Baraços

Os baraços correspondem a 1.051 registros, com presença entre 8% das famílias assentadas no estado. A Tabela 14 apresenta o número de registros, a porcentagem e a média de autoconsumo *per capita* dos baraços entre as famílias assentadas.

Tabela 14 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de barços²¹ e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % | Média (kg) |
|-----------------|---------------------|----------------------|----------|-------------------|
| Campanha | 1838 | 122 | 5 | 138 |
| Central | 1718 | 276 | 9 | 56 |
| Fronteira Oeste | 1622 | 230 | 11 | 143 |
| Metropolitana | 1248 | 84 | 5 | 141 |
| Missões | 1028 | 146 | 14 | 55 |
| Norte | 787 | 58 | 5 | 79 |
| Sul | 1478 | 135 | 8 | 132 |
| Total | 9719 | 1051 | 8 | 94 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

A região das Missões e da Fronteira Oeste são as que tem maior número de famílias com cultivos de barços, com registros em 14 e 11% das famílias, respectivamente. Salami (2009) encontrou o cultivo de abóbora ou moranga em 72% das famílias, enquanto Fontoura (2012) encontrou cultivo de abóbora ou moranga e melancia em 68 e 62% das famílias, respectivamente. Grisa (2007) não relatou nenhum barço entre os cultivos mais frequentes para autoconsumo entre as famílias que analisou, assim como Hirai (2008).

Santos e Ferrante (2003) encontrar um autoconsumo de 19,7 kg de barços *per capita* nos assentamentos paulistas, nesse sentido, os valores encontrados nessa pesquisa são bem superiores, variando entre 143 e 55kg. As maiores quantidades destinadas ao autoconsumo estão nas regiões Fronteira Oeste e Metropolitana, a última é novamente a região que o maior número de famílias comercializa parte da produção, mais de 50% das famílias, o que pode favorecer o aumento do autoconsumo da mesma maneira que ocorre com raízes e tubérculos. A região Central e das Missões são as regiões em que menos famílias comercializam barços e as com menor quantidade autoconsumida.

3.2.6 Grãos

O cultivo de grãos para autoconsumo é realizado por 7.187 famílias, que representam 74% do total das famílias, é, portanto, a categoria de CA mais difundida entre os assentados.

²¹ Calculado desconsiderando registros com possíveis erros (0 e > 3600 kg).

A tabela 15 apresenta o número de registros, a percentagem e o consumo médio *per capita* de grãos para cada uma das regiões.

Tabela 15 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de grãos²² e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % | Média (kg) |
|-----------------|---------------------|----------------------|-----------|-------------------|
| Campanha | 1838 | 1555 | 62 | 345 |
| Central | 1718 | 2507 | 90 | 540 |
| Fronteira Oeste | 1622 | 1560 | 74 | 513 |
| Metropolitana | 1248 | 744 | 52 | 113 |
| Missões | 1028 | 1178 | 79 | 640 |
| Norte | 787 | 1215 | 88 | 498 |
| Sul | 1478 | 1825 | 77 | 733 |
| Total | 9719 | 10584 | 74 | 522 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

As regiões com maior percentual de famílias que possuem cultivo de grãos para autoconsumo e uso no lote são a Central e Norte, exatamente as regiões que possuem condições de clima e solo mais favoráveis para o cultivo da maioria dos grãos. A região Metropolitana e a região da Campanha são as que apresentam o menor percentual de famílias com cultivo de grãos, isso pode ser explicado da mesma forma, são as regiões que as características de solo e clima são mais desfavoráveis, enquanto na região Metropolitana há grande presença de terras baixas que só permitem o cultivo de arroz, a região da Campanha é conhecida por seu solo desfavorável e pelo clima mais seco no período de cultivo dos grãos, essas mesmas região são as que apresentam a menor quantidade autoconsumida.

Embora a categoria grãos englobe uma grande variedade de culturas cultivadas nos assentamentos, apenas dois cultivos respondem por mais de 56% dos registros de grãos destinados ao autoconsumo, são eles o milho e o feijão. A Tabela 16 apresenta os registros, porcentagem de famílias e autoconsumo médio para os cultivos de milho em feijão nas diferentes regiões.

²² Calculado desconsiderando registros com possíveis erros (0 e > 36000 kg).

Tabela 16 – Famílias, registros de autoconsumo, percentagem de famílias com autoconsumo de milho e feijão²³ e autoconsumo médio per capita anual, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Milho | | | Feijão | | |
|-----------------|--------------|---------------|----|------------|---------------|----|------------|
| | | Registros (N) | % | Média (kg) | Registros (N) | % | Média (kg) |
| Campanha | 1.838 | 881 | 48 | 137 | 229 | 12 | 24 |
| Central | 1.718 | 890 | 52 | 111 | 181 | 11 | 35 |
| Fronteira Oeste | 1.622 | 771 | 48 | 150 | 64 | 4 | 29 |
| Metropolitana | 1.248 | 124 | 10 | 148 | 57 | 5 | 32 |
| Missões | 1.028 | 653 | 64 | 119 | 111 | 11 | 25 |
| Norte | 787 | 369 | 47 | 107 | 126 | 16 | 31 |
| Sul | 1.478 | 985 | 67 | 186 | 490 | 33 | 36 |
| Total | 9.719 | 4.673 | 48 | 141 | 1.258 | 13 | 32 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

Percebe-se que a região Metropolitana possui baixa percentagem de famílias que cultivam milho e feijão, no entanto, a região concentra quase 70% dos registros de cultivo de arroz, justamente por ter áreas favoráveis para tal cultivo. Fontoura (2012) observou o cultivo de milho em 37% das famílias analisadas, enquanto Salami (2009) destacou o cultivo do milho entre mais de 70% das famílias na região analisada, dessa forma, os dados aqui encontrados se colocam numa situação intermediária, destacando, no entanto, o milho como o cultivo mais frequente entre os assentados.

O feijão possui quantidades mais baixas de autoconsumo, sem grande variação entre as regiões analisadas. Comparando a frequência com que o cultivo aparece entre as famílias, percebe-se, no entanto, que ela é baixa, Hirai (2008) observou o feijão como o cultivo mais frequente na região analisada em seu estudo, sendo que mais de 93% das famílias o cultivavam para autoconsumo. Grisa (2007) encontrou o feijão como um dos cultivos mais frequentes em todas as regiões analisadas e Salami (2009) encontrou o feijão cultivado para autoconsumo em mais de 96% das famílias que estuda. Já Fontoura (2012) encontrou o feijão sendo cultivado para autoconsumo em apenas 25% das famílias estudadas, nesse sentido, é possível perceber uma redução desse cultivo para autoconsumo, sendo que nesse estudo, em média 32% das famílias cultivam feijão com esse fim.

Em termos da quantidade autoconsumida Santos e Ferrante (2003) encontraram um autoconsumo de 23,3 kg de feijão *per capita* entre os assentados paulistas, chegando a 34 kg

²³ Calculado desconsiderando registros com possíveis erros (0 e > 360 kg).

per capita entre os agricultores em descapitalização. Nesse sentido, a quantidade autoconsumida encontrada nesse estudo é similar, o que indica que provavelmente não há uma redução na quantidade consumida de feijão, mas apenas percebe-se uma redução do número de famílias que optam por fazer o cultivo pensando em autoconsumir.

É importante frisar ainda que a soja também é muito frequente entre os grãos cultivados nos assentamentos, são mais de 3 mil registros, dos quais mais de 50% se concentram na região Central e Norte, mas seu uso para o autoconsumo é pouco expressivo, sendo destinado principalmente à venda.

3.2.7 Sementes e plantas medicinais, condimentares e ervas

A prática de produzir sementes que serão utilizadas para autoconsumo, seja para a semeadura dos cultivos em novos ciclos ou para consumo direto está presente em quase 200 famílias assentadas do RS, já o cultivo de plantas medicinais, ervas e condimentares é registrado em 73 famílias assentadas. A Tabela 17 apresenta o número de registros e percentagem de famílias que possuem autoconsumo de sementes e plantas medicinais, ervas e condimentares.

Tabela 17 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de sementes e medicinais, ervas e condimentares, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Sementes | | Medicinais, ervas e condimentares | |
|-----------------|--------------|---------------|-----|-----------------------------------|-----|
| | | Registros (N) | % | Registros (N) | % |
| Campanha | 1838 | 130 | 7,1 | 17 | 0,9 |
| Central | 1718 | 20 | 1,2 | 3 | 0,2 |
| Fronteira oeste | 1622 | 7 | 0,4 | 7 | 0,4 |
| Metropolitana | 1248 | 5 | 0,4 | 1 | 0,1 |
| Missões | 1028 | 5 | 0,5 | 20 | 1,9 |
| Norte | 787 | 13 | 1,7 | 20 | 2,5 |
| Sul | 1478 | 17 | 1,2 | 5 | 0,3 |
| Total | 9719 | 197 | 2,0 | 73 | 0,8 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

No que se refere ao autoconsumo de sementes é possível observar uma concentração dos registros na região da Campanha, mais de 65% do total dos registros está nessa região, o

que pode ser explicado pela expressiva produção de sementes de hortaliças na região, estimulada pela presença da Bionatur, uma cooperativa dos próprios agricultores assentados que produz sementes agroecológicas de diversas hortaliças, ornamentais, forrageiras e grãos. A baixa presença da prática do autoconsumo de sementes é um indicativo do processo de externalização da produção, já mencionando anteriormente, os agricultores passam a adquirir as sementes no mercado e as deixam de produzir no próprio lote.

No que refere-se a produção de plantas medicinais, condimentares e ervas o número de registros é relativamente baixo, a média autoconsumida é de 14,4 kg *per capita* por ano, sem variações regionais significativas, Santos e Ferrante (2003) observaram um autoconsumo médio *per capita* de 10,4 kg por ano entre os assentados paulistas. É preciso considerar que os registros de plantas medicinais, condimentares e ervas pode estar subestimado por essas plantas normalmente serem cultivadas na horta e estarem registradas como policultivos dentro da categoria horta.

3.3 AUTOCONSUMO DE PROCESSADOS DE ALIMENTOS, AGROINDÚSTRIA CASEIRA E ARTESANATO

O autoconsumo de processados de alimentos, agroindústria caseira e artesanato corresponde a mais de 10 mil registros nos assentamentos analisados, das 9.719 famílias assentadas 4.618 tem pelo menos um registro, o que representa 47,5% das famílias. O preenchimento das informações também é na forma de múltiplos registros, tal qual para os cultivos agrícolas, dessa forma há um registro para cada tipo de processado de alimentos, agroindústria caseira ou artesanato para cada família. No preenchimento das informações, o técnico era responsável por definir a unidade de medida do produto conforme características de cada produto, mas não há uma padronização, dessa forma, não são apresentados dados referentes a quantidades autoconsumidas, apenas percentual de famílias com registros de cada categoria. Os dados referentes ao autoconsumo dos processados de alimentos, agroindústria caseira e artesanato são apresentadas nas tabelas a seguir, conforme as categorias apresentadas no Quadro 3. Primeiramente são apresentados os dados referentes ao autoconsumo de massas e panificados.

3.3.1 Massas e panificados

Os registros de autoconsumo de massas e panificados são os mais frequentes entre os processados, agroindústria caseira e artesanato, 40% das famílias assentadas realizam a produção destes para autoconsumo, o que corresponde a quase 4 mil registros. A Tabela 18 apresenta o número de registros de autoconsumo e percentagem de famílias que possuem autoconsumo de massas e panificados em cada uma das regiões.

Tabela 18 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de massas e panificados²⁴, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % |
|-----------------|---------------------|----------------------|-----------|
| Campanha | 1838 | 671 | 37 |
| Central | 1718 | 1216 | 71 |
| Fronteira Oeste | 1622 | 511 | 32 |
| Metropolitana | 1248 | 164 | 13 |
| Missões | 1028 | 214 | 21 |
| Norte | 787 | 469 | 60 |
| Sul | 1478 | 677 | 46 |
| Total | 9719 | 3922 | 40 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

Percebe-se uma grande disparidade regional na frequência das famílias que possuem produção de massas e panificados, variando de 13% na região Metropolitana, até 71% da região Central. Uma possível explicação para o reduzido percentual de famílias com autoconsumo destes produtos na região metropolitana está na proximidade dos assentamentos com a região urbana, o que permite aquisição destes nos mercados de maneira mais fácil.

Grisa (2007) não relatou massas e panificados entre os produtos de transformação caseira mais frequentes, enquanto Fontoura (2012) observou autoconsumo de pão em 56% das famílias, bolachas em 25%, massa caseira e cuca em 12% das famílias. Salami (2009) observou autoconsumo mais frequente de massas e panificados, autoconsumo de pães em 93%, bolachas em 65%, massas em 62%, bolos em 51% e cucas em 38% das famílias que analisou.

²⁴ Calculada desconsiderando os registros duplicados para uma mesma família.

3.3.2 Chimias, doces, geleias e conservas

O autoconsumo de chimias, doces, geleias e conservas está presente em um pouco mais de 20% das famílias analisadas, e perfaz um total de 2.187 registros. A Tabela 19 apresenta o número de registros e percentual de famílias com autoconsumo de chimias, doces, geleias e conservas, para cada uma das regiões.

Tabela 19 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de chimias, doces, geleias e conservas²⁵, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % |
|-----------------|---------------------|----------------------|-----------|
| Campanha | 1838 | 295 | 16 |
| Central | 1718 | 840 | 49 |
| Fronteira Oeste | 1622 | 203 | 13 |
| Metropolitana | 1248 | 87 | 7 |
| Missões | 1028 | 84 | 8 |
| Norte | 787 | 374 | 48 |
| Sul | 1478 | 304 | 21 |
| Total | 9719 | 2187 | 23 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

Nota-se que assim como para massas e panificados, a região Metropolitana também possui a menor percentagem de famílias que tem produção destes produtos para autoconsumo, perfazendo somente 7% do total de famílias, cenário parecido com a região das Missões, que possui somente 8% das famílias com autoconsumo destes produtos. No extremo oposto, na região Central e Norte, 49% e 48% das famílias possuem autoconsumo destes produtos, respectivamente.

Salami (2012) observou a produção para autoconsumo de chimias e conservas em 90% e 69% das famílias que analisou, respectivamente. Em sua pesquisa Grisa (2007) observou que *schmier* era um dos itens mais frequentes entre os produtos de transformação caseira em todas as regiões analisadas, enquanto conservas era um dos itens mais frequentes em duas das quatro regiões analisadas. Fontoura (2012) observou que 25% das famílias possuem produção de compotas e 19% possuem produção de conservas para autoconsumo na região analisadas.

²⁵ Calculada desconsiderando os registros duplicados para uma mesma família.

3.3.3 Processados de leite

O autoconsumo de processados de leite estão presentes em 18% das famílias analisadas nesta pesquisa, representando 1.705 registros. A Tabela 20 apresenta o número de registros e percentagem de famílias com autoconsumo de processados em cada uma das regiões analisadas.

Tabela 20 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de processados de leite²⁶, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % |
|-----------------|---------------------|----------------------|-----------|
| Campanha | 1.838 | 286 | 16 |
| Central | 1.718 | 506 | 29 |
| Fronteira Oeste | 1.622 | 216 | 13 |
| Metropolitana | 1.248 | 213 | 17 |
| Missões | 1.028 | 130 | 13 |
| Norte | 787 | 165 | 21 |
| Sul | 1.478 | 189 | 13 |
| Total | 9.719 | 1.705 | 18 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

É possível notar que há uma distribuição mais uniforme do percentual de famílias que possuem autoconsumo de processados de leite comparado aos produtos anteriormente analisados. Enquanto a região Central possui o maior percentual de famílias com autoconsumo de processados de leite, com 29% das famílias, as regiões Fronteira Oeste, Missões e Sul possuem os menores percentuais, somente 13%. A região Central é a região com maior percentual de famílias que comercializa leite, mais de 63% do total de famílias, o que contribui para que seja a região com maior percentual de famílias com produção de processados de leite. Destaca-se que na produção de processados de leite mais de 91% das famílias usa matéria-prima própria.

Em sua pesquisa Salami (2009) observou a produção de queijo em 82%, manteiga em 48%, doce de leite em 38%, ricotas em 28% e nata em 21% das famílias que analisou em seu estudo. Grisa (2007) apresenta o queijo como um dos itens de transformação caseira mais frequentes em todas as regiões que analisou em seu estudo, enquanto Fontoura (2012)

²⁶ Calculada desconsiderando os registros duplicados para uma mesma família.

observou que 50% das famílias que analisou produziam doce de leite, 37% produziam queijo e 12% produziam ambrosia para autoconsumo.

3.3.4 Processados de carne

Os processados de carne correspondem a 1.638 registros, 17% das famílias assentadas analisadas possuem algum registro de processado de carne. Como pode ser visto na tabela 21 abaixo, que apresenta o número de registros e a porcentagem das famílias que possuem processados de carne, em cada região, há uma grande variação na porcentagem das famílias que produzem processados de carne. A região Metropolitana e a região Sul possuem registros em apenas 2% e 4% das famílias, respectivamente. Nas regiões Central e Norte, enquanto isso, os registros representam 50% e 47% das famílias, respectivamente.

Tabela 21 – Famílias, registros de autoconsumo e porcentagem de famílias com autoconsumo de processados de carne²⁷, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % |
|-----------------|---------------------|----------------------|-----------|
| Campanha | 1.838 | 139 | 8 |
| Central | 1.718 | 857 | 50 |
| Fronteira Oeste | 1.622 | 91 | 6 |
| Metropolitana | 1.248 | 23 | 2 |
| Missões | 1.028 | 97 | 9 |
| Norte | 787 | 372 | 47 |
| Sul | 1.478 | 59 | 4 |
| Total | 9.719 | 1.638 | 17 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

Em todas as regiões o uso de matéria-prima própria para produção dos processados de carne supera 98%, a exceção é a região Metropolitana, onde somente 60% tem matéria-prima própria, o que indica uma estreita relação entre a produção de processados de carne e a produção de carne para autoconsumo, especialmente carne suína, mais usada na produção dos processados. Nesse sentido, também pode ser observado na tabela 21 que as duas regiões com mais registros de processados de carne também são as regiões com o maior e o segundo maior percentual de famílias com produção de carne suína para autoconsumo.

²⁷ Calculada desconsiderando os registros duplicados para uma mesma família.

Fontoura (2012) não encontrou processados de carne entre os produtos de transformação caseira produzidos pelos pecuaristas familiares da Fronteira Oeste, enquanto isso, Grisa (2007) encontrou dois processados de origem animal (salame e banha) entre os produtos de transformação caseira mais frequentes no seu estudo. Salami (2009) observou o autoconsumo de banha em 82%, salames e outros embutidos em 34% e morcilhas em 10% das famílias assentadas que estudou no município de Abelardo Luz-SC. Dessa forma, a explicação para as grandes diferenças regionais nos percentuais de famílias com processados provavelmente reside em questões culturais, uma vez que Fontoura também não observou a ocorrência destes produtos.

3.3.5 Artesanato e outros

O artesanato também aparece como produto de autoconsumo nos assentamentos analisados, embora não seja muito presente, alcançando maior presença na região Norte, onde 7% das famílias produzem algum item de artesanato para autoconsumo. A tabela 22 apresenta o número de registros e percentagem de famílias com autoconsumo de artesanato para cada uma das regiões.

Tabela 22 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de artesanatos²⁸, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % |
|-----------------|---------------------|----------------------|----------|
| Campanha | 1.838 | 62 | 3 |
| Central | 1.718 | 65 | 4 |
| Fronteira Oeste | 1.622 | 21 | 1 |
| Metropolitana | 1.248 | 13 | 1 |
| Missões | 1.028 | 32 | 3 |
| Norte | 787 | 53 | 7 |
| Sul | 1.478 | 16 | 1 |
| Total | 9.719 | 262 | 3 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

A matéria prima utilizada no artesanato é em sua maioria adquirida no comércio, isso ocorre para 66% das famílias no estado, as únicas regiões em que o uso de matéria prima

²⁸ Calculada desconsiderando os registros duplicados para uma mesma família.

própria é mais importante do que a adquirida no comércio são Missões e Campanha. Em outros trabalhos não se encontrou citações a itens de artesanato produzidos para autoconsumo.

Ainda há outros produtos que fazem parte dos processados de alimentos e agroindústria caseira que foram agrupados na categoria Outros, conforme apresentado no quadro 3, devido ao baixo número de registros encontrados. Os dados referentes ao número de registros e percentagem de famílias com autoconsumo dos produtos presentes nessa categoria são apresentados na tabela 23 a seguir.

Tabela 23 – Famílias, registros de autoconsumo e percentagem de famílias com autoconsumo de “Outros”²⁹, para cada região, em 2015, em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

| Região | Famílias (N) | Registros (N) | % |
|-----------------|---------------------|----------------------|----------|
| Campanha | 1838 | 26 | 1 |
| Central | 1718 | 64 | 4 |
| Fronteira Oeste | 1622 | 16 | 1 |
| Metropolitana | 1248 | 16 | 1 |
| Missões | 1028 | 14 | 1 |
| Norte | 787 | 83 | 11 |
| Sul | 1478 | 25 | 2 |
| Total | 9719 | 244 | 3 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações do banco de dados do SIGRA 2015.

Alguns itens que compõe a categoria outros são citados em outros trabalhos, Salami (2009) relata a produção de vinho e cachaça em 7% das famílias e de derivados de cana em 10% das famílias, Fontoura (2012) relata a produção de rapadura em 18% das famílias que analisou. Alguns itens são tipicamente regionais, como a polpa de butiá e a erva mate e não foram encontradas menções sobre autoconsumo desses itens.

Inicialmente percebe-se que a hipótese inicial que orientou a elaboração deste capítulo mostra-se acertada, existem diferenças regionais no autoconsumo das famílias assentadas, é possível citar a influência das condições agroecológicas regionais que limitam ou favorecem a produção de determinados produtos destinados ao autoconsumo.

²⁹ Calculada desconsiderando os registros duplicados para uma mesma família.

Comparativamente as demais trabalhos, principalmente aos realizados em períodos temporais anterior há 10 anos, ou ainda aqueles que apresentam dados de como era a produção para autoconsumo em períodos anteriores, é possível perceber uma frequência menor da produção de autoconsumo de determinados itens, o que pode evidenciar um processo de redução dessa prática entre as famílias, como pode ser percebido no caso do feijão, que tinha presença em quase todas as famílias e agora aparece somente em um terço das famílias.

Uma tendência que aparece na análise do percentual de famílias com produção para autoconsumo e nos quantitativos médios indica que nas regiões em que determinada atividade econômica se constitui como estratégia de reprodução, por exemplo, a atividade leiteira na região Central, onde a maioria das famílias comercializa leite, o autoconsumo do produto oriundo dessa atividade torna-se mais presente entre as famílias, mas ao mesmo tempo o quantitativo médio consumido é menor.

A região Central e Norte possuem produção para autoconsumo maior, o que pode ser compreendido por serem regiões com maior valor de produção, melhor estrutura de máquinas e equipamentos, ou seja, de assentamentos mais desenvolvidos, e com isso também tem melhores condições de garantir uma produção de autoconsumo mais elevada.

Outro fator que não deve ser desconsiderado é relacionado aos técnicos, embora a coleta das informações fosse uma meta e as orientações presentes no Manual do SIGRA determinassem o preenchimento de tudo que é produzido pela família, por vezes, a percepção de que a produção de autoconsumo não é importante pode levar a invisibilidade desta produção.

4 RENDA DO AUTOCONSUMO NOS DIFERENTES SISTEMAS DE PRODUÇÃO PRATICADOS NOS ASSENTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL

Objetivo deste capítulo é apresentar a contribuição da produção de autoconsumo no produto bruto total das unidades de produção (lotes) e na composição da renda familiar. A contribuição do autoconsumo para a renda das famílias é uma questão complexa, como já haviam destacado outros autores, há uma dificuldade em determinar os custos envolvidos na produção. As hipóteses que orientam o capítulo são de que as dinâmicas de cada sistema de produção imprimem particularidades na produção para autoconsumo e que o autoconsumo contribui de maneira importante na renda das famílias assentadas.

Com base nas informações obtidas a partir da RUOP, apresenta-se a renda proveniente do autoconsumo e as diferenças da produção de autoconsumo em relação a produção geral das unidades de produção.

A análise do autoconsumo é apresentada em três seções distintas, na primeira faz-se a análise do PBA, na segunda dos Custos Intermediários do Autoconsumo (CIA), da Depreciação do Autoconsumo (DA) e da Distribuição do Valor Agregado do Autoconsumo (DVAA), por fim, na terceira seção são apresentados os dados sobre a Renda do Autoconsumo (RAA).

4.1 O PRODUTO BRUTO DO AUTOCONSUMO

Inicialmente apresenta-se a tabela 24, que traz a média do PBA para cada uma das categorias em cada um dos sistemas de produção.

Tabela 24 – Produto bruto médio de autoconsumo em reais, por categorias, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| (continua) | | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|--------------|
| Categoria/Sistema de produção | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária | Geral |
| Produção animal | | | | | | |
| Carnes | 216,00 | 2.554,68 | 3.472,02 | 3.844,44 | 3.457,75 | 3.396,29 |
| Ovos | 129,75 | 168,58 | 222,71 | 274,00 | 254,06 | 228,92 |
| Leite | 300,00 | 270,84 | 343,23 | 483,53 | 213,38 | 332,47 |
| Mel | - | 12,84 | 15,00 | - | - | 8,57 |
| Cultivos agrícolas | | | | | | |
| Horta | 100,00 | 529,18 | 608,96 | 569,89 | 253,25 | 506,28 |

Tabela 24 – Produto bruto médio de autoconsumo em reais, por categorias, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| (conclusão) | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------------|-----------------|-----------------|
| Categoria/Sistema de produção | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária | Geral |
| Pomar | 48,00 | 104,32 | 366,00 | 360,28 | 135,00 | 309,45 |
| Raízes e tubérculos | 225,00 | 347,32 | 422,65 | 374,33 | 361,88 | 383,80 |
| Baraços | - | 26,84 | 102,83 | 39,11 | 18,44 | 69,01 |
| Medicinais, condimentares e ervas | - | - | - | - | - | - |
| Grãos | - | 165,58 | 85,15 | 155,00 | 240,00 | 130,70 |
| Sementes | - | - | - | - | - | - |
| Processados de alimentos, Agroindústria caseira e Artesanato | | | | | | |
| Artesanato | - | - | - | - | 11,43 | 1,90 |
| Chimias, doces, geleias e conservas | - | 59,74 | 103,29 | 108,89 | 226,75 | 122,63 |
| Massas e panificados | - | 216,42 | 654,58 | 717,78 | 638,44 | 634,36 |
| Processados de leite | - | 131,24 | 226,54 | 183,89 | 286,25 | 232,14 |
| Processados de carne | - | 111,84 | 163,04 | 83,33 | 239,25 | 152,95 |
| Total | 1.018,75 | 4.699,42 | 6.786,00 | 7.194,48 | 6.404,44 | 6.484,88 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

O sistema de produção arroz é o que apresenta os menores valores médios de PBA. Destaca-se inicialmente que há poucas categorias presentes no autoconsumo dessas unidades, apenas ovos e leite na produção animal. E somente, horta, pomar e raízes e tubérculos entre os cultivos agrícolas, não há itens em processados de alimentos, agroindústria caseira e artesanato.

A ausência de carnes no autoconsumo dessas unidades, bem como dos processados é peculiar, acredita-se que as condições dos lotes em que é realizado a produção de arroz, geralmente solos de várzea, dificulte a criação de animais e cultivo de grãos tradicionalmente usados para alimentação destes. A ausência dos processados pode estar ligada a falta da própria matéria prima, para o caso dos processados de origem animal, bem como estar relacionada a questões culturais, uma vez que estas famílias podem não ter o hábito de produzir esses itens.

Outra questão que pode estar relacionada à menor produção de autoconsumo nas unidades com sistema de produção de arroz está relacionada ao uso da mão de obra, uma vez que durante o ciclo de produção do arroz a mão de obra demandada pela cultura é elevada, dificultando a presença de criações e culturas destinadas ao autoconsumo.

As unidades do sistema de produção horta são as que apresentam a segunda menor média do PBA, ficando à frente apenas das unidades do sistema de produção arroz. A diversidade de categorias que compõe o autoconsumo no sistema de produção horta é similar aos demais sistemas de produção, com grande diversidade, há diferenças, no entanto, no que se refere aos valores, principalmente ao da categoria carnes.

Os menores valores do PB da categoria carnes no sistema de produção horta provavelmente decoram na intensidade do uso da mão de obra nas hortas com finalidade comercial. O maior uso da mão de obra para produção e comercialização das hortaliças impede uma maior presença de criações nas unidades de produção, uma vez que estas também demandam uma rotina de cuidado que requer mão de obra para o trato e para produção de grãos e outros itens que são usados na sua alimentação. Considerando que as carnes são os itens que geralmente possuem o maior valor, representando mais de 50% do valor total do PBA, o menor valor desta categoria no sistema horta reduz consideravelmente o valor total do PBA nesse sistema.

Contraditoriamente ao esperado, não são as unidades do sistema de produção horta as que possuem o maior PBA na categoria horta, as unidades dos sistemas leite e leite e grãos possuem PBA de horta superior às do sistema horta. Isso possivelmente decora de um certo grau de especialização adotado no cultivo das hortas, o que reduz a diversidade da produção e conseqüentemente o PBA, o que provavelmente não ocorre nas unidades dos sistemas leite e leite e grãos.

São as unidades de produção de leite que possuem os maiores valores médios de PBA na categoria horta. Além do maior valor na categoria horta, as unidades de produção do sistema leite também possuem os maiores valores médios de PBA nas categorias pomar, raízes e tubérculos e barraços, resultando assim no segundo maior valor do PBA, ultrapassando 6.700,00 reais. A categoria carnes é responsável por mais da metade desse valor.

O alto valor da categoria carnes no sistema de produção leite pode ser explicado pela criação de animais para consumo junto ao rebanho leiteiro, ou ainda o próprio abate de vacas leiteiras de descarte. A produção de grãos destinados a alimentação do rebanho leiteiro também possibilita o uso de uma parte na alimentação de suínos e aves (carne e ovos) que por

sua vez também são destinados ao autoconsumo, favorecendo a diversificação de produtos de origem animal.

Assim como no sistema leite, no sistema leite e grãos a criação de animais junto ao rebanho leiteiro e o uso de grãos, que também são comercializados nas unidades do sistema leite e grãos, favorece a criação de animais, o que faz com que esse sistema tenha o maior valor médio de PBA na categoria carne. Também é no sistema leite e grãos que se encontram os maiores valores médios na categoria ovos e massas e panificados. Apesar das unidades deste sistema produzirem grãos com finalidade comercial, no autoconsumo a contribuição dos grãos no PBA não é a maior entre os sistemas, o que provavelmente decorra do foco na produção de soja, que praticamente não é utilizada no autoconsumo.

As unidades do sistema de produção pecuária atingem um valor médio de PBA acima de seis mil reais. As unidades deste sistema atingem os maiores valores médios em todas as categorias de processados de alimentos, agroindústria caseira e artesanato, com exceção de massas e panificados, ainda são as unidades desse sistema que possuem o maior valor médio de PBA na categoria grãos.

Considerando os sistemas de pecuária como pouco intensivos em uso da mão de obra, a disponibilidade desta para outras atividades permite que ocorra a produção de diversos itens para autoconsumo, principalmente os processados que envolvem maior uso da mão de obra para o preparo, isso possivelmente explique os maiores valores de PBA nessas categorias. No caso da categoria horta, em que as unidades do sistema pecuária tem valor médio de PBA superiores apenas às do sistema arroz, possivelmente os baixos valores decorram de questões culturais, em que famílias com sistema pecuária não tenham o hábito de cultivar hortas muito diversas ou mesmo durante todo o ano, como já havia destacado Fontoura (2012).

Cabe destacar ainda a ausência das categorias medicinais, condimentares e ervas e sementes entre os cultivos agrícolas em todos os sistemas de produção, o que confere com a baixa ocorrência destes cultivos agrícolas já apontada no capítulo anterior na análise dos dados do SIGRA. A categoria artesanato ocorre somente no sistema de produção pecuária, possivelmente pela maior possibilidade de uso da mão de obra em outras atividades, como já exposto anteriormente.

Comparativamente Grisa (2007) observou um PBA que variou entre 2.161,05 e 4.308,08³⁰, sendo o mais baixo em Morro Redondo e o mais alto em Veranópolis, corrigidos pelo IPCA, para junho de 2015, esses valores representam 4.566,71 e 9.103,80

³⁰ Destacando que a produtos de transformação caseira não estão incluídos no produto bruto de autoconsumo apresentado por Grisa (2007).

respectivamente. Os valores médios do PBA encontrados nos sistemas leite e grãos, leite e pecuária ficam em um nível intermediário aos valores encontrados por Grisa (2007), enquanto que o valor médio do sistema horta está próximo ao mais baixo encontrado pela autora, no município de Morro Redondo. O sistema arroz possui valor de PBA muito abaixo dos encontrados por Grisa (2007).

Fontoura (2012) encontrou valores médios de PBA que variam de 5.022,50 a 9.642,14 entre as diferentes tipologias analisadas, corrigidos esses valores correspondem à 9.642,14 e 12.210,57, respectivamente. Comparando os valores médios encontrados nesta dissertação aos encontrados por Fontoura (2012) percebe-se que valores encontrados em todos os sistemas de produção presentes nos assentamentos são consideravelmente mais baixos. Considerando que Fontoura (2012) analisou pecuaristas familiares, os valores são muito superiores aos encontrados nesta dissertação, variando de 50% a quase 100%, nas tipologias com os menores e maiores valores de PBA, respectivamente.

Conforme análise dos dados do censo agropecuário de 2006, Grisa (2013) observou um valor médio da produção de autoconsumo de 4.215,00 reais no estado do RS, corrigidos esse valor correspondem à 6.980,84 reais. Comparando os valores encontrados nessa dissertação aos do censo agropecuário de 2006, percebe-se que somente as unidades do sistema leite e grãos tem um valor de PBA semelhante, enquanto as unidades dos demais sistemas analisados ficam abaixo da média estadual encontrada no censo agropecuário.

A Tabela 25 apresenta o percentual médio com o qual cada categoria contribui no PBA.

Tabela 25 – Produto bruto médio de autoconsumo em porcentagem, por categorias, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

(continua)

| Categoria | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária | Geral |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|--------------|
| Produção animal | | | | | | |
| Carnes | 21,2 | 54,4 | 51,2 | 53,4 | 54,0 | 52,4 |
| Ovos | 12,7 | 3,6 | 3,3 | 3,8 | 4,0 | 3,5 |
| Leite | 29,4 | 5,8 | 5,1 | 6,7 | 3,3 | 5,1 |
| Mel | - | 0,3 | 0,2 | - | - | 0,1 |
| Cultivos agrícolas | | | | | | |
| Horta | 9,8 | 11,3 | 9,0 | 7,9 | 4,0 | 7,8 |
| Pomar | 4,7 | 2,2 | 5,4 | 5,0 | 2,1 | 4,8 |
| Raízes e tubérculos | 22,1 | 7,4 | 6,2 | 5,2 | 5,7 | 5,9 |

Tabela 25 – Produto bruto médio de autoconsumo em porcentagem, por categorias, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| (conclusão) | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|--------------|
| Categoria | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária | Geral |
| Baraços | - | 0,6 | 1,5 | 0,5 | 0,3 | 1,1 |
| Medicinais, condimentares e ervas | - | - | - | - | - | - |
| Grãos | - | 3,5 | 1,3 | 2,2 | 3,7 | 2,0 |
| Sementes | - | - | - | - | - | - |
| Processados de alimentos, Agroindústria caseira e Artesanato | | | | | | |
| Artesanato | - | - | - | - | 0,2 | 0,0 |
| Chimias, doces, geleias e conservas | - | 1,3 | 1,5 | 1,5 | 3,5 | 1,9 |
| Massas e panificados | - | 4,6 | 9,6 | 10,0 | 10,0 | 9,8 |
| Processados de leite | - | 2,8 | 3,3 | 2,6 | 4,5 | 3,6 |
| Processados de carne | - | 2,4 | 2,4 | 1,2 | 3,7 | 2,4 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

Percebe-se a importância da categoria carnes na composição do PBA em todos os sistemas, com exceção do sistema arroz, a categoria carnes representa mais de 50% do PBA. No sistema arroz as categorias mais importantes são leite (29,4%) e raízes e tubérculos (22,1%). A categoria massas e panificados é a segunda com maior contribuição no PBA nos sistemas leite e grãos (10,0%), pecuária (10,0%) e leite (9,6%). Já no sistema horta a categoria horta (11,3%) é a segunda com maior contribuição no PBA.

Comparando as categorias, pelos percentuais que representam no PBA, Fontoura (2012) observou que as carnes representam mais de 80% do valor do PBA em todas as tipologias analisadas, o que está muito acima do observado nesse trabalho, onde a carne representa no máximo 54,4% no sistema horta. A autora ainda observou que em média a horta e pomar representam menos de 5% do valor PBA, indicando uma importância similar destas categorias nas unidades do sistema pecuária analisadas nesta dissertação. Em comparação as unidades dos demais sistemas de produção, percebe-se uma importância maior da horta e pomar no autoconsumo, onde as duas categorias contribuem em média 7,8% e 4,8% do PBA, respectivamente.

Embora Grisa (2007) não tenha quantificado o PBA da transformação caseira, é possível fazer um comparativo da relação entre o PBA animal e vegetal, que equivaliam a aproximadamente 50% do PBA nas famílias analisadas, ou seja, tinham valores aproximadamente equivalentes.

Analisando a contribuição da produção animal e dos cultivos agrícolas no autoconsumo, equivalente ao autoconsumo animal e vegetal observados por Grisa (2007) percebe-se que entre as famílias assentadas a produção animal tem importância maior. O PBA da produção animal equivale a aproximadamente 60% do valor do PBA. Enquanto isso, a contribuição dos cultivos agrícolas na composição do PBA varia de 15,7%, nas unidades do sistema pecuária, a 36,6%, nas unidades do sistema arroz.

Os processados de alimentos, agroindústria caseira e artesanato contribuem com o PBA com um percentual que varia de 0%, no sistema arroz, a 21,9%, no sistema pecuária. Fontoura (2012) observou que somados, produtos de origem animal e de agroindústria caseira, equivalentes aos processados deste trabalho, chegam a 10% de contribuição no PBA entre as famílias de pecuaristas analisados.

Percebe-se dessa forma uma importância maior dos produtos de origem animal na composição do autoconsumo entre as famílias assentadas em relação as famílias da agricultura familiar analisadas por Grisa (2007). Ao mesmo tempo que para as famílias de pecuaristas familiares analisados por Fontoura (2012) a produção animal tem importância muito maior na composição do PBA comparado as famílias assentadas analisadas neste trabalho.

A Tabela 26 apresenta os valores médios do PB, PBA e porcentagem do PBA em relação ao PB, para cada um dos sistemas de produção analisados.

Tabela 26 – Produto bruto médio total, produto bruto médio de autoconsumo e porcentagem em relação ao produto bruto médio total, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Sistemas de produção | PB (R\$) | PBA (R\$) | % |
|-----------------------------|-----------------|------------------|----------|
| Arroz | 262.124,65 | 1.018,75 | 0,4 |
| Leite e grãos | 77.196,52 | 7.194,48 | 9,3 |
| Leite | 44.325,50 | 6.786,00 | 15,3 |
| Horta | 44.114,78 | 4.699,42 | 10,7 |
| Pecuária | 38.991,93 | 6.404,44 | 16,4 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

Percebe-se que há grande variação no percentual do PBA representa no PB, variando de 0,4% no sistema arroz, até 16,4% no sistema pecuária. Santos e Ferrante (2003), Norder (2004), Grisa (2007), Grisa, et al. (2013) e Garcia Júnior (1994) e Guevara (2002) citados por Grisa et al. (2013), observaram um incremento da produção para autoconsumo nas propriedades com maior valor da produção, o que difere do observado neste trabalho. Quando analisamos pelos sistemas de produção, não há uma confirmação do que foi observado pelos autores, uma vez que não há uma relação direta de crescimento do PB com o PBA.

Considerando que os dados apresentados na tabela 26 são médias, possivelmente dentro de cada um dos sistemas há um crescimento do PBA junto ao PB, corroborando o que foi observado pelos autores acima citados, indicando, no entanto, que se estabelecem diferentes patamares de participação do PBA no PB nos diferentes sistemas, sendo mais elevados nos sistemas pecuária e leite, menores nos sistemas leite e grãos e horta, e por fim, quase insignificantes no sistema arroz.

A tabela 27 apresenta estratos de PBA e a percentagem dos unidades em cada um dos estratos para cada um dos sistemas de produção. É possível observar que em todos os sistemas, com exceção do arroz, o maior percentual de unidades está no estrato de 5.001 a 10.000 reais. No sistema pecuária esse mesmo estrato tem o mesmo percentual que o estrato 2.501 a 5.000 reais e há uma distribuição mais uniforme das unidades entre os estratos.

Tabela 27 – Estratos de produto bruto de autoconsumo e percentagem de unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Estratos (R\$) | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|
| > 10.000 | 0,0 | 5,3 | 20,8 | 22,2 | 12,5 |
| 5.001 a 10.000 | 0,0 | 47,4 | 50,0 | 55,6 | 37,5 |
| 2.501 a 5.000 | 0,0 | 42,1 | 16,7 | 22,2 | 37,5 |
| 1.001 - 2.500 | 50,0 | 5,3 | 4,2 | 0,0 | 12,5 |
| 0 a 1.000 | 50,0 | 0,0 | 8,3 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

Ainda conforme a Tabela 27, no sistema leite e grãos há o maior percentual de unidades com PBA acima de 10.000 reais, sendo esse o segundo estrato mais frequente nesse sistema, e nenhuma das unidades está nos estratos abaixo de 5.000 reais, evidenciando porque esse é o sistema com maior PBA médio.

No sistema leite exatamente 50% das unidades estão no estrato 5.001 a 10.000 reais, o segundo estrato mais frequente é > 10.000, mas quase 30% das unidades fica nos estratos abaixo de 5.000 reais. Enquanto isso, o sistema horta concentra tem quase 50% das unidades no estrato 5.001 a 10.000 reais, e mais de 40% das unidades no estrato de 2.501 a 5.000 reais, o que evidencia o menor valor médio de PBA das unidades deste sistema. O sistema arroz destaca-se por tem todas as unidades nos estratos abaixo de 2.500 reais.

A tabela 28, apresenta os estratos de PBA em percentual em relação ao PB das unidades para cada um dos estratos em cada um dos sistemas de produção.

Tabela 28 – Estratos da percentagem do produto bruto do autoconsumo em relação ao produto bruto total e o percentual de unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Estratos (%) | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|
| > 25 | 0,0 | 10,5 | 20,8 | 22,2 | 37,5 |
| 15 a 25 | 0,0 | 31,6 | 37,5 | 22,2 | 37,5 |
| 10 a 15 | 0,0 | 21,1 | 8,3 | 22,2 | 0,0 |
| 5 a 10 | 0,0 | 36,8 | 29,2 | 33,3 | 12,5 |
| 0 a 5 | 100,0 | 0,0 | 4,2 | 0,0 | 12,5 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

Conforme é possível observar na tabela 28, nas unidades do sistema arroz o autoconsumo tem pouca importância no PB. Nas unidades do sistema horta o maior percentual se concentra no estrato de 5 a 10%, enquanto o segundo maior percentual está no estrato de 15 a 25%, formando dois grupos mais importantes. O sistema leite segue padrão semelhante, mas o estrato com maior percentual é de 15 a 25% e o segundo mais importante é o de 5 a 10%.

No sistema leite e grãos o maior percentual de unidades está concentrado no percentual de 5 a 10%, e nos demais estratos, acima de 10%, há uma distribuição igual de unidades. O sistema pecuária tem uma forte concentração de unidades nos estratos que representam mais de 15% de PBA no PB, o que indica a maior importância do autoconsumo na composição do PB das unidades nesse sistema.

A tabela 29, apresenta a média *per capita* do PBA para cada um dos sistemas de produção analisados. Enquanto a análise da média das unidades de produção indica maior PBA no sistema leite e grãos, a análise *per capita* indica valores maiores no sistema pecuária, seguidos do sistema leite, sendo o sistema leite e grãos apenas o terceiro maior.

Tabela 29 – Produto bruto médio de autoconsumo per capita em reais, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| PBA | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|-----|--------|----------|----------|---------------|----------|
| | 254,69 | 1.440,14 | 2.061,57 | 1.904,42 | 2.227,63 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

O sistema leite e grãos possui a segunda maior média de pessoas por unidade, 3,7 pessoas, ficando atrás do sistema arroz com 4 pessoas, seguido pelo sistema horta e leite com 3,3, já as unidades do sistema pecuária tem somente 2,8 pessoas em média. A média do PBA *per capita* indica dessa forma que nos sistemas pecuária e leite, apesar de um valor total menor que no sistema leite e grãos, a produção de autoconsumo tem uma importância maior.

Comparativamente Fontoura (2012) encontrou valores de PBA que variaram entre 2.511,25 a 3.670,28 reais nas tipologias com autoconsumo *per capita* mais baixo e mais alto, respectivamente. Esses valores corrigidos representam 3.180,19 e 4.647,95 reais, o que é muito superior aos valores encontrados entre as unidades de produção dos assentamentos, os maiores valores nos assentamentos não atingem os valores mais baixos entre os pecuaristas familiares analisados pela autora.

4.2 O CONSUMO INTERMEDIÁRIO, A DEPRECIÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DO VALOR AGREGADO DO AUTOCONSUMO

A tabela 30 apresenta a distribuição PB e do PBA. Considerando o PB como 100,0%, os demais indicadores são apresentados na proporção que representam do PB.

Tabela 30 – Divisão do produto bruto (PB) e do produto bruto do autoconsumo (PBA) em porcentagem, nos indicadores, em 2015, nos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Indicadores | Arroz | | Horta | | Leite | | Leite e grãos | | Pecuária | |
|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------|-------|----------|-------|
| | PB | PBA | PB | PBA | PB | PBA | PB | PBA | PB | PBA |
| PB | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| CI | 21,5 | 37,5 | 26,5 | 22,5 | 44,0 | 18,6 | 47,0 | 21,6 | 17,1 | 14,7 |
| D | 13,6 | 22,8 | 4,8 | 3,5 | 5,4 | 3,2 | 4,3 | 3,5 | 5,1 | 3,5 |
| DVA | 5,4 | 0,0 | 5,4 | 0,1 | 2,3 | 0,9 | 3,5 | 0,5 | 7,1 | 0,0 |
| R | 59,6 | 39,7 | 63,4 | 74,0 | 48,3 | 77,3 | 45,2 | 74,5 | 70,7 | 81,8 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

É possível observar que CI é proporcionalmente mais baixo na produção do autoconsumo, comparado ao CI dos sistemas de produção, o que indica uma internalização maior dos insumos utilizados no processo de produção. A exceção é o sistema arroz, em que a proporção do CI do autoconsumo é maior. Conterato (2004) e Gazzola (2004) apontam o CI como um indicador do grau de mercantilização das unidades de produção, quanto maior o CI maior é a quantidade de insumos adquiridos nos mercados pelas unidades de produção.

Nesse sentido, a internalização dos insumos utilizados na produção para autoconsumo já foi destacada por diversos autores (NORDER, 1997, 2004, SANTOS E FERANTE, 2003, GAZOLLA, 2004, GRISA, 2007, FONTOURA, 2012). Santos e Ferrante (2003), Norder (2004), Gazzola (2004) e Grisa (2007) destacam principalmente o uso de esterco e palhas como adubação para cultivos de hortaliças, ou ainda, o uso de excedentes do autoconsumo na alimentação de animais. Estes, por sua vez, geram esterco novamente utilizado na adubação.

Comparando os sistemas de produção é possível observar uma tendência, aqueles sistemas que tem uma porcentagem maior do CI são os que também tem uma porcentagem maior de CI no autoconsumo, o que indica que a dinâmica geral das unidades de produção se relaciona com as dinâmicas na produção de autoconsumo, exceto para o sistema arroz, onde o CI no autoconsumo é maior. Nas unidades do sistema pecuária o CI e CIA são muito baixos. Já nas unidades do sistema leite e grãos tem um CI consideravelmente mais elevado, indicando externalização maior dos insumos, devido aos pacotes tecnológicos adotados na produção de leite e grãos, nessas unidades CIA também é mais elevado, tendência semelhante é observada nas unidades do sistema leite.

Já no sistema horta, o CI tem percentual muito semelhante ao CIA. No sistema arroz o CIA é maior que o CI, o que pode ser explicado pela produção orgânica de arroz em uma das unidades que compõe o sistema, que, portanto, utiliza poucos insumos externos e dessa forma reduz consideravelmente seu CI. Na produção de autoconsumo no sistema arroz, o CIA elevado provavelmente indique a necessidade de adquirir uma maior quantidade de insumos no mercado, o que pode ser explicado pela impossibilidade de produzir determinados itens nos lotes desse sistema, ocupados principalmente por solos de várzea.

Conterato (2004) e Gazzola (2004) identificaram processos de mercantilização na agricultura familiar do Alto Vale do Uruguai, que desencadeou um processo de vulnerabilização da produção para autoconsumo. Gazzola (2004) não observou uma tendência nítida entre o grau de mercantilização das unidades de produção, apontado através dos diferentes extratos de CI, com os diferentes extratos de PBA, embora destaque que as famílias nos extratos mais baixos de CI também serem algumas das famílias com maior grau de

vulnerabilização da produção para autoconsumo. O autor aponta que são outros fatores, e não a mercantilização os principais responsáveis pelos processos de diferenciação do autoconsumo.

Gazzola (2004) também destaca que em alguns casos são as famílias dos extratos mais altos de CI que tem as maiores produções para autoconsumo, o que vai de encontro ao observado nas unidades do sistema leite e grãos, que possuem o CI percentual mais elevado, mas ao mesmo tempo são as unidades com os maiores valores de PBA. Dessa forma, como Gazzola (2004) aponta, não é possível observar uma tendência geral na relação entre mercantilização e autoconsumo em todos os sistemas de produção, mas é possível observar que cada um dos sistemas de produção acaba por ter dinâmicas particulares de mercantilização que afetam a produção para autoconsumo.

Na tabela 30 também é possível observar que os valores de D e DVA são mais baixos na produção para autoconsumo em comparação à produção total, a exceção ocorre no sistema arroz, sendo que não é possível observar fatores que expliquem essa diferença nesse sistema. No geral, estes indicadores apontam um uso mais baixo de máquinas, equipamentos e instalações na produção para autoconsumo em comparação ao sistema de produção como um todo.

O maior grau de internalização dos fatores de produção, bem como um menor uso de máquinas, equipamentos e instalações acabam por proporcionar um percentual de RAA maior em relação a RA. No caso da produção de autoconsumo no sistema pecuária a RAA média chega a mais de 80% do PBA, o maior percentual entre os sistemas, enquanto no arroz não atinge 40%, o menor percentual entre os sistemas, já nos demais, ela gira em torno de 70% do PBA.

4.3 A RENDA DO AUTOCONSUMO

A análise da RAA torna-se importante a medida que a economização de recursos monetários proporcionada pela produção própria da alimentação, ou pelo menos parte dela, permite que as famílias utilizam os recursos monetários para satisfação de outras necessidades.

Nesse sentido, Lovissolo (1989) destaca que há economia de recursos monetários que seriam gastos em supermercados com a aquisição da alimentação apenas garantindo a própria alimentação através do uso dos recursos já presentes na unidade de produção. Assim como Woortmann (1978) destaca que a economia dos recursos monetários, graças a produção

própria da alimentação, permite satisfação de outras necessidades não menos importantes por via do mercado.

Agricultores familiares entrevistados por Grisa (2007) afirmam que os recursos monetários economizados com alimentação, graças a produção para autoconsumo, podem ser utilizados para o pagamento de outras despesas como, telefone, água, luz. Nesse sentido, a seguir são apresentadas tabelas e uma análise da renda proporcionada pela produção para autoconsumo.

A tabela 31 apresenta a renda média do autoconsumo em cada um dos sistemas de produção. O sistema leite e grãos possui a maior média de RAA, seguido dos sistemas leite e pecuária, que possuem valores médios de RAA muito similares. Embora o PBA fosse um pouco maior no sistema leite e grãos o maior CIA nesse sistema faz com que a RAA se aproxime da RAA dos sistemas leite e pecuária, tornando a importância da RAA muito parecida nesses sistemas. O sistema horta possui RAA consideravelmente inferior a renda dos sistemas leite e grãos, leite e pecuária, mas ainda assim bastante superior a RAA no sistema arroz.

Tabela 31 – Renda média do autoconsumo em reais, em 2015, para cada um dos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| RAA | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|
| | 404,56 | 3.477,19 | 5.245,35 | 5.360,25 | 5.238,71 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

A tabela 32 apresenta estratos de RAA e a percentagem de estabelecimentos presentes em cada um dos estratos para cada um dos sistemas de produção. No sistema arroz todas as unidades estão no estrato de 0 a 1.000 reais, no sistema leite o maior percentual de unidades está no estrato de 5.001 a 10.000 reais, já nos demais sistemas o maior percentual de unidades está no estrato de 2.501 a 5.000 reais. Somente o sistema arroz e horta não tem unidades em que a RAA ultrapassa 10.000 reais, assim como somente no sistema leite e arroz há unidades onde a RAA não chega a 1.000 reais.

Tabela 32 – Estratos da renda do autoconsumo e percentagem unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Estratos (R\$) | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|
| > 10.000 | 0,0 | 0,0 | 8,3 | 11,1 | 12,5 |
| 5.001 a 10.000 | 0,0 | 26,3 | 45,8 | 11,1 | 25,0 |
| 2.501 a 5.000 | 0,0 | 47,4 | 25,0 | 66,7 | 37,5 |
| 1.001 - 2.500 | 0,0 | 26,3 | 12,5 | 11,1 | 25,0 |
| 0 a 1.000 | 100,0 | 0,0 | 8,3 | 0,0 | 0,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

A tabela 33 apresenta estratos da RAA em percentagem em relação a RA e o percentual de unidades presentes em cada um dos estratos em cada um dos sistemas de produção. No sistema arroz todas unidades estão no estrato de 0 a 5%, enquanto no sistema horta a maioria das unidades está no estrato de 10 a 15%. No sistema leite e grãos o maior percentual das unidades está no estrato de 5 a 10%, devido ao maior RA dessas unidades há uma redução relativa da importância da RAT.

Tabela 33 – Estratos da percentagem da renda do autoconsumo em relação à renda agrícola e o percentual de unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Estratos (%) | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|
| > 25 | 0,0 | 26,3 | 45,8 | 22,2 | 62,5 |
| 15 a 25 | 0,0 | 10,5 | 20,8 | 22,2 | 12,5 |
| 10 a 15 | 0,0 | 36,8 | 25,0 | 22,2 | 0,0 |
| 5 a 10 | 0,0 | 26,3 | 8,3 | 33,3 | 12,5 |
| 0 a 5 | 100,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 12,5 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

Na tabela 33 pode-se observar que nos sistemas leite e pecuária há uma concentração maior de unidades no estrato >25%, o que indica uma maior importância da RAA na RA agrícola das unidades nesses sistemas. Considerando que a atividade leiteira de maneira geral atravessava um período de crise no ano de 2015, o autoconsumo pode ter assumido importância maior na composição da RA das unidades desse sistema no ano em questão. O

que não ocorreu, por exemplo, no sistema leite e grãos, onde o principal grão cultivado é a soja, que registra preços relativamente altos e estáveis nos últimos anos.

Ainda em relação a tabela 33, pode-se observar que no sistema pecuária em quase dois terços das unidades a RAA representa mais de 25% da RA. Considerando a dinâmica particular da pecuária familiar, em que o rebanho acaba funcionando como uma poupança, e não há comercialização regular de animais, a produção para autoconsumo acaba assumindo uma centralidade maior na renda dessas famílias, chegando a representar 100% da RA em uma das unidades. Essa dinâmica é possível graças a forte presença de RNA nessas unidades³¹, em sua maioria aposentadorias, que permitem arcar com as despesas mensais das famílias, permitindo a comercialização do rebanho somente em momentos favoráveis ou de necessidade.

A tabela 34, apresenta estratos de RAA em percentagem em relação a Renda Total (RT) e o percentual de unidades presentes em cada um dos estratos para cada um dos sistemas. É possível observar uma distribuição semelhante nos sistemas leite, leite e grãos e pecuária, nesses sistemas o maior percentual das unidades está no estrato de 15 a 25%. Enquanto isso, no sistema arroz todas as unidades estão no estrato de 0 a 5% e no sistema horta o maior percentual está no estrato de 5 a 10%.

Tabela 34 – Estratos da percentagem da renda do autoconsumo em relação à renda total e o percentual de unidades presentes em cada estrato, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Estratos (%) | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|
| > 25 | 0,0 | 5,3 | 20,8 | 11,1 | 12,5 |
| 15 a 25 | 0,0 | 26,3 | 33,3 | 33,3 | 37,5 |
| 10 a 15 | 0,0 | 21,1 | 25,0 | 22,2 | 25,0 |
| 5 a 10 | 0,0 | 42,1 | 12,5 | 22,2 | 12,5 |
| 0 a 5 | 100,0 | 5,3 | 8,3 | 11,1 | 12,5 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

Comparativamente, Norder (1998) observou que o autoconsumo representava em média 37% da renda das famílias assentadas que analisou, embora a comparação seja difícil, destacado a distância temporal que separa os estudos e os contextos socioeconômicos diferentes, percebe-se uma redução da importância da produção do autoconsumo na

³¹ Das oito unidades que compõe esse sistema somente uma não possui alguma RNA.

constituição da renda das famílias. Guanziroli (1994) por sua vez destacou que a contribuição do autoconsumo na renda das famílias variava de 33% a 43% nas diferentes regiões do país. No entanto, isso não indica necessariamente uma redução da produção para autoconsumo, podendo indicar na verdade um incremento no PB dos sistemas praticados pelas famílias por meio de uma maior inserção nos mercados.

Fontoura (2012) observou que entre os pecuaristas familiares analisados o valor da produção para autoconsumo era maior entre as unidades não possuíam RNA. Nesse sentido, a tabela 35 apresenta a RAA em cada um dos sistemas de produção, conforme a presença de RNA.

Tabela 35 – Renda média do autoconsumo de acordo com a presença de renda não agrícola (RNA) nas unidades, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Sistema de produção | Com RNA | Sem RNA |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Arroz | 741,63 | 67,50 |
| Horta | 3.390,53 | 6.123,88 |
| Leite | 4.987,14 | 5.922,71 |
| Leite e grãos | 6.396,94 | 3.796,28 |
| Pecuária | 5.690,33 | 1.207,35 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

É possível observar que não há uma tendência entre os sistemas de produção, sendo que nos sistemas arroz, leite e grãos e pecuária a média da RAA é maior nas unidades que possuem alguma RNA, enquanto nos sistemas horta e leite a média da RAA é maior nas unidades que não possuem RNA. No sistema pecuária, também analisado por Fontoura (2012) não há o mesmo comportamento observado pela autora. Com exceção do sistema leite, em que a RAA é semelhante nos demais percebe-se diferenças significativas nas médias da RAA.

A análise da média RAA *per capita* anual, apresentada na **Erro! Fonte de referência não encontrada**.³⁶, abaixo, permite observar que embora a RAA fosse muito semelhante para as unidades dos sistemas leite, leite e grãos e pecuária, tem importância maior no sistema pecuária, uma vez que a renda proporcionada para cada pessoa presente nas unidades é maior, indicando ainda a maior centralidade do autoconsumo na dinâmica das unidades do sistema pecuária.

Tabela 36 – Renda média autoconsumo per capita em reais, em 2105, para cada um dos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| RAA | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|
| | 101,11 | 1.065,71 | 1.593,59 | 1.418,79 | 1.822,20 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

Comparando esses valores ao salário mínimo vigente no ano de coleta dos dados, que era de 788,00³² reais, percebe-se que o autoconsumo contribui de maneira importante da renda dessas famílias. No sistema arroz o autoconsumo representa uma contribuição anual na renda de 0,13 salários mínimos *per capita*, a menor entre os sistemas, enquanto é de 1,35 no sistema horta, 1,8 no sistema leite e grãos, chega a 2 salários mínimos no sistema leite e 2,31 salários mínimos no sistema pecuária.

A análise do autoconsumo a partir da Unidade de Trabalho Homem (UTH) é realizada na tabela 37. Percebe-se que não há alteração na ordem dos sistemas com maior RAA por UTH quando comparado a ordem dos sistemas com maior RAA *per capita*. É possível observar que a RAA por UTH é bem elevada no sistema pecuária, algo esperado, uma vez que a produção para autoconsumo nesse sistema é similar aos demais sistemas, mas o número de UTH disponível nas unidades do sistema pecuária é menor.

Tabela 37 – Renda média autoconsumo por unidade de trabalho homem (UTH) em reais, em 2015, para cada um dos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| RAT/UTH | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|----------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|
| | 397,81 | 2.563,68 | 3.430,76 | 3.190,17 | 5.747,31 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

A contribuição da produção do autoconsumo para as famílias também pode ser observada a partir de uma comparação com o valor da cesta básica. Calculada pelo DIEESE, o valor da cesta básica era de R\$ 384,13³³ em Porto Alegre, RS, em junho de 2015. Grisa (2007) destaca que esse comparativo tem limitações, uma vez que desconsidera o valor nutricional. Além disso, considerando o preço dos alimentos na região metropolitana de Porto Alegre e nos assentamentos rurais, pode ocorrer uma subestimação da produção para

³² Segundo guia trabalhista: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm

³³ Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/produto>

autoconsumo. A Tabela 38 apresenta a proporção da renda do autoconsumo *per capita* mensal sobre o custo da cesta básica, para cada um dos sistemas analisados.

Tabela 38 – Renda média do autoconsumo per capita, em relação ao custo da cesta básica, em 2015, para cada um dos sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Proporção do custo da cesta básica (%) | Arroz | Horta | Leite | Leite e grãos | Pecuária |
|-----------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|-----------------|
| | 2 | 23 | 35 | 31 | 40 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

Percebe-se que a produção de autoconsumo contribui de maneira mais importante nas unidades do sistema pecuária, em que a RAA *per capita* mensal representa 40% do valor da cesta básica, no sistema leite e grãos e leite a proporção é similar. Já no sistema horta a proporção representada pela RAA é de 23% do custo da cesta básica, enquanto no sistema arroz a proporção é de apenas 2%, indicando uma contribuição mais baixa da produção para autoconsumo nas unidades destes dois sistemas.

Grisa (2007) analisando o autoconsumo observou que o autoconsumo por consumidor representava de 42,7% a 69,0% de uma cesta básica, em Morro Redondo e Salvador das Missões, respectivamente, esses são os percentuais mais baixo e mais alto encontrados pela autora. A comparação, no entanto, não é precisa, uma vez que a autora analisou o valor do PBA em relação ao custo da cesta básica, enquanto neste trabalho a análise foi realizada pela RAA em relação ao custo da cesta básica. A tabela 39 apresenta o percentual de unidades em cada um dos sistemas de produção, em que a renda ultrapassa a linha de pobreza considerando a renda total com e sem a renda de autoconsumo.

Tabela 39 – Unidades acima da linha de pobreza³⁴ (R\$ 394,00) conforme a presença da renda do autoconsumo, em 2015, por sistemas de produção em assentamentos no Rio Grande do Sul

| Sistema de produção | Com renda do autoconsumo | Sem renda do autoconsumo |
|----------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Arroz | 100% | 100% |
| Horta | 89% | 89% |
| Leite | 83% | 79% |
| Leite e grãos | 100% | 89% |
| Pecuária | 88% | 88% |

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas informações da RUOP 2015.

³⁴ Meio salário mínimo vigente em 2015.

É possível observar que a maior parte das unidades em todos os sistemas de produção ultrapassa a linha de pobreza em qualquer uma das situações, considerando ou não a RAA na composição da RT. No sistema horta e pecuária o percentual de famílias acima da linha de pobreza é similar, 89% e 88%, respectivamente, e esses percentuais não se alteram quando é desconsiderada a RAA na RT. No sistema arroz 100% das famílias estão acima da linha de pobreza, percentual que também não se altera quando desconsiderada a RAA.

Quando se desconsidera o autoconsumo no sistema leite há redução de 83% para 79% no percentual de unidades que supera a linha de pobreza, sendo esse o sistema com o menor percentual de famílias acima da linha. Condição que pode ser explicada pela forte crise enfrentada pelos produtores de leite naquele ano. No caso do sistema leite e grãos, 100% das unidades ultrapassam a linha de pobreza estabelecida quando se considera a RAA na RT, quando a mesma não é considerada, esse percentual se reduz para 89%.

Norder (1998), Leite (2004) e Grisa (2007) fizeram análises semelhantes. Compararam a renda das famílias analisadas com e sem autoconsumo e constataram que um percentual significativo das famílias supera a linha da pobreza quando é considerada a produção para autoconsumo. No caso do estudo de Grisa (2007) no município de Três Palmeiras, região em que a inclusão do autoconsumo trouxe alterações mais significativas, o percentual de famílias que deixaram a linha de pobreza foi de 22%.

A análise econômica da produção para autoconsumo nos permite afirmar que as dinâmicas que envolvem a produção com esse fim, nos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, não são homogêneas nos diferentes sistemas de produção. As particularidades de cada sistema de produção acabam imprimindo especificidades na dinâmica da produção para autoconsumo em cada um dos sistemas de produção. Pode-se usar como exemplo os sistemas leite e leite e grãos, onde a maior externalização dos insumos do sistema de produção, identificada pelo CI mais elevado, acaba por ter reflexos no CIA, que é maior do que nos sistemas com CI mais baixo, como é o caso do sistema pecuária.

Embora existam diferentes dinâmicas, é possível observar algumas tendências, como a maior internalização dos insumos utilizados na produção para o autoconsumo quando comparado ao nível de internalização do sistema de produção como um todo, uma vez que em todos os sistemas a proporção do CIA é mais baixa que a proporção do CI das unidades de produção, a exceção é o sistema arroz.

Outra tendência observada entre os sistemas de produção é a grande importância que as carnes e os produtos de origem animal assumem na composição do PBA, sendo que nos sistemas em que estes produtos estão menos presentes há forte redução no valor do PBA.

Há diferenças em relação a proporção do PBA em relação ao PB das unidades dos diferentes sistemas de produção varia muito entre as unidades, desde menos de 1% no sistema arroz, até mais de 16% no sistema pecuária, quando analisados os valores de PBA *per capita* as diferenças são menores.

As diferenças em relação a renda proporcionada pela produção para autoconsumo são menores do que as diferenças entre o PBA, indicando que as unidades com PBA mais elevado, por terem uma produção maior, não tem necessariamente uma renda maior oriunda do autoconsumo, pois acabam usando de mais insumos externos, elevando o CIA.

A partir do ponto de vista econômico, pode-se afirmar que a RAA possui importância maior no sistema pecuária, uma vez que nesse sistema a RAA *per capita* é maior, e menor importância no sistema arroz, embora se saiba que a importância da produção para o autoconsumo nas unidades não possa ser reduzida a simples análise econômica.

Embora não seja o objetivo da análise neste capítulo e nem deste trabalho como um todo, a análise da renda dos assentados nos permite afirmar que os mesmos, em sua grande maioria, não são pobres, embora a produção para autoconsumo tenha importância para estas famílias ela não determina a dinâmica econômica destas unidades. A dinâmica central das unidades está na produção para o mercado, as mesmas geram rendas significativas, de modo que muito poucas ficam abaixo da linha da pobreza, independente de considerar ou não a produção para o autoconsumo para esta análise.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi contribuir para a melhor compreensão da importância da produção para o autoconsumo entre as famílias assentadas no Rio Grande do Sul. Dessa forma, buscou-se analisar a abrangência dessa prática entre as famílias assentadas e o montante produzido pelas mesmas com esse fim, bem como a contribuição do autoconsumo na dinâmica econômica das unidades de produção, comparando essa prática nas diferentes regiões e como a mesma se insere dentro dos diferentes sistemas de produção praticados pelas famílias assentadas.

Como já se suponha em uma das hipóteses, há diferenças regionais na produção para autoconsumo, embora aqui não se tenha elementos para apontar os determinantes dessas diferenças, supõem-se que sejam explicadas principalmente pelas diferentes condições agroecológicas das regiões, bem como das diferentes dinâmicas socioeconômicas. Essas diferenças regionais acarretam diferentes estratégias de reprodução das famílias assentadas, com opção de algumas atividades principais com fins de comercialização e geração de renda monetária, onde o autoconsumo se insere também de diferentes maneiras.

Os registros do SIGRA apontam a prática do autoconsumo como algo frequente entre as famílias, destaca-se nesse sentido a produção de origem animal, uma vez que cerca de 85% das famílias tem algum registro desses itens e dos cultivos agrícolas, onde quase 90% das famílias assentadas tem registros para algum tipo de cultivo para autoconsumo. No entanto, percebe-se a redução da frequência de determinados cultivos, quando comparado a frequência observada em outros estudos, como é o caso do feijão, o que pode indicar uma redução da diversidade da produção para autoconsumo e é uma questão que merece ser aprofundada e mais bem explorada em próximos estudos.

A análise econômica da produção para autoconsumo nos permite afirmar que há diferenças na dinâmica da sua produção nos diferentes sistemas de produção analisados. As particularidades de cada sistema acabam por influenciar na produção para autoconsumo, de modo que sistemas com maior externalização de insumos utilizados na produção das atividades comerciais acabam tendo também maior externalização de insumos na própria produção para o autoconsumo, o que pode ser observado pela elevação do consumo intermediário, onde se toma como exemplo os sistemas leite e leite e grãos. Ainda que a maior externalização dos insumos do sistema de produção praticado pelas famílias impacte na produção para autoconsumo, é importante destacar que, com exceção do sistema arroz, a

produção para autoconsumo ainda é realizada com uma internalização maior dos insumos quando comparada à produção das culturas comerciais.

Na questão do valor do PBA, é importante destacar há forte preponderância da produção animal, em especial das carnes, na composição do valor final, sendo que a mesma representa mais de 50% do valor do PBA. O PBA médio varia muito entre os sistemas, ultrapassa 7 mil reais no sistema leite e grãos, e gira em torno de 6.500 reais no sistema leite e pecuária, fica em torno de 4.700 reais no sistema horta e em cerca de 1.000 reais no sistema arroz. Esses valores representam de 1% a 16% no valor médio do PB dos sistemas de produção, sendo a menor participação no sistema arroz, 1%, e a maior no sistema pecuária, 16%, o que indica uma maior centralidade da produção para o autoconsumo no sistema pecuária, o que é reafirmado pelo PBA *per capita*, que também é o maior no sistema pecuária.

Embora as diferenças no PBA possam ser consideradas expressivas entre os sistemas, quando se analisa a RAA, as diferenças são reduzidas, uma vez que a RAA nos sistemas leite, leite e grãos e pecuária é muito semelhante, girando em torno de 5 mil reais anuais. Analisando a contribuição da RAA *per capita* se reafirma a maior importância dessa prática no sistema pecuária, uma vez nesse sistema os valores da RAA *per capita* são maiores. A questão que fica em aberto nesta análise é o patamar mais baixo em que se situa a produção para autoconsumo no sistema arroz, uma vez que a mesma é quase insignificante na composição do PB das unidades, assim como a RAA mal ultrapassa 400 reais anuais, carecendo de análises mais aprofundadas para explicação dessa dinâmica particular nesse sistema de produção.

Mesmo não tendo sido um dos objetivos deste estudo, ficou evidente na análise da renda das famílias assentadas, que as mesmas não são pobres, considerando meio salário mínimo *per capita* como linha de pobreza, apenas uma pequena porcentagem de famílias fica abaixo dessa linha. Além disso, também se evidenciou que os assentados tem uma dinâmica econômica voltada para o mercado, embora o autoconsumo seja importante para essas unidades, na maioria delas a representatividade do autoconsumo na renda total se encontra em patamar de 10 a 25%, desmistificando dessa forma que as famílias assentadas produzem somente para o autoconsumo.

As reflexões que envolveram a elaboração dessa dissertação suscitaram novas questões para análise, entre as quais, o papel dos técnicos de ATEs no estímulo da produção para autoconsumo, ou até mesmo, no desestímulo. Considerando as ações que os técnicos executavam junto as famílias assentadas, como essas impactaram na opção das famílias em relação a produção para autoconsumo? No mesmo sentido, merece reflexão de que forma o

Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos foram responsáveis por estimular a produção para autoconsumo durante sua vigência e como a drástica redução dos programas e a saída das famílias dos mesmos impactou na produção para autoconsumo.

Outras questões que emergem das reflexões realizadas durante o processo de elaboração deste trabalho dizem respeito a como a identidade das famílias assentadas enquanto beneficiárias da reforma agrária impacta na produção para autoconsumo, bem como, o impacto da origem dessas famílias, se de origem urbana ou rural, e da sua etnia. Ainda merece análise, em relação ao impacto sobre a produção para autoconsumo, qual relação do processo de luta pela terra pelo qual essas famílias passaram para obtenção dos lotes em que vivem hoje, bem como o período que passaram acampadas e o processo de adaptação para as novas realidades em que foram assentadas. Todas as particularidades, pelas quais somente as famílias assentadas passam, pode imprimir traços particulares na forma como essas famílias realizam a produção para autoconsumo.

Por fim, espera-se que esse trabalho tenha contribuído para analisar uma face não tão explorada na produção para o autoconsumo, a importância na renda das famílias a um nível de detalhamento que permita analisar a real contribuição na renda. Além disso, que permita destacar as diferentes dinâmicas regionais e por sistemas de produção, uma vez que na maioria dos casos essa prática é tratada como algo homogêneo entre os agricultores. Ainda que tenha-se focado na questão da renda, sabe que ela não é capaz de explicar sozinha a importância da produção para autoconsumo para as famílias e se coloca o desafio de analisar essa prática frente a multiplicidade de determinantes e funções que a influenciam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ATES. **Documento orientativo para execução do programa de ATES em 2015**. Santa Maria, RS: 2014.

BELLÉ, A. R.; NEUMANN; P. S.; FIALHO, M. A. V. A construção de referências técnicas por meio da Rede de Unidades de Observação Pedagógica (RUOP). In: DALBIANCO, V. P. et al. (Orgs.). **Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da assessoria técnica, social e ambiental (Ates) no estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora Unijuí, 2018.

BRANDÃO, C.R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

BRASIL, Lei 11.346 de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, 15 de setembro de 2006.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades LTDA, 1982. 284 p.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, H. M. (Org.) **Chayanov e o campesinato**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 304 p.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342 p.

CHIMELLO, RÉGES. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Unoesc & Ciência** – ACET, Joaçaba, v. 1, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 2010.

CONTERATO, M.A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras**. 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DUVAL, H. C. **Da terra ao prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

ELLIS, F. Rural livelihood diversity in depoloping countries: evidence and policy implications. **Natural resource perspectives**. London, UK. N. 40, abril de 1999. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/2881.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 1994 (Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

FIALHO, M. A. V.; et al. O projeto assessoria técnica e pedagógica (ATP'S) e a construção da rede de unidades de observação pedagógica do programa de ATEs/RS. **Cadernos de Extensão**. 2. ed. – Santa Maria: Ed. PRE, 2017.

FLECH, E. M. **O planejamento no programa de ATEs do Rio Grande do Sul**: reflexões a partir do caso do CETAP. 2015. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

FLECH, E. M.; FRIEDERIECH, G. Um sistema integrado de gestão rural (SIGRA) como instrumento de gestão da atuação em rede. In: DALBIANCO, V. P. et al. (Orgs.). **Uma nova extensão rural pública**: a experiência pluralista e descentralizada da assessoria técnica, social e ambiental (Ates) no estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora Unijuí, 2018.

FONTOURA, A. F. de. **A produção para autoconsumo**: características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da Fronteira Oeste do RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.

GARCIA FILHO, D.P. **Guia metodológico**: diagnóstico de sistemas agrários. Brasília: INCRA/FAO, 1999. 58 p.

GARCIA JR. A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

GRISA, C. e SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014.

GRISA, C.; et al. **A produção para autoconsumo no Brasil**: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

GRISA, Catia. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

HIRAI, W. **Agricultura familiar e segurança alimentar**: a importância da produção para o autoconsumo em três municípios do RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal do Pelotas, Pelotas, 2008.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projeto básico visando a licitação para prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental (ATES), e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KAGEYAMA, Â.; BERGAMASCO, S. M. P. Novos dados sobre a produção familiar no campo. **Anais do 27º Congresso Brasileiro de Economia E Sociologia Rural.** Piracicaba: SOBER, 1989.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Porto: Portucalense Ed.; 1972.

LEITE, S.P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. **Políticas de seguridad alimentaría y nutrición em América Latina.** São Paulo: Hucitec, 2004.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril, 1982.

LOVISOLO, H.R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.

MALUF, R.S. (Coord.). **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras.** Rio de Janeiro, 2003. 87 p. Relatório final de pesquisa.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. **Caderno ‘segurança alimentar’**, 2001. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentação/tconferencias.html>>, acessado em: jan. 2019.

MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar. 2007.

MENASCHE, R. Comida: alimento transformado pela cultura. **IHU On-line**, São Leopoldo, RS, Ano 4, n. 163, p. 9-13, 2005.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P. **Reforma Agrária e a Atuação do Estado na oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos.** In: DIESEL, V.; Neumann, P. S.; SÁ, V. C. **Extensão Rural no Contexto do Pluralismo Institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS.** Ijuí: editora Unijuí, 2012, p. 35 – 56.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 59-83.

NORDER, L. A. C. **Políticas de assentamento e localidade**: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil, 313 p. Tese (Doutorado), Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Assentamentos Rurais: casa, comida e trabalho**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, 1997.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084, 2014.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 15-56.

PLOEG, J.D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) **Ecología, campesinato y historia**. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-195

PLOEG, J.D. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

RADOMSKY, G. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 107-136.

SALAMI, A. M. **Hábitos alimentares de agricultores familiares assentados de Abelardo Luz – SC**. 2009. 96 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, I.P.; FERRANTE, V.L.S.B. **Da terra nua ao prato cheio**: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003. 116 p.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: Faleiro, F.G. e Farias Neto, A.L. (ed.) **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SIGRA. Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES. **Bando de dados de 2015.** Integrado ao Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária. Acesso em jun. de 2015.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** 2 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (org.) **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.** Disponível em http://www.aspta.org.br_p.33_a_46,2009.pdf.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro anual da ANPOCS.** GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WANDERLEY, M.N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003.

WANDERLEY, M.N.B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Piracicaba-SP: Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 150 p.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. O significado do alimento na família camponesa. **IHU On-line,** São Leopoldo, RS, ano 4, n.163, p. 12-17, 7 nov. 2005.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. **Série antropologia,** Brasília, n. 20, 1978.

ZARNOTT, et al. Dinâmica organizativa do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Rio Grande do Sul. **Anais 52º Congresso da SOBER.** Goiânia, GO, 2014.

ANEXO A – PERFIL DO SIGRA

SIGRA: Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES - 2017 Informações do Lote - Perfil Completo

Identificação do Beneficiário:

| | | |
|----------------|---------------|------|
| Identificador: | Beneficiário: | CPF: |
|----------------|---------------|------|

Origem do Responsável pelo Lote:

| | |
|---------------|----------------------|
| UF de Origem: | Município de Origem: |
|---------------|----------------------|

Localização do Lote:

| | | |
|---------------|---------------------|------------|
| Região: | Núcleo Operacional: | Município: |
| Assentamento: | ATES: | |

Georreferenciamento:

| | |
|-------------|---------------------|
| Latitude: | Longitude: |
| Nº do Lote: | Dist. da Sede (km): |

Outra Moradia no Lote?

| | | |
|-----------------------------------------|-------------------|------------------|
| Existe outra Moradia no Lote (SIM/NAO): | Quantas Moradias: | Quantas Pessoas: |
|-----------------------------------------|-------------------|------------------|

Informações do Lote

| | |
|-------------------------|----------------------------------|
| Número do Lote - INCRA: | Ano de Regularização da Família: |
|-------------------------|----------------------------------|

A - Identificação da Moradia

1 - Núcleo Familiar

| Nome | CPF | Parentesco | Sexo | Ano de Nascimento | Escolaridade | Ocupação Principal | Tempo p/ Ativ. Agrícolas | Talão | Outras ocupações | Aposent. Invalidez | LOAS | Habilidades Artísticas | Características Étnico-Raciais |
|------|-----|------------|------|-------------------|--------------|--------------------|--------------------------|-------|------------------|--------------------|------|------------------------|--------------------------------|
| | | | | | | | | | | | | | |

Grau de parentesco: 1- 0 (a) responsável pelo lote; 2-Cônjuge; 3-Filhos; 4-Netos; 5- Pais; 6- Avó; 7-Sobrinho; 8- Enteadado; 9-

Dependentes; 10- Sogro (a); 11- Cunhado (a); 12- Tio (a); 13- Genro; 14- Nora; 15 ? Irmã(o).

Escolaridade: 1- Analfabeto; 2- Ensino fund. incompleto; 3- Ensino fund. completo; 4- Ensino médio incompleto; 5- Ensino médio

completo; 6- Superior incompleto; 7- Superior completo; 8- Pós graduação; 9- Não alfabetizado; 10 - Educação Infantil

Ocupação Principal: 1- Agricultor; 2- Assalariado agrícola permanente; 3- Assalariado agrícola temporário; 4- Agricultor (a)/Do Lar; 5-

Estudante; 6- Aposentado; 7- Emprego Doméstico; 8- Construção civil; 9- Professor; 10- Funcionário Público; 11- Comerciante; 12-

Comerciante; 13- Feirante; 14- Motorista; 15- Artesanato; 16- Turismo; 17- Terceirização de serviços; 18 ?

Assalariado urbano; 19 - Não

possui.

Tempo atividade agrícola no lote: 1- Tempo integral; 2- Metade do tempo; 3- Eventual; 4- Nenhum.

Talão do Produtor: 1- Sim; 2- Não. No caso de cônjuge que possui o bloco em conjunto, preencher com a opção 1-sim.

Outras ocupações: 1- Agricultor; 2- Assalariado Agrícola Permanente; 3- Assalariado agrícola temporário; 4- Agricultor (a)/Do Lar; 5-

Estudante; 6- Aposentado; 7- Emprego Doméstico; 8- Construção Civil; 9- Professor; 10- Funcionário público; 11- Comerciante; 12-

Comerciante; 13- Feirante; 14- Motorista; 15- Artesanato; 16- Turismo; 17- Terceirização de serviços; 18 ?

Assalariado urbano. Auxílios

temporários (ex. Maternidade, seguro desemprego, etc.) não serão considerados.

Aposentadoria por invalidez: () Sim; () Não.

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): () Sim; () Não.

Características Étnico-Raciais: Branca, Morena, Parda, Negra, Amarela, Indígena e Outra.

2 - Tipo de Construção da Moradia

| | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------------------------|------------------------------|
| Tipo de Construção (MADEIRA/MISTA/ALVENARIA/SEM CASA) | Área Construída (m2) | Número de Cômodos | Estrutura Comprometida (SIM/NAO) | Agrovila (SIM/NAO) |
|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------------------------|------------------------------|

| | |
|-----------------------------------|------------|
| Acessou Crédito Moradia? | |
| Tipo (INCRA/BANCO E INCRA) | Ano |
| Construção | |
| Reforma | |

3 - Participação Sócio-cultural da Família

| | | |
|-------------|-------------|--------------------|
| Tipo | Nome | Localização |
|-------------|-------------|--------------------|

Tipo: 1- Centro comunitário; 2 - Igreja; 3 - Cancha de bocha; 4 - Campo de futebol; 5 - Bar/bolicho; 6 - Grupo de mulheres; 7 - Grupo de jovens; 8 - Grupos culturais; 9 - Grupos de Idosos; 10 - Grupos Esportivos.

Localização: 1- No assentamento; 2- Fora do assentamento.

4 - Participação Sócio-Produtiva da Família

| | | | |
|-------------|-------------|--------------------|------------------|
| Tipo | Nome | Localização | É Formal? |
|-------------|-------------|--------------------|------------------|

Tipo: 1 - Grupo de mulheres; 2 - Grupo de jovens; 3 - Grupo de interesse produtivo; 4 - Grupo de comercialização; 5 - Cooperativa; 6 - Associação; 7 - Sindicato.

Localização: 1- No assentamento; 2- Fora do assentamento.

É Formal? SIM/NÃO

5 - Eletrificação Rural

| | | | | | |
|-------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------------------------|
| Possui Eletrificação? (SIM/NAO) | Monofásica (SIM/NAO) | Bifásica (SIM/NAO) | Trifásica (SIM/NAO) | Gerador (SIM/NAO) | Problema de Voltagem (SIM/NAO) |
|-------------------------------------------|--------------------------------|------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------------------------|

6 - Comunicação Rural

| | | | | |
|---------------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------------------|
| Fixo (SIM/NAO) | Nº Fixo (99) 9999-9999 | Móvel (SIM/NAO) | Nº Móvel (99) 9999-9999 | Telefone Comunitário (SIM/NAO) |
| Rádio (SIM/NAO) | Internet (SIM/NAO) | Computador (SIM/NAO) | Televisão (SIM/NAO) | |

7 - Água para Consumo Humano

| | | | | | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------|
| Rede Pública (SIM/NAO) | Rede Comunitária (SIM/NAO) | Vertente (SIM/NAO) | Poço Comum (SIM/NAO) | Poço Artesiano Individual (SIM/NAO) | Poço Artesiano Coletivo (SIM/NAO) | Arroio (SIM/NAO) |
| Cacimba (SIM/NAO) | Cisterna (SIM/NAO) | Açude (SIM/NAO) | Armaz. da Chuva (SIM/NAO) | É Suficiente (SIM/NAO) | Possui Qualidade p/ Consumo? (SIM/NAO) | Sem Acesso (SIM/NAO) |

8 - Saneamento Básico

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Destino Final do Lixo Seco (buraco; céu aberto; queimado; armazena no lote; coleta; reciclagem; ponto de recolhimento) |
| A - Destino das Embalagens de Agrotóxicos (não utiliza; buraco; céu aberto; queimado; armazena no lote; coleta; reutiliza) |

| |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| B - Destino das Embalagens de Medicamentos Veterinários (não utiliza; buraco; céu aberto; queimado; armazena no lote; coleta) |
| Esgoto Sanitário (céu aberto; patente/latrina; poço negro; fossa séptica/sumidouro; fossa séptica/tratamento ecológico) |
| Destino das Águas Servidas (céu aberto; sumidouro; caixa de gordura/sumidouro; caixa de gordura/fossa séptica/sumidouro) |

9 - Vias de Acesso e Transporte

| | | | |
|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------|
| Veículo Próprio (SIM/NAO) | Transporte Público (SIM/NAO) | Transporte Terceirizado (SIM/NAO) | Não Possui (SIM/NAO) |
| É cascalhada/Ensaibrada (SIM/NAO) | Período de Acesso (permanente; interrompido em algumas épocas do ano; interrompido permanentemente) | Tipo de Veículo (veículos leves; leves e pesados) | |

10 - Transporte Escolar

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------------|
| Transporte Escolar (não tem; transporte público/gratuito; terceirizado/pago.) | Distância até a Escola (km) | Tempo Gasto - ida e volta (min.) |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------------|

11 - Auxílio Governamental

| | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------|
| Bolsa Família (SIM/NAO) | Titular - Bolsa Família | |
| Bolsa de Estudos (SIM/NAO) | Titular - Bolsa de Estudos | Nº de Meses - Bolsa de Estudos |
| Cesta Básica (SIM/NAO) | Titular - Cesta Básica | Nº de Meses - Cesta Básica |
| Auxílio Temporário (SIM/NAO) | Titular - Auxílio Temporário | Nº de Meses - Auxílio Temporário |
| Nº do NIS: | Titular do NIS: | |

12 - Problemas de Saúde

| | | | |
|--------------------------|---------------|-------------------|---------------|
| Membro da Família | Doença | Tratamento | Acesso |
|--------------------------|---------------|-------------------|---------------|

Doença: 1- Bronquite; 2- Diabete; 3- Asma; 4- Hipertensão; 5- Rinite; 6- Sinusite; 7- Problemas de coluna; 8- Depressão; 9- Problemas na garganta; 10- Hepatite; 11- Alcoolismo; 12- Tendinite; 13- Parkson; 14- Problemas de pele; 15- Colesterol alto; 16- Obesidade; 17- Osteoporose; 18- Artrite; 19- Reumatismo; 20- Problema de visão e de surdez; 21- Problemas de circulação; 22- Problemas nos rins; 23- Problemas cardíacos; 24- Tabagismo; 25- Câncer; 26- "Portadores de necessidades especiais". Esse item deve ser marcado em caso de Síndrome de Down e cadeirantes. 27 ? Doença Intestinal; 28- Doença não identificada.

Tipo de tratamento: 1- Plantas medicinais (chás, xaropes, etc.); 2- Fitoterapia (processamento de plantas mais elaborado do que os

chás caseiros); 3- Homeopatia; 4- Tratamento alopático (químicos/sintético); 5- Curandeiro; 6- Sem tratamento.

Tipos de acesso: 1- Hospital; 2- Unidade de Saúde; 3- Agente de saúde; 4 - Particular; 5- Plano de saúde; 6- Sem acesso.

13 - Recursos Hídricos

| | | | | | |
|-----------------------------|--------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------|
| Lote Seco? (SIM/NAO) | Reservat. menor que 100m2 (SIM/NAO) | Reservat. entre 100m2 e 1 ha (SIM/NAO) | Reservat. entre 1ha e 5ha (SIM/NAO) | Reservat. maior que 5 ha (SIM/NAO) | Riacho/Rio (SIM/NAO) |
|-----------------------------|--------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------|

| | | | | |
|----------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| Nascentes (SIM/NAO) | Prod. Irrigada (SIM/NAO) | Prod. Irrigada - Área (ha) | Terras Baixas (SIM/NAO) | Terras Baixas - Área (ha) |
|----------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|

14 - Quadro de Áreas

No Lote:

| Área da Moradia (ha) | Área Cultivada (ha) | Mato Nativo (ha) | Florestada (ha) | Pousio/Ca poeira (ha) | Campo Nativo (ha) | Pastagem Perene (ha) | Área Degradada (ha) | Banhado (ha) | Rec. Hídricos (ha) | Área Lote (ha) |
|----------------------|---------------------|------------------|-----------------|-----------------------|-------------------|----------------------|---------------------|--------------|--------------------|----------------|
|----------------------|---------------------|------------------|-----------------|-----------------------|-------------------|----------------------|---------------------|--------------|--------------------|----------------|

Outras Áreas:

| | |
|---------------------------------|------------------------------|
| Utiliza outras Áreas? (SIM/NAO) | É no Assentamento? (SIM/NAO) |
|---------------------------------|------------------------------|

| Área da Moradia (ha) | Área Cultivada (ha) | Mato Nativo (ha) | Florestada (ha) | Pousio/Ca poeira (ha) | Campo Nativo (ha) | Pastagem Perene (ha) | Área Degradada (ha) | Banhado (ha) | Rec. Hídricos (ha) | Área Total (ha) |
|----------------------|---------------------|------------------|-----------------|-----------------------|-------------------|----------------------|---------------------|--------------|--------------------|-----------------|
|----------------------|---------------------|------------------|-----------------|-----------------------|-------------------|----------------------|---------------------|--------------|--------------------|-----------------|

15 - Principais Benefeitorias

| Benefeitoria | Padrão | Dimensão (m ²) | Ano de Construção | Proporção Própria |
|--------------|--------|----------------------------|-------------------|-------------------|
|--------------|--------|----------------------------|-------------------|-------------------|

Benefeitoria: 1- Abatedouro; 2- Abrigo do resfriador; 3- Alambique; 4- Almojarifado; 5- Aprisco (ovelha/cabrito); 6- Armazém; 7- Aviário/galinheiro; 8- Banheiro de imersão para bovinos; 9- Banheiro de imersão para ovinos; 10- Bolante; 11- Brete/mangueira/curral; 12- Casa do mel/entrepasto; 13- Chiqueiro/pocilga; 14- Cisterna; 15- Coxo/comedouro de alimentação de bovinos; 16- Entrepasto de leite; 17- Estábulo/estrebria; 18- Estrutura de agroindústria; 19- Estufa de fumo elétrica; 20- Estufas/forno de fumo a lenha; 21- Estufas de horticultura tipo 1- túnel baixo; 22- Estufas de horticultura tipo túnel alto; 23- Forno de pão; 24- Galpão aberto; 25- Galpão celeiro; 26- Galpão de fumo Burley; 27- Galpão de máquinas; 28- Galpão e moradia; 29- Galpão de uso geral; 30- Galpão e estrebria/chiqueiro; 31- Oficina; 32- Rampa/carregador de bovinos; 33- Refeitório; 34- Sala de inseminação; 35- Sala de ordenha; 36- Silo de armazenamento de alvenaria; 37- Silo de armazenamento metálico; 38- Silo secador;

Padrão: Preencher para cada benfeitoria o padrão de construção, utilizando a seguinte escala numérica: 1- Madeira; 2- Alvenaria; 3- Metálico; 4- Misto.

Dimensão: Informar para cada benfeitoria a dimensão em metros quadrados (m²) de construção.

Ano de construção: Informar para cada benfeitoria o ano aproximado de construção.

Proporção própria: Ex: galpão que tem mais 4 sócios = 1/5; Galpão que tem mais um sócio = 1 /2; galpão 100% da família= 1/ 1.

16 - Máquinas e Equipamentos

| Categoria | Tipo | Modelo | Potência (CV) | Ano | Proporção Própria |
|-----------|------|--------|---------------|-----|-------------------|
|-----------|------|--------|---------------|-----|-------------------|

Categoria: 1- Máquinas agrícolas; 2- Equipamentos/implemento do trator; 3- Equipamentos produção animal; 4- Equipamentos tração animal; 5- Equipamentos de beneficiamento e processamento; 6- Equipamento de irrigação; 7- Equipamentos do fumo; 8-

Equipamentos manuais; 9- Equipamentos de uso geral.

Proporção própria: Ex: trator que tem mais 4 sócios = 1/5; colheitadeira que tem mais um sócio = 1 /2; trator 100% da família= 1/ 1.

17 - Prestação/Contratação de Serviços

| Modalidade | Tipo de Serviço | Atividade | Quantidade Total | Origem das Máquinas |
|------------|-----------------|-----------|------------------|---------------------|
|------------|-----------------|-----------|------------------|---------------------|

Modalidade: prestação ou contratação.

Tipo de Serviço: 1 - Colheita (ha); 2- Secagem fumo (arrobas onde 1 arroba=15 kg); 3- Secagem de cereais (kg); 4- Transporte (ton); 5- Plantio (ha); 6- Preparo do solo (ha); 7- Tratos culturais (ha); 8- Pulverização (ha); 9- terraplanagem (horas); 10 ? Limpeza de valos

e/ou açudes (Horas); 11 ? Construção de vias de acesso (horas).

Atividade: 1- Arroz; 2- Soja; 3- Milho; 4- Trigo; 5- Fumo; 6- Fruticultura; 7- olericultura; 8- Pecuária.

Quantidade total: Não se trata do percentual de pagamento, mas sim da quantidade total da atividade, observando as unidades. Ex.

Colheita (ha); Secagem fumo (arrobas); Secagem de cereais (kg); Transporte (km); Plantio (ha); Preparo do solo (ha); Tratos culturais

(ha); Pulverização (ha); Terraplanagem (horas); Limpeza de valos e/ou açudes (horas); Construção de vias de acesso (horas).

Origem das máquinas: Público ou privado

18 - Animais de Serviço

| | | |
|------|---------|-------|
| Bois | Equinos | Muare |
|------|---------|-------|

Produção Animal

19 - Bovinocultura de Leite

- Estrutura

| Vacas em Lactação | Vacas Secas | Vacas Vazias | Novilhas | Terneiras | Terneiros | Animais de Descarte | Touros |
|-------------------|-------------|--------------|----------|-----------|-----------|---------------------|--------|
|-------------------|-------------|--------------|----------|-----------|-----------|---------------------|--------|

| Período de Produção (Permanente/Temporaria) | Sistema de Coleta (SIM/NAO) | Ordenha Mecânica (SIM/NAO) | Resfriamento (SIM/NAO) | Sala de Ordenha (SIM/NAO) | Estequeira (SIM/NAO) |
|---------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------|
|---------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------|

Período de Produção: 1- Se a produção é permanente (o ano todo); 2- Se a produção é temporária (em algumas épocas do ano).

As demais colunas: () Sim () Não.

- Destino Anual da Produção de Leite

| Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Uso no Lote | Cooperativas | Venda Direta | Indústria | Produção Total |
|-------------|--------|--------------------|-------------|--------------|--------------|-----------|----------------|
|-------------|--------|--------------------|-------------|--------------|--------------|-----------|----------------|

- Destino da Produção de Carne

| Autoconsumo (kg) | Processada no Lote (kg) | Comercializada (kg) |
|------------------|-------------------------|---------------------|
|------------------|-------------------------|---------------------|

- Manejo e Alimentação

| Reprodução | Silagem (ha) | Campo Nativo (ha) | Pastagem Perene (ha) | Past. Anual de Inverno (ha) | Past. Anual de Verão (ha) | Pastoreio Rotativo (ha) | Uso de Concentrado (SIM/NAO) | Uso de Resíduo (ton.) |
|------------|--------------|-------------------|----------------------|-----------------------------|---------------------------|-------------------------|------------------------------|-----------------------|
|------------|--------------|-------------------|----------------------|-----------------------------|---------------------------|-------------------------|------------------------------|-----------------------|

Reprodução: 1- Monta natural/touro próprio; 2- Monta natural/de terceiros; 3 - Inseminação Artificial. OBS: pode haver mais de um tipo de reprodução.

Uso de concentrado: () Sim; () Não.

20 - Bovinocultura de Corte

| Rebanho (cab.) | Sistema de Criação | Reprodução | Campo Nativo (ha) | Pastagem Perene (ha) | Pastagem Anual (ha) | Pastoreio Rotativo (ha) | Silagem (ha) | Resíduo (ton.) |
|----------------|--------------------|------------|-------------------|----------------------|---------------------|-------------------------|--------------|----------------|
|----------------|--------------------|------------|-------------------|----------------------|---------------------|-------------------------|--------------|----------------|

Sistema de Criação: 1- Criador ou recria; 2- Invernador; 3- Ciclo completo.

Reprodução: 1- Monta natural/touro próprio; 2- Monta natural/de terceiros; 3- Inseminação Artificial.

Destino Anual da Produção (kg)

| Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Cooperativa | Venda Direta | Indústria | Produção Total |
|-------------|--------|--------------------|-------------|--------------|-----------|----------------|
|-------------|--------|--------------------|-------------|--------------|-----------|----------------|

21 - Suinocultura

| | | | |
|----------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| Nº de Cabeças | Sistema de Criação | Milho Comprado | Concentrado Comprado |
|----------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------|

Sistema de criação: 1- Terminação; 2- Produção de Leitões; 3- Ciclo Completo.

Destino Anual da Produção (kg)

| | | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|------------------|---------------------|-----------------------|
| Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Cooperativa | Indústria | Venda Direta | Produção Total |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|------------------|---------------------|-----------------------|

22 - Avicultura**Ovos - Destino Anual da Produção (dúzias)**

| | | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|
| Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Cooperativa | Venda Direta | Indústria | Produção Total |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|

Carne - Destino Anual da Produção (kg)

| | | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|
| Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Cooperativa | Venda Direta | Indústria | Produção Total |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|

23 - Piscicultura**Finalidade:**

Finalidade: 1 - Autoconsumo; 2- Venda de adultos; 3- Venda de alevinos; 4- Pesque-pague.

Destino Anual da Produção (kg)

| | | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|
| Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Cooperativa | Venda Direta | Indústria | Produção Total |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|

24 - Ovino Caprinocultura**Ovinocultura**

| | |
|-----------------------|--------------------------------|
| Rebanho (cab.) | Produção de Lã (kg/ano) |
|-----------------------|--------------------------------|

Destino Anual da Produção (kg)

| | | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|
| Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Cooperativa | Venda Direta | Indústria | Produção Total |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|

Caprinocultura**Rebanho (cab.):****Destino Anual da Produção (kg)**

| | | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|
| Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Cooperativa | Venda Direta | Indústria | Produção Total |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|

25 - Apicultura**Nº de Colmeias:****Destino Anual da Produção (kg)**

| | | | | | | |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|
| Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Cooperativa | Venda Direta | Indústria | Produção Total |
|--------------------|---------------|---------------------------|--------------------|---------------------|------------------|-----------------------|

26 - Sanidade Animal

| | | | | | |
|-----------------------|-------------|----------------------------|---------------|---------------------------|-----------------------|
| Tipo de Visita | Data | Categoria de Animal | Doença | Tipo de Tratamento | Tipo de Acesso |
|-----------------------|-------------|----------------------------|---------------|---------------------------|-----------------------|

Categoria de animais: 1 - Bovinos de leite; 2- Bovinos de Corte; 3 - Suínos; 4- Aves; 5 - Ovinos; 6- Caprinos; 7- Piscicultura.

Tipo de tratamento: 1 - Plantas medicinais (chás, xaropes, etc.); 2 - Fitoterapia (processamento de plantas mais elaborado do que os chás caseiros); 3- Homeopatia; 4- Tratamento alopático (químicos/sintético); 5- Curandeiro; 6- Sem tratamento. Se a opção for a 6 (sem tratamento), não preencher as próximas colunas.

Tipos de acesso: 1 - ATER/ATES; 2- Cooperativa; 3 - Prefeitura/Estado; 4 ? Particular; 5- Sem acesso.

Periodicidade: Preencher para cada doença a periodicidade do principal acesso utilizado, de acordo com a seguinte escala numérica:

1- Semanal; 2- Quinzenal; 3- Mensal; 4- Esporádica.

27 - Certificação

| Atividade | Descrição | Tipo de Certificação | Nome da Certificadora | Área Certificada (ha) |
|-----------|-----------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
|-----------|-----------|----------------------|-----------------------|-----------------------|

Tipo de Certificadora: OCS; OPAC; AUDITORIA.

28 - Processamento de Alimentos, Agroindústria Caseira e Artesanato

| Categoria | Produto | Fonte da Matéria-prima | Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Uso no Lote | Cooperativa | Venda Direta | Indústria | Produção Total | Unidade |
|-----------|---------|------------------------|-------------|--------|--------------------|-------------|-------------|--------------|-----------|----------------|---------|
|-----------|---------|------------------------|-------------|--------|--------------------|-------------|-------------|--------------|-----------|----------------|---------|

Categoria: 1- Artesanato; 2- Chás, ervas e condimentos; 3- Chimias, geléias, doces e conservas; 4- Derivados da apicultura; 5- Farinhas; 6- Massas; 7- Panificados; 8- Processados de cana; 9- Processados de carne; 10- Processados de leite; 11- Produtos de limpeza e cosméticos; 12- Sucos e polpas; 13- Vegetais minimamente processados; 14 - Derivados de madeira;

Fonte de matéria-prima: 1- Produção própria; 2- Compra de vizinhos; 3- Aquisição no comércio. OBS: Pode haver mais de uma fonte de matéria-prima para cada produto.

Unidade: Considerar a unidade correspondente conforme a categoria, entre elas quilogramas, litros, unidades.

29 - Cultivos Agrícolas

| Categoria | Cultivo | Área (ha) | Sementes ou Mudas | É crioula? | Solo | Fertilidade | Veneno | Produção (kg) | Autoconsumo | Doação | Processado no Lote | Uso no Lote | Cooperativa | Venda Direta | Indústria | Produção Total | Troca de Serviços | Financiamento |
|-----------|---------|-----------|-------------------|------------|------|-------------|--------|---------------|-------------|--------|--------------------|-------------|-------------|--------------|-----------|----------------|-------------------|---------------|
|-----------|---------|-----------|-------------------|------------|------|-------------|--------|---------------|-------------|--------|--------------------|-------------|-------------|--------------|-----------|----------------|-------------------|---------------|

Categoria: 1- Horta; 2- Pomar; 3- Raízes e tubérculos; 4- Baraços; 5- Grãos; 6- Reflorestamento; 7- Fumo; 8- Canas; 9- Medicinais, condimentares e ervas; 10- Amêndoas; 11- Sementes; 12- Pastagens; 13- Recuperadoras do solo; 14- Policultivos;

Solo Preparo: 1- Convencional (revolvimento do solo); 2- Direto (sem revolvimento do solo).

Fertilidade do solo: 0- Não utiliza; 1- Orgânica; 2- Química. Apenas uma resposta para este campo, representando o principal tipo utilizado para reposição da fertilidade do solo.

Veneno: 1- () Sim; 2- () Não.

Produção (kg): Preencher com a produção total em kg da última safra.

Financiamento: 1- PRONAF; 2- Troca-troca; 3- Pessoa física; 4- Banco (crédito pessoal); 5- Cooperativa; 6- Empresas particulares; 7- Não utiliza. Apenas uma resposta para esse campo;

30 - Observações Gerais

| Tipo de Visita | Data | Observação |
|----------------|------|------------|
|----------------|------|------------|

31 - Registro da Visita

| Tipo de Visita | Data | Eixo Central da Visita | Foco da Visita | Especificações |
|----------------|------|------------------------|----------------|----------------|
|----------------|------|------------------------|----------------|----------------|